

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ALANA CASAGRANDE

**DINÂMICAS AMBIENTAIS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
INTERGERACIONAL NAS COMUNIDADES DA LAGOA DO BACUPARI E DE
REMANESCENTES DE QUILOMBO DA CASCA NO LITORAL DO RIO GRANDE DO
SUL**

PORTO ALEGRE

2012

ALANA CASAGRANDE

**DINÂMICAS AMBIENTAIS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
INTERGERACIONAL NAS COMUNIDADES DA LAGOA DO BACUPARI E DE
REMANESCENTES DE QUILOMBO DA CASCA NO LITORAL DO RIO GRANDE DO
SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof. Dra. Gabriela Coelho-de-Souza
Co-orientadora: Prof. Dra. Rumi Regina Kubo

Série PGDR – Dissertação nº 167

PORTO ALEGRE

2012

CIP - Catalogação na Publicação

Casagrande, Alana

Dinâmicas ambientais e produção do conhecimento intergeracional nas comunidades da Lagoa do Bacupari e de Remanescentes de Quilombos da Casca no litoral do Rio Grande do Sul / Alana Casagrande. -- 2012. 140 f.

Orientadora: Gabriela Coelho-de-Souza.

Coorientadora: Rumi Regina Kubo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. etnoecologia. 2. quilombo. 3. produção do conhecimento intergeracional. 4. etnografia. I. Coelho-de-Souza, Gabriela, orient. II. Kubo, Rumi Regina, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ALANA CASAGRANDE

DINÂMICAS AMBIENTAIS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
INTERGERACIONAL NAS COMUNIDADES DA LAGOA DO BACUPARI E DE
REMANESCENTES DE QUILOMBO DA CASCA NO LITORAL DO RIO GRANDE DO
SUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Rural.

Porto Alegre, 27 de julho de 2012.

Prof. Dra. Gabriela Coelho-de-Souza
UFRGS/PGDR

Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros
UFPA/NCADR - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural

Prof. Dr. Cleyton Henrique Gerhardt
UFRGS/PGDR

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos
UFRGS/PGDR



Seu Chico entre os músicos Alex Centeno e Sandro da Gaita Ponto, no Encontro Regional de Estudantes de Biologia – EREB – Sul, realizado na Lagoa do Bacupari, em abril de 2009.

Dedico este trabalho ao Seu Chico (*in memoriam*),
um dos *troncos velhos* da Lagoa do Bacupari

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer às famílias das comunidades da Casca e da Lagoa do Bacupari que me acolheram em suas casas e se dispuseram a colaborar para o desenvolvimento deste trabalho. Também agradeço à comunidade quilombola do Limoeiro pelos aprendizados propiciados em nossos encontros, oficinas e viagens.

Agradeço às minhas orientadoras, Gabriela e Rumi, pela orientação, pelo apoio à iniciativa da pesquisa e pela disponibilidade durante todas as etapas, de elaboração e discussão, que envolveram a concepção desta dissertação.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS, que contribuíram e enriqueceram esta proposta de estudo, aos funcionários que facilitaram este processo, e aos colegas, em especial a Rafaela Printes e o Guilherme Fuhr, pelas trocas de ideias e amizade.

Agradeço à minha família, minha mãe Lorena e meu pai Décio pelo incentivo e cuidado, à minha irmã Júnia, pela amizade e auxílio na elaboração das figuras, e ao Rodrigo, pelo carinho, companheirismo e incentivo durante todo o período que compreendeu minha vida como mestranda do PGDR.

RESUMO

No litoral do Rio Grande do Sul vivem comunidades como a da Lagoa do Bacupari e de remanescentes de quilombo de Casca, situadas no município de Mostardas, que estão vivendo intensas dinâmicas ambientais decorrentes de mudanças provindas do tempo da modernidade. A partir de uma experiência etnográfica integrada a uma abordagem etnoecológica, esta dissertação objetivou compreender como as dinâmicas ambientais se articulam à constituição de historicidades locais e à produção do conhecimento intergeracional em famílias extensas representantes das comunidades estudadas. Compreendeu-se o ambiente a partir de uma perspectiva relacional e, portanto, constituído a partir das mútuas interações com as pessoas que o habitam. O objetivo principal desdobrou-se nos objetivos específicos: caracterizar as historicidades ambientais locais, a partir de tempos e eventos narrados e significativos na vida das famílias extensas, identificar e descrever conhecimentos e práticas da vida das famílias, e analisar a articulação das dinâmicas ambientais aos processos de produção de conhecimento intergeracional. A descrição de tempos e eventos, frutos do trabalho da memória coletiva, expressou a importância das relações ecológicas em cada contexto etnográfico. Igualmente, esta caracterização evidenciou historicidades singulares e complementares, contribuindo para o entendimento das relações entre pessoas e seus ambientes em um âmbito regional. Para este entendimento foram analisadas as percepções das famílias extensas em torno das diferentes formas de interação com os ambientes, conduzidas pelas comunidades locais e pelas elites político-econômicas, que vem impondo o projeto modernizador do monocultivo de arroz irrigado nos latifúndios. Este projeto promove conflitos, pois desconsidera desejos e direitos coletivos pleiteados pelas comunidades locais, reproduzindo a histórica desigualdade social que remete ao tempo da escravidão. Os saberes e práticas conduzidas pelos interlocutores em seus ambientes foram identificados, descritos e analisados a partir de processos educativos, históricos e ecológicos, discutidos pelo referencial teórico da “educação da atenção” (INGOLD, 2010), que compreende o conhecimento como produzido a partir das experiências compartilhadas entre as gerações nos seus ambientes. Assim, é discutido como os processos de produção de conhecimento intergeracional permitem que estes grupos, cada um ao seu modo, conservem a autonomia sobre o saber-fazer e construam seus futuros, em meio aos sucessivos projetos de desenvolvimento que chegam às suas vidas. Ainda assim, incorporar a esta análise a dimensão cosmológica se revelou essencial para compreender suas percepções sobre os ambientes. Os valores e motivações orientam formas singulares de conhecer e transformar o mundo, denotando ecologias e cosmologias próprias de reconhecimento e engajamento em uma *natureza* vivida e próxima, sempre nutridas pelas relações entre ancestrais e seus sucessores. Nestes processos de aprendizagem e elaboração de historicidades locais se expressam múltiplas formas de engajamento nos ambientes, como maneiras de habitar um mundo e experienciar o tempo, constituindo pertencimentos e modos de vida, tanto específicos quanto compartilhados entre as duas famílias extensas. A apreensão dos processos de produção do conhecimento intergeracional foi favorecida pelo convívio junto às pessoas de diferentes gerações em cada família extensa. A opção por um trabalho etnográfico integrado a uma abordagem etnoecológica promoveu o diálogo de saberes por uma prática interdisciplinar, o que é fundamental para o fortalecimento e legitimação de formas alternativas de conhecer e transformar os ambientes.

Palavras-chave: Dinâmicas ambientais. Conhecimento intergeracional. Etnoecologia. Quilombo da Casca. Lagoa do Bacupari.

ABSTRACT

On the coast of Rio Grande do Sul lives communities such as Lagoa do Bacupari and quilombo Casca, located in Mostardas municipality which are living under intense environmental dynamics deriving from modern times changing. From an ethnographic experience integrated to an ethnoecological approach, this dissertation aims to understand how environmental dynamics are related to the constitution of local historicities and the production of intergenerational knowledge in extended families that represents the studied communities. The environment is comprehended by a relational perspective, and thus, constituted from the mutual interaction with people that inhabit it. The central aim has unfolded in specific objectives: characterize the local environmental historicities, from narrated and significant times and events for the extended families life; identify and describe families life's knowledge and practices, and analyze the linkage between environmental dynamics and processes of intergenerational knowledge production. The description of times and events, collective memory resulting, expressed the importance of ecological relations in each ethnographic context. This characterization also showed singular and complementary historicities, contributing to the understanding of the relations between people and their environments on a regional scope. For this understanding, were analyzed the extended families perceptions about different ways of interaction with the environment, conducted by local communities and by the political and economic elites, who have being imposing the rice monoculture's modernizing project in large areas. This project promotes conflicts because excludes desires and collective rights pleaded by local communities, reproducing the historical social inequality which refers to the slavery time. The knowledge and practices innovated and generated by the interlocutors in their environments were identified, described and analyzed from educational, historical and ecological processes, discussed by the "education of attention" theoretical framework (INGOLD, 2010), which comprehends knowledge as produced from the shared experiences between generations in their environments. Therefore, we discuss how the intergenerational knowledge production processes allow these groups, each in its own way, maintain the know-how autonomy and make their futures through the successive development projects that get into their lives. Yet, incorporate the cosmological dimension in this analysis was essential to understand their environmental perceptions. The values and motivations guides singular ways of knowing and transforming the world, showing singular ecologies and cosmologies for recognition and engagement in a lived and close *nature*, always nourished by the relations between ancestors and their successors. In these processes of learning and development of local historicity are expressed multiple ways of engagement within an environment, as forms of inhabiting a world and experience the time, constituting belongings and lifestyles, as much as specific as shared between the two extended families. The apprehension of the intergenerational knowledge production process was enhanced by the communication with people of different generations in every extended family. The choice of an ethnographic study integrated to an ethnoecological approach promoted dialogue between different knowledge in an interdisciplinary practice, which is essential to strengthen and legitimate alternative ways of knowing and transforming environments.

Key-words: Environmental dynamics. Intergenerational knowledge. Ethnoecology. Quilombo Casca. Lagoa do Bacupari.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DA LAGOA DO BACUPARI E REMANESCENTES DE QUILOMBO DE CASCA –RS | 19 |
| FIGURA 2: LOCALIZAÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES DA LAGOA DO BACUPARI, DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO LIMOEIRO, CASCA E TEIXEIRAS E DAS LOCALIDADES DO BACUPARI RETOVADO E SOLIDÃO. | 43 |
| FIGURA 3: LAGOAS COSTEIRAS COM DESTAQUE PARA AS LAGOAS DO BACUPARI (TERCEIRA LAGOA, RETIRO, BARROS OU TAPERA E PRETA) E PARA AS LAGOAS SITUADAS A NORDESTE: LAGOA BRANCA, XARQUEADA E QUINTÃO, NO LIMITE SUL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ. | 55 |
| FIGURA 4: PAISAGENS DA LAGOA DA TAPERA | 79 |
| FIGURA 5: PUXADAS D'ÁGUA E CATAVENTOS | 80 |
| FIGURA 6: CROQUI ESQUEMÁTICO DA LAGOA DO BACUPARI | 87 |
| FIGURA 7: CROQUI ESQUEMÁTICO DA CHÁCARA QUILOMBOLA | 88 |
| FIGURA 8: DESCOBERTAS NO CAMPING - MATO DO SEU CHICO..... | 91 |
| FIGURA 9: CULTIVOS, CRIAÇÕES E LAVOURAS NAS CHÁCARAS DA CASCA..... | 105 |
| FIGURA 10: CULTIVOS, CRIAÇÕES E AMBIENTES NA LAGOA DO BACUPARI..... | 110 |
| FIGURA 11: PLANTAS E ESTRATÉGIAS DE CULTIVO | 115 |
| FIGURA 12: ESTRATÉGIAS PARA “ATACAR A AREIA” | 117 |
| FIGURA 13: TRAÍRA PESCADA NA LAGOA DA TAPERA | 119 |
| FIGURA 14: CARDA ELÉTRICA..... | 125 |
| FIGURA 15: TECENDO O FIO NA ROCA | 125 |
| FIGURA 16: TEAR..... | 126 |
| FIGURA 16: NOVELOS EM LÃ COM CORES ORIGINAIS E MANTA EM COR TINGIDA..... | 126 |
| FIGURA 16: PEÇAS E FIOS EM LÃ CRUA | 126 |

LISTA DE SIGLAS

AMALB - Associação dos Moradores e Amigos dos Lagos do Bacupari
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAIB - Diretório Acadêmico do Instituto de Biociências da UFRGS
DESMA - Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (PGDR/UFRGS)
EETA - Escola Estadual Técnica de Agricultura de Viamão
EMATER – RS - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
GVC – Grupo Viveiros Comunitários
IACOREQ – Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MOCOBIO – Movimento Coletivo da Biologia
PGDR - UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CONVENÇÕES

As palavras em itálico representam termos locais dos interlocutores ou termos em idioma estrangeiro. As palavras, expressões e frases entre aspas foram utilizadas para destacar termos da literatura consultada ou falas dos interlocutores.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2. ETNOECOLOGIA E ETNOGRAFIA NA LAGOA DO BACUPARI E NA CASCA | 20 |
| 2.1 ETNOECOLOGIA E ECOLOGIA DE SABERES: AS POSSIBILIDADES PARA O DIÁLOGO ENTRE CAMPOS DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TRADICIONAL..... | 20 |
| 2.2 AS MÚLTIPLAS FORMAS DE VIVER E SIGNIFICAR O TEMPO E O AMBIENTE: PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO DE DINÂMICAS AMBIENTAIS | 25 |
| 2.3 ETNOGRAFIA E RELAÇÕES DE PESQUISA | 30 |
| 2.4 AS FAMÍLIAS EXTENSAS: PERTENCIMENTOS, RAÇA E RECIPROCIDADE | 36 |
| 3 TEMPOS E EVENTOS: A CONSTITUIÇÃO DE HISTORICIDADES AMBIENTAIS | 47 |
| 3.1 NO TEMPO DAS CASAS DE JUNCO..... | 48 |
| 3.2 O TEMPO DO PEIXE SALGADO - “VIVIA DISSO AÍ, NÃO É”? | 49 |
| 3.3 O INÍCIO DA <i>PUXADA D’ÁGUA</i> E A REPRESA NA LAGOA – “A FERIDA QUE NÃO CURARAM” | 51 |
| 3.4 O TEMPO DO <i>ROÇÃO</i> E DA CEBOLA NA CASCA | 57 |
| 3.5 DE BANHADO A LAVOURA – O AVANÇO DA RIZICULTURA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS ECOLÓGICAS | 60 |
| 3.6 O CERCAMENTO DOS CAMPOS LIVRES..... | 62 |
| 3.7 <i>ROÇA</i> E ALIMENTAÇÃO – “NÃO PRECISA PLANTAR MISTÉRIO, MAS UM PEDACINHO”. | 65 |
| 3.8 O TEMPO DA LAVOURA MECANIZADA, RECORDES DE PRODUTIVIDADE, CRISE E DESEMPREGO | 68 |
| 3.9 O TEMPO DO ARTESANATO EM LÃ DE OVELHA CRUA | 72 |
| 3.10 A POPULARIZAÇÃO DA LAGOA DO BACUPARI E A MANIFESTAÇÃO CONTRA AS <i>PUXADAS</i> | 74 |
| 3.11 A CHEGADA DOS CATAVENTOS | 81 |
| 4 DINÂMICAS AMBIENTAIS NA LAGOA DO BACUPARI E NO QUILOMBO DE CASCA – EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS E PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO INTERGERACIONAL..... | 85 |
| 4.1 A DINÂMICA DA OCUPAÇÃO DA TERRA FAMILIAR: OS CAMPINGS NA LAGOA DO BACUPARI E AS CHÁCARAS QUILOMBOLAS DE CASCA. | 86 |

| | |
|--|------------|
| <i>4.1.1 Os campings na Lagoa do Bacupari</i> | 89 |
| <i>4.1.2 As chácaras quilombolas na Casca</i> | 89 |
| 4.2 ECOLOGIA, ANCESTRALIDADE E COSMOLOGIA EM PROCESSOS DE APRENDIZAGEM | 91 |
| <i>4.2.1 O passado inscrito nas árvores</i> | 97 |
| 4.3 HORTAS, ROÇAS E CRIAÇÕES – PERCEPÇÃO DO AMBIENTE E HABILIDADES PARA O TRABALHO COM A TERRA NO LITORAL | 100 |
| <i>4.3.1 As chácaras: práticas, trabalho e organização dos espaços</i> | 101 |
| <i>4.3.2 Os campings: práticas, trabalho e organização dos espaços</i> | 108 |
| <i>4.3.3 As épocas e algumas estratégias de cultivo na Casca e Lagoa</i> | 111 |
| 4.4 “A AREIA TÁ VINDO” – ESTRATÉGIAS PARA “ATACAR A AREIA” | 116 |
| 4.5 PESCA, “MODO DE SOBREVIVÊNCIA”, NOS DIAS DE HOJE..... | 118 |
| 4.6 DAS CRIAÇÕES DE OVELHAS AO ARTESANATO EM LÃ DE OVELHA CRUA..... | 120 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 129 |
| REFERÊNCIAS | 133 |

1 INTRODUÇÃO

A motivação inicial para este trabalho surgiu de uma experiência muito singular, que foi o acontecimento do Encontro Regional de Estudantes de Biologia, o EREB-SUL, na Lagoa do Bacupari, no ano de 2009. A partir da realização deste encontro pude interagir com pessoas das comunidades da Lagoa do Bacupari e do Quilombo de Casca, pertencentes ao município de Mostardas e situadas no litoral médio do Rio Grande do Sul, o que oportunizou que conhecesse um pouco sobre suas vidas e ambientes.

Este encontro envolveu tantas pessoas, histórias e emoções que palavras escritas são insuficientes para narrá-lo¹. Não sendo este o desejo, por ora, parto de uma percepção pessoal para ilustrar o EREB - Sul, e outras experiências, como expressões de um “fazer biologia” para além do saber disciplinar, buscando conexões com outras formas de pensamento e de engajamento no mundo.

Neste sentido, o encontro expressa uma das formas de sensibilizar para a prática de uma biologia inclusiva, que amplie a percepção para um mundo complexo, partindo do respeito e valorização das pessoas, ambientes e lugares em que vivem. Lançando um olhar retrospectivo para o período em que fui aluna da graduação do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), posso dizer que os momentos vivenciais e de discussão que trataram da questão da vida humana na Terra, modos de habitá-la ou mesmo conflitos em torno de diferentes formas de relação com o ambiente, foram promovidos principalmente fora das salas de aula, onde as ideias e motivações eram geradas por coletividades, comunidades, grupos e pessoas que juntas compartilharam um tempo e desejos comuns. Uma forma tão dura e antidemocrática de explicar a vida, sempre presente, transformou-se em ações, projetos e pesquisas de caráter interdisciplinar. Cito a participação e desenvolvimento de projetos no Grupo Viveiros Comunitários (GVC) (CASAGRANDE et al., 2009), e no Morro da Cruz em Porto Alegre (CASAGRANDE, 2009).

Neste contexto também foi gerado o EREB. Assim que a comunidade da Lagoa do Bacupari abraçou a ideia do encontro, realizamos várias viagens, em 2008 e 2009, para pensar

¹ O EREB Sul Bacupari intitulado “A Vida entre o Mar e a Lagoa, amarra teu nó nessa rede”, foi facilitado por um coletivo de pessoas, o Movimento Coletivo da Biologia (MOCOBIO), em sua maioria estudantes atuantes, simpatizantes e amigos frequentadores do Diretório Acadêmico do Instituto de Biociências (DAIB-UFRGS), que se agregaram àquela época para pensar, propor e organizar o encontro.

o evento junto com eles. Igualmente, tivemos a oportunidade de conhecer comunidades quilombolas do entorno, como a comunidade de Casca.

A Lagoa é um pequeno povoado, privilegiado com uma exuberante beleza paisagística e habitado por pessoas muito especiais. Durante o verão aparecem muitos turistas e veranistas em busca das águas calmas, cristalinas e quentes da Lagoa. Devido à demanda turística, a comunidade local passou a se organizar e receber visitantes e campistas, estruturando *campings* em suas propriedades. Dois destes *campings* de famílias locais foram o ponto central de congregação dos “encontristas” do EREB.

Nestas viagens descobrimos uma multiplicidade sociocultural e ambiental que ressignificou nossa percepção a respeito daqueles lugares e pessoas. O interesse em conhecer o povo do litoral e a busca por alimentos locais nos levou às comunidades quilombolas e demais agricultores da região², que herdaram de seus antepassados as artes de cultivar a terra no litoral. Privilegiamos a compra destes alimentos: arroz, feijões, ovos, aipim, batata-doce, saladas, carne de ovelha e todas as outras, para não faltar o churrasco, que propicia um dos momentos de confraternização mais tradicionais do povo gaúcho.

A “Feira da Terra”, montada no encontro, contou com a participação das comunidades quilombolas de Casca, Teixeiras e Limoeiro, demais agricultores de Solidão, Mostardas e Maquiné, que divulgaram seus doces, sementes, mudas, chás e artesanato, trocando experiências com participantes de muitos lugares do Brasil. Percebemos que o encontro tomou outras proporções, envolvendo comunitários de toda a região próxima à Lagoa, que já se conheciam, apresentavam laços de parentesco e afinidade. Os bailes com gaiteiro, violeiro e muita música gaúcha rapidamente foram divulgados e a excentricidade de um “bando” de jovens falando sobre “meio ambiente”, tocando tambores e querendo conhecer pessoas impressionou bastante, no bom sentido, pelo que pude perceber.

As problemáticas ambientais repercutiram em diversos momentos de conversa, debates e oficinas, o que foi bem importante para dar visibilidade às lutas comunitárias. A presença de autoridades políticas da região, professores universitários e o discurso de moradores incentivaram a discussão sobre o impacto da monocultura de arroz e o descaso público com o cuidado ambiental, com a saúde e infra-estrutura nas comunidades locais. Como será discutido ao longo deste trabalho, estas problemáticas tem suas origens na história

² Nesta região de restingas, limitada a oeste pela Laguna dos Patos e a leste pelo Mar, vivem no mínimo oito comunidades remanescentes de quilombo, pertencentes aos municípios de Capivari do Sul, Palmares do Sul, Mostardas, Tavares e São José do Norte. Estas comunidades estão entre as mais de 165 comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul (SILVA, 2011).

desta região e povo e estão associadas às desigualdades sociais persistentes desde o período colonial escravista.

As experiências e reflexões vividas no encontro, no próprio processo de sua gestação e especialmente as trocas iniciadas junto às pessoas da Lagoa do Bacupari e da Casca, possibilitaram a realização deste estudo. Além da oportunidade para conhecer novos mundos, ao falar do EREB não posso deixar de ressaltar o contexto em que o encontro, e outras experiências coletivas como esta, são geradas, pois são pensadas também dentro de espaços acadêmicos, são por eles influenciadas e de alguma maneira os transformam. Neste momento, gostaria de chamar a atenção para o potencial inovador que experiências, como as vividas durante a elaboração deste encontro, podem ter sobre abordagens, posturas e linguagens próprias do mundo acadêmico.

Apostando nas salutares possibilidades de aprofundar uma reflexão acadêmica interdisciplinar, busquei o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR-UFRGS) e o Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA), espaços férteis para ampliar os horizontes de pesquisa e favorecer diálogos fundamentais a um trabalho de interface entre ciências naturais e humanas. Com o intuito de entender, de forma interdisciplinar, o contexto em que as comunidades da Lagoa do Bacupari e do quilombo da Casca estão imersas, lanço mão de aspectos da história e ecologia do litoral médio do Rio Grande do Sul, elementos que auxiliaram na delimitação do tema da pesquisa de abordagem etnoecológica e na compreensão dos contextos atuais apreendidos.

A região litorânea, localizada entre o mar e a Laguna dos Patos, integra parte da planície costeira do Estado e do bioma Pampa³. Esta porção da planície costeira é representada por uma extensa e estreita faixa de restinga arenosa formada por eventos transgressivos e regressivos do oceano Atlântico nos últimos milhares de anos. É igualmente caracterizada por extensas áreas de dunas e campos litorâneos, matas de restinga e muita água nos banhados, sangas, lagoas e mar. Esta diversidade de ambientes comporta uma rica biodiversidade, como a de peixes e aves.

O final da formação da planície costeira (6000 anos AP.) coincide com a ocupação de grupos indígenas com modo de vida pescador coletor marinho ao lado do oceano (KERN, 1997). A ocupação pioneira dos povos indígenas é referendada pelos sambaquis, chamados

³ O Pampa no Brasil ocorre exclusivamente no Rio grande do Sul, ocupando 63% do território correspondente à metade sul deste estado e adentrando territórios uruguaios e argentinos (IBGE, 2004). O Pampa apresenta em sua maioria fisionomias campestres, as quais são responsáveis por uma alta biodiversidade e considerável grau de endemismo de espécies (MMA, 2008).

localmente de *casqueiros*, e pelos materiais líticos e cerâmicos guarani, encontrados nas terras das comunidades da Lagoa e do quilombo da Casca (RIBEIRO et. al, 2004; LEITE, 2004). Assim, o topônimo “Casca” é relativo à presença dos *casqueiros*, que por sua vez originaram também a forma pela qual são reconhecidos os moradores e demais pessoas nascidas na Casca.

Apenas em 1737 foi criado o primeiro assentamento na região que veio a ser a cidade e porto de Rio Grande. Com a instalação do sistema colonial português no litoral, intensificou-se o confronto aberto e o massacre das populações indígenas, que ainda assim resistiram à invasão portuguesa. Nesta época foram concedidas as primeiras sesmarias, nas quais foi reproduzido o padrão latifundiário, escravista e mercantil do uso das terras em vigor no resto da colônia (MAESTRI, 2010).

A ocupação das terras litorâneas foi incentivada como estratégia política, econômica e militar de defesa das terras lusitanas no Rio Grande do Sul e na Colônia do Sacramento (atual cidade uruguaia) contra as investidas dos espanhóis. Outro fator que impulsionou a colonização destas terras foi a descoberta das minas gerais do ouro, que passaram a demandar da colônia alimentos e animais carga para transporte (MAESTRI, 2010).

Neste contexto, esta região litorânea se tornou a principal área colonial portuguesa para a produção de charque⁴. Os negros trazidos da África, escravos e libertos, tiveram importância fundamental na economia charqueadora. Além de lidar com o gado, desempenharam um papel importante nas lutas de ocupação do território e nos trabalhos da “roça” (LEITE, 2004).

Quando se percorre a região litorânea, observando os campos nativos ainda remanescentes em meio às monoculturas de arroz e *pinus*⁵, imagina-se as paisagens de outrora, quando a economia do charque era promovida por um ecossistema que garantia condições excepcionais à criação de gado. As extensas pastagens naturais, água, capões de mato e poucos animais predadores favoreceram a multiplicação de rebanhos de bovinos e equinos, desde sua introdução, no século XVII, pelos padres nas missões jesuíticas. As atividades pastoris fomentadas pelo negócio do charque se apoiavam na reprodução natural extensiva dos animais, que continuaram sendo domados e minimamente domesticados

⁴ O charque é a carne salgada e secada ao sol. A palavra charque é derivada de “charqui”, a carne secada ao sol por povos nativos da América (MAESTRI, 2010)

⁵ A monocultura de *pinus* na planície costeira cresceu muito nos últimos anos, reorientando a economia da região. Especificamente para as comunidades estudadas, este cultivo comercial não representa importância econômica. Da mesma forma, na porção da planície ocupada por estes grupos, o cultivo de *pinus* não domina a paisagem, como ocorre mais ao sul da planície costeira.

segundo o modelo pastoril missioneiro (MAESTRI, 2010). Ainda hoje, existem bandos de cavalos selvagens (*xucros*) habitando campos em meio às dunas localizadas distantes de povoações humanas e de lavouras.

Em “Viagem ao Rio Grande do Sul”, o botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire relata sua passagem pela planície costeira, percorrendo a porção de terra entre o mar e a Lagoa dos Patos, a qual chamou de península. De seu relato podem ser destacadas várias impressões que nos inspiram no entendimento das relações entre as populações locais e seus ambientes. Saint-Hilaire cruzou o litoral gaúcho no inverno de 1820 quando a capitania de Rio Grande era assolada por um período de seca de mais de oito meses, castigando os campos e os rebanhos de gado. Em seu livro, Saint-Hilaire fala das muitas plantações de mandioca, de trigo e centeio, da alimentação farta em carne e dos extensos rebanhos de carneiros. Àquela época a lã tosquiada era empregada no fabrico de tecidos para ponchos, vendidos para Porto Alegre, Rio Grande e outras localidades. Durante sua viagem hospedou-se em fazendas e estâncias relatando o ofício dos escravos na lida com o gado, sempre a cavalo. Uma delas foi a Estância dos Barros, muito provavelmente onde viveram os antepassados de moradores da Lagoa e de Casca (SAINT-HILAIRE, 1999).

Àquela época, as terras onde se situam as comunidades da Lagoa e Casca pertenciam à Fazenda Barros Vermelhos, também chamada Fazenda dos Barros, de posse do Capitão Francisco Lopes de Matos⁶. Posteriormente, a Fazenda Barros Vermelhos foi desmembrada dando origem à Fazenda da Casca que fora concedida em testamento, publicado no ano de 1827, para um grupo de libertos e escravos que já ocupavam as terras de posse da viúva do Capitão Francisco Lopes de Matos, chamada Quitéria Pereira do Nascimento. O testamento concedia a posse e usufruto das terras para os herdeiros e seus descendentes e se constituiu como “uma espécie de documento de identidade do grupo perante a sociedade escravista da época (...)”, sendo considerado pelos herdeiros, os *casqueiros*, como “a lei política da Casca” (LEITE, 2004, p. 80 - 81). Adjacente à Casca, distante 13 km, encontra-se a comunidade da Lagoa do Bacupari (figura 1).

Com os constantes retornos à região, pude perceber com mais acuidade como os ambientes e formas de habitá-lo, na Lagoa e na Casca, se conectavam e se diferenciavam em sua ecologia e história, conformando as dinâmicas ambientais regionais. Ao interagir com a diversidade ecológica e cultural do litoral passei a perceber que a histórica relação destes

⁶ Informações sobre a Casca estão publicadas no laudo antropológico realizado sobre a comunidade (LEITE, 2004). Já as informações que se referem à Lagoa do Bacupari foram relatadas por Seu Nino que realiza pesquisas sobre a história de sua comunidade e região.

grupos com os ambientes locais se fazia presente nas narrativas, práticas e saberes gerados e inovados por estas comunidades. Desta forma, o convívio junto às duas famílias extensas⁷, que me receberam em suas casas na Casca e na Lagoa do Bacupari, permitiu o desenvolvimento de um estudo etnográfico que possibilitou compreender as dinâmicas ambientais enquanto as interações entre pessoas e seus ambientes, envolvendo processos históricos, ecológicos, educativos e intergeracionais.

Neste sentido, é tecido como o objetivo central deste trabalho compreender como as dinâmicas ambientais se articulam à constituição de historicidades locais e à produção do conhecimento intergeracional nas comunidades da Lagoa do Bacupari e de remanescentes de quilombo da Casca, no litoral do Rio Grande do Sul. Este objetivo desdobra-se nos objetivos específicos: caracterizar as historicidades ambientais locais a partir de tempos e eventos narrados e significativos na vida das famílias extensas; identificar e descrever conhecimentos e práticas da vida das famílias; analisar a articulação das dinâmicas ambientais aos processos de produção de conhecimento intergeracional. Neste contexto, esta dissertação pretende colaborar para o entendimento das interações entre pessoas e seus ambientes, considerando e integrando suas dimensões ecológicas, históricas e educativas.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro compreende esta introdução. No capítulo 2 é apresentada uma reflexão teórica que discute as possibilidades do diálogo de saberes entre o campo do conhecimento científico, a partir da abordagem interdisciplinar da etnoecologia, que se constrói na interface entre ciências humanas e naturais, e o campo do conhecimento tradicional. Reflete-se sobre uma perspectiva etnoecológica integrada à experiência etnográfica e estende-se uma discussão aos conceitos de percepção, ambiente e historicidade que fundamentam as análises do estudo. Segue-se apresentando a metodologia em paralelo a reflexões sobre a etnografia e sobre as relações de pesquisa que se estabeleceram. Este capítulo é finalizado com a apresentação das famílias extensas, elaborada a partir de algumas de suas histórias e noções de pertencimento apreendidas pelas narrativas de seus membros.

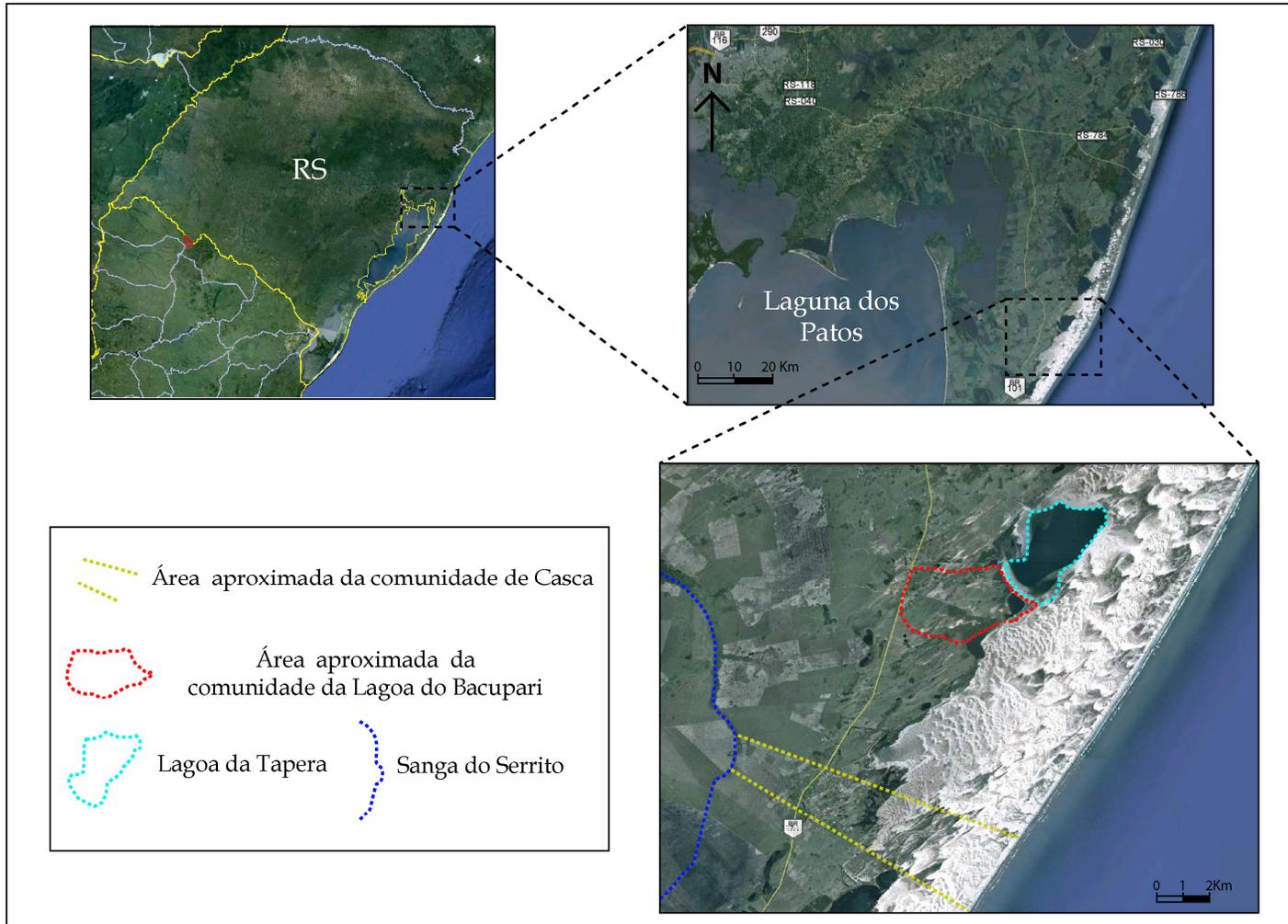
No capítulo três são caracterizados tempos e eventos narrados, significativos na vida das famílias extensas e que constituem suas historicidades ambientais locais. É discutido o

⁷ A noção de família extensa adotada neste trabalho compreende parentes e pessoas que estabelecem relações de afinidade com estes.

trabalho da memória coletiva e dos tempos e eventos narrados como reveladores de modos de vida que se reconfiguram num processo contínuo de aprendizagem com o seu ambiente, conferindo inteligibilidade ao que entendemos por dinâmicas ambientais.

No capítulo quatro são analisados os processos de produção do conhecimento intergeracional articulados às experiências práticas e perceptivas compartilhadas no ambiente. Para tanto, são identificados e descritos conhecimentos e práticas da vida destas duas famílias extensas em suas comunidades na atualidade. Igualmente busca-se apreender motivações associadas a estas práticas, analisando-as em suas dimensões cosmológica e ancestral. Neste capítulo busca-se novamente corroborar com a noção de dinâmicas ambientais, articulando os processos de aprendizagem intergeracional como parte de seus constituintes. No capítulo cinco, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

Figura 1: Localização das comunidades da Lagoa do Bacupari e remanescentes de quilombo de Casca – RS



Fonte: Elaborada pela autora com imagens do *Google Earth* (2012).

2 ETNOECOLOGIA E ETNOGRAFIA NA LAGOA DO BACUPARI E NA CASCA

Este capítulo apresenta, inicialmente, o espaço epistemológico onde a Etnoecologia está inserida e, posteriormente, as abordagens dos campos científicos da ecologia (a partir da escola francesa) e da antropologia ecológica de Tim Ingold (2000), que dialogam na perspectiva da Etnoecologia construída como referencial teórico deste trabalho. Posteriormente, apresenta-se a metodologia utilizada, a qual se constitui na experiência etnográfica vivenciada junto às famílias extensas da Lagoa do Bacupari e da Casca. Por fim, as famílias extensas são apresentadas a partir de algumas de suas histórias e noções de pertencimento apreendidas durante o processo etnográfico.

2.1 Etnoecologia e Ecologia de saberes: as possibilidades para o diálogo entre campos do conhecimento científico e tradicional

De acordo com Sousa Santos (2005), ao vivermos no contexto de crise ambiental, deflagrada desde a década de 1960, a ciência, concebida a partir de seu olhar disciplinar, não consegue apresentar respostas efetivas. A prática disciplinar isolada, seus métodos e paradigmas são insuficientes para dar conta dos fenômenos e relações sociais complexas em que a questão ambiental está inserida (GARAY, 2006; SOUSA SANTOS, 2005). Esta crise nos campos disciplinares, diante de uma questão socioambiental complexa, expõe os limites da Ciência e deflagra-se conseqüentemente um estado de crise em termos epistemológicos o que pode contribuir para a emergência de novos paradigmas. Este estado de crise é evidenciado a partir da pulverização dos saberes, da multiplicação de disciplinas científicas, as quais se desenvolvem de forma sobreposta, de modo que dificultam a visibilidade dos limites disciplinares.

Nesse bojo, emerge uma epistemologia ambiental, a partir da valorização dos saberes ambientais, que se encontram nas interfaces entre os campos científicos. Os espaços de interfaces tornam-se profícuos na construção destes saberes ambientais, os quais pressupõem a reconstrução do próprio conhecimento científico – da própria ciência, de sua ética. Neste contexto, emergem diversas possibilidades de estruturação teórica de objetos que se atravessam (HISSA, 2008).

Segundo Sousa Santos (2005) a resposta a essa situação de crise epistemológica passa por um duplo processo de debate interno ao campo da ciência, permitindo a emergência de uma Ecologia de Saberes (SOUSA SANTOS, 2010). O primeiro representa a articulação dos campos científicos de áreas humanas e naturais, no campo da Ecologia, fortalecendo os espaços de interface e estimulando novas configurações do conhecimento científico. Nesta perspectiva, a própria Ecologia é um campo de interface, que articula campos científicos. De acordo com Levêque (2001, p.20) “a ecologia, na busca de princípios unificadores nas interações entre os seres vivos e o seu meio, está na encruzilhada de numerosos saberes sobre a natureza”, sendo considerada uma ciência de síntese. De acordo com Di Castri (1981, apud LEVÊQUE, 2001) múltiplas disciplinas convergem para a ecologia, como a botânica, a zoologia, a climatologia, a ciência dos solos, a geografia, a física, a bioquímica, e a microbiologia, estando atualmente bastante próxima das matemáticas avançadas. Entretanto, o autor também considera a sociologia, a geografia humana, a psicologia e as ciências econômicas como ciências que estão no escopo de interação de uma ecologia complexa.

O segundo debate no âmbito da ciência é a articulação entre os campos do conhecimento científico com o tradicional. A Ecologia de Saberes (SOUSA SANTOS, 2010) propõe espaços de interface que articulam o conhecimento científico e o tradicional, representando a abertura de um diálogo entre formas de conhecimento em que a ciência passa a dialogar e articular-se com outras formas de saber, evitando a desqualificação mútua. Para Sousa Santos (2005) a própria ecologia é:

[...] em simultâneo, uma disciplina científica e uma forma de ação política que promove uma visão mais abrangente do mundo. A abordagem ecológica privilegia uma concepção de mundo vista de forma integrada, interligada e interdependente (entre o físico e o social). Se o paradigma dominante modelou a ciência moderna, sobrepondo a razão à matéria, a ecologia propõe uma concepção holística ou articulada, conforme as versões, da razão, da matéria e da vida, sendo os seres humanos vistos como parte de uma rede sem centro. (SOUSA SANTOS, 2005, p.29)

Nessa perspectiva, a ecologia é construída enquanto processos interculturais em que se reconhecem as inter-relações das disciplinas e a legitimidade de outras cosmovisões ecológicas. Nesta proposta, as possibilidades de legitimação das diferentes visões de mundo e as limitações da demarcação de fronteiras intelectuais entre corpos do conhecimento são essenciais (BALA; JOSEPH, 2007). Entretanto, embora exista esta concepção de uma

ecologia complexa, a abordagem reducionista delimitada em um campo disciplinar é a predominante (PICKETT, 1999 apud LEVÈQUE, 2001).

Neste contexto, o desafio é a construção de um modo verdadeiramente dialógico de engajamento permanente, articulando as estruturas do saber moderno/ científico/ ocidental às formações nativas /locais/ tradicionais de conhecimento (HISSA, 2008). Esta concepção idealiza o diálogo de saberes de forma simétrica. É nesta perspectiva epistemológica que a Etnoecologia se consolida em seu processo de interação de abordagens entre as ciências humanas e da natureza, mais especificamente entre a Antropologia e Ecologia. De acordo com Coelho-de-Souza, Bassi e Kubo (2011), o campo do conhecimento da etnoecologia se desenvolve na interface entre vertentes da antropologia e da ecologia, perpassada ainda pelo campo do conhecimento tradicional, possibilitando uma multiplicidade de abordagens. A presente dissertação constrói a Etnoecologia como espaço de diálogo entre a perspectiva de uma ecologia complexa desenvolvida pela escola francesa (LEVÈQUE, 2001; LARRERE, 2006; BARBAULT, 2006), e a antropologia ecológica de Tim Ingold.

O paradigma ecológico, resultante de uma estrutura disciplinar ainda predominante na ciência, é fruto da dissociação de campos do conhecimento, assumindo a separação da natureza, do ser humano e da sociedade, transformando-a em uma natureza selvagem a ser domesticada e, portanto, em um recurso que poderia ser explorado até a exaustão (SOUSA SANTOS, 2005). Este paradigma pautou o “princípio de naturalidade” da ecologia ecossistêmica estabelecendo uma relação direta entre diversidade e estabilidade ecossistêmica, supostamente conduzida por mecanismo de regulação e controle homeostáticos. Sob esta perspectiva, as interações humanas nos ecossistemas foram vistas unicamente como perturbadoras dos equilíbrios ditos “naturais” devendo ser limitadas e regradas, preceitos estes que foram seguidos por políticas e práticas conservacionistas mundo afora (LARRÈRE, 2006).

Pesquisas desenvolvidas sobre os conhecimentos e práticas dos “povos e comunidades tradicionais” com seus ambientes, objeto de estudo da Etnoecologia⁸, permitiram uma nova abordagem sobre as relações destes povos com a biodiversidade. Estes estudos contribuíram para o entendimento das interações históricas entre os povos indígenas e seus ambientes, passando a reconhecer, desde a década de 1980, que a presença e manejo humano indígena poderiam contribuir para a conservação da biodiversidade, e não para a sua degradação (POSEY, 1987; BALÈE, 2003). Evidenciaram, por exemplo, que certas áreas da floresta

⁸ Para visualização de uma abordagem histórica das escolas e períodos da Etnoecologia em relação à Antropologia, ver Coelho-de-Souza, Bassi e Kubo (2011).

amazônica, longe de serem reservas naturais intocadas, são frutos de uma manipulação intencional e ocupação indígena milenar, apresentando maior biodiversidade que florestas não manejadas (BALÉE, 1993⁹ apud DESCOLA, 2000; BALÉE, 1993 a, b¹⁰ apud VIVIEROS DE CASTRO, 2002a; BALÉE 2003). No mesmo sentido, estudos de Balée e Erickson (2006) afirmam que solos amazônicos com terra preta e marrom são resultados típicos de agricultura pré-histórica sendo atualmente mais férteis do que os solos próximos não tão utilizados e sujeitos a manejos ao longo do tempo. Outro exemplo, refere-se aos estudos de Posey (1987) junto aos Kayapó. Ele sugere que os usos e manejos indígenas das florestas e savanas envolvem séries contínuas de plantas domesticadas, semi-domesticadas, manipuladas e selvagens, indicando que não se pode estabelecer uma demarcação explícita entre ecossistemas naturais e remanejados.

No Rio Grande do Sul estudos ecológicos sobre o bioma pampa reconhecem que o manejo humano através do pastoreio e fogo é componente importante na constituição e manutenção dos campos sulinos, sugerindo a incompatibilidade de áreas de proteção integral sem interferência humana com a conservação destes ecossistemas (OVERBECK et al., 2007). Já os estudos etnoecológicos se debruçaram sobre problemáticas envolvendo comunidades locais, seus modos de vida e manejos dos recursos naturais, buscando equacionar alternativas para o desenvolvimento rural sustentável, conservação ambiental e construção de políticas públicas de interesse social (COELHO-DE-SOUZA, BASSI, KUBO, 2011). Nesta linha, podem ser citados os estudos sobre o extrativismo de espécies nativas como a samambaia-preta, comercializada para a produção de arranjos de flores (COELHO-DE-SOUZA; KUBO; MIGUEL; 2008), as macrófitas aquáticas utilizadas em artesanato (SILVEIRA et al., 2011) e os frutos da palmeira-juçara (palmiteiro ou açaí da Mata Atlântica). Também são relevantes os estudos sobre a pesca artesanal que identificam impactos ambientais, caracterizam a dinâmica do conhecimento ecológico local e as adaptações da atividade pesqueira à modernização da pesca (PIEVE; KUBO; COELHO-DE-SOUZA, 2009), ou ainda que, partiram das expectativas e saberes dos pescadores para adequar portarias de pesca (COTRIM et al., 2007).

⁹ BALÉE, W. Indigenous transformation of Amazonian forests: an example from Maranhão, Brazil. *L'Homme*, Paris v.33 n. 126/128, p.231-254, abr/dez. 1993.

¹⁰ BALÉE, W. Indigenous transformation of Amazonian forests: an example from Maranhão, Brazil. *L'Homme*, Paris v.33 n. 126/128, p.231-254, abr/dez. 1993a.

BALÉE, W. Biodiversidade e os índios amazônicos. In: VIVEIROS DE CASTRO, E.; CARNEIRO DA CUNHA, M. (Orgs.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1993b. p. 38-93.

Segundo Viveiros de Castro (2002a), um avanço alcançado por estes estudos, pautados sobre as estratégias de “manejo de recursos” implementadas pelos povos indígenas, foi a visibilização de conceituações nativas sobre os ecossistemas. Assim, estes estudos apontam para uma nova concepção de ecologia complexa, que segundo Larrère (2006), enfatiza a dinamicidade e a co-evolução da natureza com as sociedades humanas. A biodiversidade e os ecossistemas passaram a ser vistos sob o prisma da adaptabilidade em detrimento da estabilidade, admitindo-se que práticas de manejo dos recursos naturais podem preservar a capacidade evolutiva dos processos ecológicos.

De acordo com Sousa Santos (2005), esta abordagem, para a qual convergem os princípios da Ecologia complexa e da Etnoecologia, está na origem de amplos movimentos de defesa do ambiente, em luta pela conservação da natureza, concebendo-a como parte de um universo único, onde os seres humanos se incluem. De acordo com Barbault (2006), há carência de uma ciência eficiente direcionada à elaboração de instrumentos e argumentos para a tomada de decisão, com vistas à utilização prática por gestores, coletividades territoriais ou como apoio às políticas públicas ambientais.

Esta perspectiva busca diluir fronteiras estabelecidas entre interpretações êmicas e éticas, o que é salutar para uma comunicação simétrica entre pesquisadores e seus interlocutores. Desta forma, pode-se pensar a conservação dos ecossistemas através da garantia da autonomia dos povos em suas relações com seus ambientes. Isto implica em não submeter suas práticas ao crivo disciplinar da ciência, mas sim, tentar compreendê-las a partir das visões de mundo dos coletivos que as criam, o que é importante em qualquer intervenção que diga respeito às suas vidas.

Neste sentido, buscando compreender as formas pelas quais os interlocutores deste estudo significam e interagem com os ambientes em que vivem, se estabeleceu um diálogo com a antropologia ecológica de Tim Ingold (2000). Esta perspectiva apresenta alternativas interessantes para compreensão das inter-relações entre pessoas e ambientes. Já não se trata de diferenciar plenamente os sujeitos/organismos dos ambientes estabelecendo fronteiras entre eles, trata-se de compreendê-los a partir de suas relações. Não existindo um mundo exterior comum e passível de ser interpretado, serão múltiplos os mundos, gerados pelas experiências compartilhadas entre as pessoas nos ambientes.

Nesta seção, buscou-se discutir as possibilidades de diálogo entre campos do conhecimento a partir de uma perspectiva etnoecológica. Em virtude dos vários caminhos possíveis a serem trilhados na perspectiva dos estudos etnoecológicos, a etnografia foi escolhida como forma de contribuir para uma etnoecologia que promova a Ecologia de

Saberes. Ao longo deste trabalho dialoga-se com a obra de Tim Ingold, abordando a vida a partir de suas dimensões histórica, educativa, ecológica e cosmológica. Para tanto, a seguir são tecidas reflexões sobre esta perspectiva que contribui para o alcance dos objetivos desta dissertação.

2.2 As múltiplas formas de viver e significar o tempo e o ambiente: percepções e experiências na constituição de dinâmicas ambientais

Não é preciso perguntar-se se nós mesmos percebemos verdadeiramente um mundo, é preciso dizer, ao contrário: mundo é aquilo que nós percebemos. (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 13)

A concepção de percepção tratada aqui é derivada da perspectiva fenomenológica¹¹ que tem como referência, autores como Maurice Merleau-Ponty. Esta perspectiva, que influenciou autores como Tim Ingold e Humberto Maturana, evidencia a dimensão relacional e subjetiva na constituição da percepção e das experiências no mundo vivido. Mundo este que não existe anteriormente ao ato de habitá-lo e significá-lo a partir das relações entre os seres e o ambiente. Para Merleau-Ponty (1996), a fenomenologia é o estudo das essências, como a da percepção e da consciência. Buscar a essência do mundo não é buscar o que ele é em ideia, mas aquilo que ele é para nós antes de qualquer esforço de representação do mundo: “buscar a essência da percepção é declarar que a percepção não é presumida verdadeira, mas definida por nós como acesso à verdade”. (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 14).

Sob uma perspectiva biológica autopoietica, Maturana e Varela (2001) consideram que em nossa trajetória de vida construímos conhecimentos sobre o mundo, que por sua vez também constrói o seu conhecimento a nosso respeito. A noção de *autopoiesis* revela que a vida tem uma capacidade autogeradora uma vez que os seres vivos produzem de modo contínuo a si próprios, são unidades autônomas e sua peculiaridade está em que seu único produto são eles mesmos, ou seja, o ser e fazer da unidade autopoietica são inseparáveis. A fenomenologia do ser biológico depende de sua organização e de como esta se realiza, e não do caráter físico dos componentes do sistema vivo (MATURANA; VARELA, 2001).

Esta noção nos ajuda, a partir da biologia, a estabelecer um *continuum* entre os organismos e ambientes, cuja interação é o que permite a um ser vivo continuar existindo no

¹¹ A fenomenologia foi desenvolvida como uma disciplina filosófica fundada por Husserl no início do século XX e tem como seguidores filósofos como Maurice Merleau-Ponty e Martin Heidegger (CAPRA, 2002).

mundo que ele mesmo traz à tona ao conhecê-lo. O ato de conhecer é próprio do ser vivo, que ocorre no seu viver em relação com outros seres e meio. É neste sentido que, percebendo o mundo, o próprio mundo se constitui enquanto percebido, configurando assim o viver nas relações dinâmicas entre os seres e seus múltiplos mundos, por eles gerados e habitados. Esta idéia é tão central para Maturana e seus colaboradores que sua abordagem teórica ficou conhecida como “biologia do conhecimento” (MATURANA; DAVILA, 2009).

Capra (2002) ao dialogar com a obra de Maturana e Varela (2001) chama a atenção a como este ponto de vista difere do determinismo genético, ao considerar que a vida se insere em um *continuum* biológico que não é propriedade de um organismo, mas de um sistema ecológico. Ressalta que a vida é um processo criativo, não linear:

[...] o fenômeno do surgimento espontâneo já foi reconhecido, inclusive, como a origem dinâmica do desenvolvimento, do aprendizado, da evolução. Em outras palavras, a criatividade – a geração de formas novas – é uma propriedade fundamental de todos os sistemas vivos. E, uma vez que o surgimento dessas novas formas é também um aspecto essencial da dinâmica dos sistemas abertos, chegamos à importante conclusão de que os sistemas abertos desenvolvem-se e evoluem. A vida dilata-se constantemente na direção da novidade (CAPRA, 2002, p.31).

A noção de *autopoiesis* se aproxima da ideia de “ecologia da vida”, expressão cunhada por Gregory Bateson e adotada por Ingold (2000). O que difere as abordagens da ecologia, em geral, da abordagem ecológica de Ingold é que, nas primeiras, organismo e ambiente são vistos como entidades independentes de suas relações mútuas, cada qual com sua integridade. O organismo determinado genotipicamente e o ambiente determinado por características físicas. A ecologia da vida lida com a dinâmica dos sistemas de desenvolvimento considerando “todo-organismo-em-seu-ambiente” o que supõe uma totalidade indivisível.

A perspectiva fenomenológica é explicitada neste entendimento do ambiente como “o mundo como ele existe e é significado em relação a mim, e neste sentido toma existência e se desenvolve comigo e ao meu redor” (INGOLD, 2000, p. 20). Deste modo, vale reforçar que esta é a concepção de ambiente adotada neste trabalho. A interpretação de Pires (2010) sobre o ambiente na obra de Ingold (2000) auxilia a esclarecer esta escolha:

Estamos falando de um ambiente que é relativo ao seu organismo e, além disso, nunca se completa. Tal como um organismo (é preciso lembrar que o ambiente também é um organismo) ele está em contínua construção. O ambiente é, antes de mais nada, um processo, processo de se fazer (continuamente em companhia dos outros organismos) (PIRES, 2010, p.144).

Abordar desta maneira as relações dinâmicas entre os organismos e ambientes é bem diferente de subjugar a existência humana a um determinismo genético, geográfico ou cultural. Processos ativos engendrados pelo pensar, perceber, lembrar e aprender “devem ser estudados a partir dos contextos ecológicos das inter-relações das pessoas com os ambientes” (INGOLD, 2000, p. 171).

Neste sentido é que, para Carvalho, Grüm e Avanzi (2009), a fenomenologia de Merleau-Ponty expande a noção de verdade ao acionar o pressuposto de uma fronteira indistinta entre sujeito e ambiente, na medida em que busca desconstruir as dualidades interno/externo e sujeito/ambiente. Este entendimento corrobora com o que os autores chamam de “epistemologia compreensiva”, que alude a uma noção de compreensão em que os sujeitos estão implicados em um conhecer não objetificador e cuja orientação ecológica “evidencia-se no reconhecimento das relações simétricas com o ambiente, bem como da atividade do ambiente (não-humano) nesta relação” (CARVALHO; GRÜM; AVANZI, 2009, p. 100).

A noção de simetria nas relações entre sujeitos e ambientes pressupõe a sua interação e mútua constituição, o que conduz a uma multiplicidade de mundos possíveis de serem gerados e habitados. Nesta perspectiva, um mundo real e unitário resultante de causas naturais, objetivas e mecânicas não é mais possível, tampouco o tempo pode ser considerado universal, único para todos os seres (OVERING, 1995). Coexistem múltiplas temporalidades, o tempo é significado a partir das experiências individuais e coletivas num ambiente.

Overing (1995) destaca e critica como, nas ciências sociais, o tempo social concebido como linear e progressivo se traduziu na própria essência de uma história que se processa por mudanças e inovações tecnológicas. Deste ponto de vista, aqueles que não compartilham desta concepção específica de historicidade seriam vistos como membros de sociedades passivas, congeladas no tempo, sem história e estigmatizados por articularem visões de mundo supostamente imaginárias (OVERING, 1995). Do mesmo modo, a teoria evolucionista apresentou uma ideia implícita de uma inevitável progressão social através do tempo (WHITHEAD, 1998), o que levou os mesmos membros destas sociedades a serem equivocadamente considerados como produtos de um processo seletivo em que o colonizador civilizado, europeu ocidental, era o parâmetro do evoluído (INGOLD, 2003).

Ao aceitarmos que modos de produção de história podem variar, é possível predicar histórias específicas com base em concepções diferentes do tempo. Pode-se, neste sentido, “explorar o tempo como valor variável na criação da historicidade” (OVERING, 1995, p.

109). A experiência humana do tempo se faz a partir de nossas atividades, de nosso engajamento prático e perceptivo num ambiente que passamos a conhecer e habitar. Estes processos são dinâmicos, criativos e não lineares, o que permite que os grupos sociais renovem seus conhecimentos constantemente em função de novas experiências e de novos desafios históricos (SOUSA SANTOS, 2005).

Em relação ao contexto deste estudo, que envolve as comunidades de Casca e da Lagoa do Bacupari, interessam abordagens que rompam com o ideário modernizador que classifica modos de vida enquanto tradicionais ou modernos. Como lembra Latour (1994) a modernidade se coloca duplamente assimétrica por assinalar um novo regime, uma aceleração, uma ruptura na passagem regular do tempo e um combate em que há vencedores, os modernos, e perdedores, os antigos.

Dimensionar o fato de que as comunidades estudadas inserem-se em contextos amplos de produção de conhecimento e, portanto, interagem com perspectivas relativas à ambiente, tempo e história, articuladas por outras visões de mundo, possibilita não essencializar um modo de vida sob critérios de tradicionalidade¹². A partir das experiências com sociedades indígenas da Amazônia, Viveiros de Castro (2002a) chama a atenção para a necessidade de estudos que considerem conjuntamente as dinâmicas globais e locais que afetam a trajetória dos povos indígenas. Associa, desta forma, a uma “antropologia atenta à subjetividade histórica das sociedades, uma atitude decididamente presentista oposta às perspectivas ahistóricas defendidas até então que previam sociedades indígenas como entidades passivas ou reativas, orientadas para longe do presente, seja para um passado de plenitude adaptativa, seja para um futuro de desagregação e anomia” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002a, p. 339). Dissolveram-se neste esforço os ideários de sociedades puras ou aculturadas. Citando o exemplo da incorporação maciça da região amazônica à economia mundial, a partir dos anos 70, o autor chama a atenção para a necessidade dos estudos refletirem sobre como mudanças históricas objetivas afetam as comunidades ou grupos étnicos envolvidos, o que será descrito e discutido a partir do trabalho etnográfico junto aos *casqueiros* e moradores da Lagoa.

As experiências compartilhadas entre humanos e demais seres, jovens e velhos, nos ambientes, considerando as percepções sobre as transformações que estão em curso em um contexto abrangente, integram processos históricos e educativos que envolvem aprendizagem e constituem as dinâmicas ambientais locais, o que se busca apreender neste estudo.

¹² Feita esta consideração, a expressão “comunidades locais ou tradicionais” é utilizada para situações compartilhadas pelas duas comunidades estudadas. Em outros momentos, será especificada a comunidade. Pretende-se desta forma, considerar a heterogeneidade social apreendida no contexto do estudo.

O tempo não necessariamente corresponde a uma concepção de tempo como é representado habitualmente, linear ou cíclico, cumulativo ou não cumulativo, e nem o ambiente pode ser entendido como algo existente anteriormente ao nosso ato de habitá-lo, conhecê-lo. Desta forma, parte-se da ideia que o ambiente e tempo vividos são significados e experienciados de diferentes maneiras.

Para conferir inteligibilidade às dinâmicas ambientais locais recorre-se às narrativas, que são capazes de revelar formas de interação com o ambiente, significação do tempo e produção de historicidade local. Como nos lembra Palmeira (2002) tudo é temporalizável, mas é temporalizado aquilo que é considerado socialmente relevante pela coletividade em determinado momento. A partir das narrativas foi possível identificar tempos e eventos importantes na vida das duas famílias extensas envolvidas na pesquisa.

Estas narrativas são frutos do trabalho da memória coletiva, revelam percepções, conceitos e evocam fatos que tiveram lugar na vida do grupo. Segundo Godoi (1999), o ponto significativo da memória social e coletiva é a organização ativa das experiências vividas. O passado lembrado é situado num presente e compõem a construção perspectivas futuras, ao passo que estas também podem redefinir as versões do passado, articulando-as como instrumento de ação política. A memória coletiva, desta forma, não é exatamente aquilo que foi vivido por um grupo, e sim é construída a partir das experiências interiores e exteriores ao grupo que são apropriadas de maneira coerente com a lógica de construção identitária. A sua legitimidade não está só na “veracidade histórica”, mas sim, na sustentação que encontra no grupo pela sua eficácia simbólica, atuando como um elemento de coesão social (ANJOS; ALMEIDA, 2002-2003).

As pessoas compartilham memórias por seu mútuo envolvimento em atividades em um ambiente, o que envolve aprendizado. As ideias de Ingold (2000, 2010) sobre a “educação da atenção”¹³ apóiam a discussão e análise do material empírico sob a perspectiva de processos educativos que sustentam a produção de conhecimentos relativos ao ambiente entre as gerações. Para ele, a contribuição dos mais velhos é orientar a atenção dos mais novos que aprendem por descobertas próprias enquanto seguem os caminhos e pistas deixadas pelos ancestrais. Aqui, é importante considerar a noção de experiência compartilhada pelo engajamento prático e perceptivo no ambiente como fundamental na produção do

¹³ Tim Ingold tomou este termo de James Gibson, que desenvolveu o campo da psicologia ecológica. Este autor propôs a percepção como uma atividade de todo organismo num ambiente, em vez de uma mente dentro de um corpo, o que foi uma grande fonte de inspiração para a abordagem adotada por Ingold (2010, p. 21).

conhecimento intergeracional, o que se opõem à ideia da transmissão linear de representações sobre um mundo.

A analogia do cultivar expressa bem a ideia do autor. As pessoas “cultivam umas às outras” no sentido de que a constituição de formas de sociabilidades advém do entrosamento prático entre seres humanos, demais seres e seus ambientes. As gerações anteriores legam formas de se relacionar e modos de vidas constituintes dos corpos das pessoas - nas habilidades específicas, sensibilidades e disposições - sem que isso mereça ser explicado através de genes como veículos para a transmissão de informação (INGOLD, 2003, p. 21). A partir desta argumentação, Ingold considera que a história é um exemplo específico de um processo que está prosseguindo no mundo orgânico. A produção da história se insere no próprio processo evolucionário.

Por fim, pode-se entender o perceber e o experienciar como atos de conhecer, próprios da vida, que são contextuais e, portanto, particulares, não podendo ser traduzidos em conceitos e verdades universais sobre o real em si, sobre uma temporalidade única que transcende nosso viver experiencial. Ao adotar uma postura relacional e enfatizar o processo histórico e geracional articulado ao ambiente, Ingold (2000) chama a atenção para uma forma particular de compreensão das relações dos seres com o mundo, de nosso comprometimento com ele. Ao buscar compreender as motivações que orientam estas relações, torna-se possível um diálogo junto a visões alternativas sobre ecologia. Para que esse diálogo ocorra é necessário um deslocamento do olhar, a ponto de possibilitar, a partir das experiências vividas junto aos interlocutores, compreender melhor nosso mundo, o que remete ao próprio processo etnográfico. A capacidade de deslocamento do olhar é relativa às formas de diálogo, engajamento e comunicação estabelecidas. Neste sentido, o processo etnográfico deve se levar em conta “o aspecto comunicativo essencial que se dá entre o pesquisador e o nativo, o ‘contexto da situação’ que revela múltiplos sentidos dos encontros sociais”, devendo ir muito além de uma descrição de atos presenciados ou (re)contados (PEIRANO, 2002, p. 11). Diferentes visões sobre a ecologia de saberes podem surgir nestes encontros.

2.3 Etnografia e relações de pesquisa

A perspectiva sobre o fazer etnográfico e os “afetos” inspirou o trabalho em campo, pois permitiu reflexões sobre o processo de negociação e engajamento na pesquisa, que seguiu por todo percurso etnográfico. Igualmente, as reflexões sobre as possibilidades

comunicativas entre pesquisadores e interlocutores, considerando-se os limites da interpretação das “realidades” dos grupos pesquisados, providas do campo da Etnoecologia, orientaram as posturas e práticas de pesquisa.

Uma situação vivida pelo pesquisador Posey (2001), faz pensar sobre esta “interpretação” dos saberes em experiências de diálogo. Ele relatou que, após doze anos de pesquisas etnobiológicas junto aos índios Kayapó, vivenciou momentos intrigantes ao apresentar a eles um artigo que havia escrito sobre suas plantações. O pesquisador foi interpelado por indígenas que discordaram da concepção de cultivo que Posey havia associado às atividades kayapó. De início tentou defender sua interpretação do “cultivo” realizado pelos indígenas, argumentando que vira o povo Kayapó retirando mudas da mata e transplantando-as para os quintais e ao longo das trilhas, tirando orquídeas e amarrando-as às árvores próximas das hortas e enterrando tubérculos e sementes de espécies arbóreas da floresta. Um dos indígenas até concordou que seu povo realizava estes manejos, mas afirmou que aquelas eram plantas “naturais” e não cultivadas. Para os Kayapó “plantar” tinha um significado bem diferente daquele do etnobiólogo. Só eram “plantadas” aquelas espécies que não podiam germinar sem a interferência humana, as demais eram “naturais”, mesmo que manejadas. A partir deste encontro, Posey reconhece seu desconhecimento em relação aos conceitos e categorias indígenas de manejo, assumindo ser necessário repensar suas análises feitas até então.

Provavelmente, ainda, o ponto de vista dos indígenas sobre seus manejos estaria expressando algo além de suas concepções de espécies “naturais” ou “plantadas”. O diálogo entre pontos de vista enfrenta limites que devem ser minimamente reconhecidos no processo etnográfico. Goldman (2008) destaca que o fazer etnográfico não deve pretender discorrer sobre a “realidade” dos “nativos”, repetir seus conceitos, suprimi-los, nem projetar os nossos sobre os deles, opondo verdade à crença. O autor enfatiza que em uma etnografia o que está em jogo é reconhecer a alteridade como princípio que orienta, mas também limita a prática etnográfica. De um lado, lançamos perguntas sobre porque aquilo que as pessoas fazem e dizem lhes parece coerente e razoável. De outro, questionamos até onde somos capazes de levar a sério as palavras, práticas e os saberes daqueles com quem decidimos conviver por um tempo.

A disposição e capacidade de levar a sério condiz com o que Favret-Saada (2005) qualifica por capacidade de “ser afetado”. Para a autora, permitir-se afetar pelo encontro com o “nativo” é valorizar a comunicação não-intencional e involuntária como potencialmente transformadora do projeto de conhecimento que se pretende levar adiante. Em sua longa

experiência etnográfica na França, tratar do tema de feitiçaria só passou a fazer sentido no momento em que as pessoas perceberam que ela havia sido “pega” por feitiço, tinha sido “afetada”. “Afeto”, como nos explica Goldman (2005, p.150), não remete ao sentido de “emoção que escapa à razão, mas de *afeto* no sentido do resultado de um processo de afetar, aquém ou além da representação”.

A partir de sua vivência, Favret-Saada (2005) escolheu conceder estatuto epistemológico aos mútuos “afetos” presentes nas situações de comunicação não-intencional e involuntária. Para a autora, tais situações são geralmente mascaradas nas etnografias e tratadas no mesmo plano das informações produzidas pela comunicação intencional e voluntária. Conceder estatuto epistemológico subentende uma valorização das múltiplas formas de comunicação humana evitando desqualificar a palavra “nativa”. Nas palavras de Viveiros de Castro (2002b), significaria tomar as ideias “nativas” como conceitos, experimentá-las reconhecendo sua geração por processos inventivos e criativos que descrevem outros mundos tão possíveis quanto aquele vivenciado pelo pesquisador. Os discursos e práticas nativas devem ser encarados como desestabilizadores sobre nossas formas dominantes de pensar propiciando “novas conexões com forças minoritárias que pululam em nós mesmos” (GOLDMAN, 2008, p.8).

Durante as estadias na Casca e na Lagoa vivenciei o cotidiano doméstico familiar e comunitário quando pude estabelecer laços de confiança e ao mesmo tempo de grande responsabilidade. Convivendo com os avós, filhos e netos de um mesmo grupo familiar, encontrei uma oportunidade para focar a pesquisa nos processos de aprendizado intergeracionais, que envolvessem os “afetos” e os saberes compartilhados e dinâmicos, relativos aos seus ambientes. Igualmente pude apreender as historicidades ambientais locais pelas perspectivas das diferentes gerações em cada família extensa. Esta escolha esteve amparada pelo ritmo de vida das pessoas e pela forma como estas famílias conduziam suas atividades cotidianas e me recebiam em suas casas, onde inclusive passava alguns dias, *pousava*¹⁴ e compartilhava as refeições. Uma sensibilidade perante os valores conferidos à família, incluindo o respeito a sua intimidade, se fez cada vez mais indispensável aos bons encontros.

A experiência de Godoi (1999) ilumina com a ideia de que o convívio é fundamental para a construção de elos de confiança e generosidade, o que favorece os bons encontros. Estes são assumidos como opção metodológica que privilegia a reciprocidade ao mesmo

¹⁴ *Pousar* é o mesmo que pernoitar.

tempo em que não dissolve a alteridade. Afinal de contas, existe um objetivo acadêmico que deve ser negociado e discutido, assim como os interlocutores também articulam suas impressões sobre a pesquisa. Neste processo, as relações de troca e aprendizagem estão presentes em situações de trabalho de campo, o que garante a recuperação positiva da alteridade.

A partir de 2010, busquei estreitar laços durante várias idas às comunidades. O trabalho de campo prosseguiu e se tornou freqüente entre abril de 2011 e início de 2012 quando foram realizados oito períodos de campo distribuídos regularmente. Cada viagem à planície costeira durava em média uma semana, quando dividia minha estadia entre a Lagoa e Casca. Em outros momentos, durante o ano de 2011 e 2012, estive na comunidade quilombola do Limoeiro participando de atividades do Projeto Agroflorestas¹⁵, tais como reuniões, oficinas, mutirões e eventos comunitários que duraram um ou poucos dias. Por meio de convite dos quilombolas do Limoeiro, participei de reuniões do Fórum das Comunidades Quilombolas do Litoral¹⁶ que contribuíram muito para o meu entendimento do percurso, organização e motivações das lutas das comunidades remanescentes de quilombos. Minhas vivências como bióloga favoreceram encontros agradáveis e importantes para este trabalho, transformando a minha própria forma de ver e interagir com aquelas pessoas e ambientes. Partindo deste lugar, pude estabelecer um diálogo proveitoso com os interlocutores e interlocutoras das famílias extensas. Esta característica foi importante, especialmente, no diálogo com os jovens da Casca que freqüentam uma escola técnica de agricultura. Levei alguns livros, sementes e mudas. Eles me contaram sobre suas motivações para o estudo técnico e falaram sobre ecologia na Casca. Junto às mulheres da Casca que produzem artesanato em lã de ovelha crua, pensamos em estratégias para divulgação do artesanato. Tiramos fotos e criamos um *blog* na internet.

Na Lagoa me hospedei em um dos *campings* dos anfitriões. Procurava trazer informações sobre questões ambientais e políticas que envolviam a comunidade. Também

¹⁵ O projeto de pesquisa e extensão, ao qual esta pesquisa está vinculada, intitulado: “Fortalecimento das agroflorestas no Estado do Rio Grande do Sul: formação de rede, etnoecologia e segurança alimentar e nutricional”. Projeto CNPq Edital 58/2010. Proponentes: UFRGS (DESMA/PGDR) e EMATER.

¹⁶ O Fórum das Comunidades Quilombolas do Litoral do RS é um espaço de discussão e encaminhamento das demandas quilombolas. Pelo que pude perceber participam constantemente deste espaço representantes de seis comunidades remanescentes de quilombos do Litoral: Limoeiro, Casca, Beco dos Colodianos, Teixeira, Olhos d’água e Capororocas, além do Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos – IACOREQ e dos escritórios regionais da Emater de Palmares do Sul, Mostardas e Tavares. Eventualmente participam outros representantes de órgãos públicos como secretarias e universidades e quilombolas de outras comunidades. As reuniões são itinerantes, acontecem de dois em dois meses e são organizadas e sediadas pelas comunidades.

trocamos sementes, mudas e pude retornar algumas fotos. Estes gestos, quando entendidos como sinceros, me retornaram em mais experiências inspiradoras para a pesquisa, o que me fez valorizar o inesperado. Este foi um dos principais aprendizados deste processo, entender que o ritmo e a própria prática da pesquisa se faz a todo instante.

Procurei respeitar os momentos de cada um como pressuposto para um convívio amigável, uma vez que percebi resguardo das pessoas em relação a sua intimidade. Deparei-me com situações em que as pessoas não quiseram ser gravadas e nem fotografadas, o que fez com que eu repensasse minhas posturas em campo. Utilizei muito pouco o gravador, por ser incômodo a algumas pessoas e por perceber que os momentos que desejava compartilhar seriam promovidos por eles e elas, quando não haveria espaço para formalidades.

Foram realizadas entrevistas que buscaram focar em dimensões que demandavam do entrevistado (a) uma resposta mais narrativa e não tanto em perguntas pontuais (COTANDA et al., 2008). Na maioria das vezes conversávamos sobre muitos assuntos que, de alguma forma ou de outra, acabavam estabelecendo conexões com o tema da pesquisa. Nestes momentos favoráveis fazia algumas perguntas e eventualmente anotava algumas reflexões e informações, até mesmo frases. Nestas conversas pude apreender os tempos e eventos significativos na vida das famílias extensas, que corroboraram na constituição de suas historicidades ambientais. Sempre que oportuno, procurava realizar perguntas abertas, menos restritivas, que, conforme Posey (1987) conferem maior liberdade para que os interlocutores respondam segundo sua própria lógica e conceitos. Em outras ocasiões, as dúvidas que surgiam demandavam mais especificidade nas perguntas.

Na maioria dos diálogos que estabelecemos e momentos que compartilhamos, porém, não anotava nada, privilegiando espaço para comunicação não-intencional e involuntária (FAVRET-SAADA, 2005) e relações de reciprocidade (ROCHA; ECKERT, 2008), quando pude me sensibilizar para as motivações, sentimentos de pertencimento, processos de aprendizado e cosmologias ativadas pelas relações entre as pessoas e seus ambientes. Nestes casos, o registro das experiências de pesquisa se deu por fotografias e escrita de extensos diários de campo. O diário de campo, como ressaltam Rocha e Eckert (2008), permite exercitar a habilidade de dar vida novamente às experiências em campo, na forma escrita e com base em uma estrutura narrativa. Ainda, possibilita o registro de dúvidas e preocupações, e um contínuo processo avaliativo sobre a conduta do(a) etnógrafo(a) e o andamento da pesquisa.

Busquei atenção e uma sutileza em campo como forma coerente de interpelar as pessoas, o que, todavia, não isentou o surgimento de estranhamentos em relação aos meus

objetivos acadêmicos. Assim, tentei por diversas vezes comunicar minhas intenções e receber o consentimento para escrever sobre suas experiências e percepções. A elaboração de um mapa sobre a Lagoa e de croquis esquemáticos das chácaras na Casca, enquanto um recurso para a espacialização simbólica de percepções e formas de se relacionarem no ambiente, auxiliou na demonstração das intenções e formas de apresentação de resultados da pesquisa. Nestes momentos, realizamos caminhadas pelas chácaras e Lagoa, o que rendeu reflexões e informações relevantes. Em outros momentos de convivência pude participar de práticas cotidianas relacionadas ao artesanato, lida com as criações e agricultura.

Quando me dispunha a auxiliar em demandas comunitárias, surgiam dúvidas sobre o papel da academia junto às comunidades. Na Lagoa, onde os pesquisadores de peixes entram mudos e saem calados, e artefatos arqueológicos foram levados sem reconhecimento e apoio ao resgate da história local pela própria comunidade, a Universidade se apresenta ainda mais distante. Na Casca, onde já foram realizadas muitas pesquisas que envolvem propriamente as pessoas, foram questionados, por interlocutores, os retornos que a academia deve proporcionar. No caso do artesanato, o auxílio em sua divulgação é bem-vindo, mas percebido de diferentes formas por cada artesã. A valorização da autonomia sobre a prática do artesanato entre as artesãs pode se expressar tanto na vontade de divulgá-lo na internet e aprender a fazer isso, como na escolha em não se envolver nesta tarefa.

Atentar a estas diferentes expectativas é buscar reconhecer que a prática científica não se dá isolada e sim nas relações e experiências compartilhadas, das quais surgem novidades, situações que desestabilizam certezas e, sobretudo, educam. Neste sentido, a etnoecologia pode ser fortalecida. A sua contribuição em pesquisas e ações para o bem-estar comunitário e subsídios às políticas públicas será relativa à sua capacidade e empenho em conhecer e aprender a partir dos “afetos” e da relação com outros pontos de vista.

Reconhecendo que a contribuição deste trabalho é respectiva ao meu olhar, constituído também pela formação em biologia, busco um deslocamento deste olhar para dialogar junto a outros, sejam estes do universo “nativo” ou propriamente antropológico. A liberdade para a escrita e reflexão me fez optar por um trabalho etnográfico, que aqui considero um processo educativo e criativo, assim como o crescimento e desenvolvimento dos organismos (INGOLD, 2000) ou dos sistemas autopoieticos (MATURANA; VARELA, 2001).

Através do processo etnográfico, pretende-se aprender sobre o ambiente e história narrados a partir dos pontos de vista dos interlocutores envolvidos neste estudo - e apresentadas a seguir. A identificação e caracterização de eventos e tempos importantes, bem como as discussões que relacionam a percepção dos ambientes à ancestralidade,

pertencimentos e cosmologia ativadas nas experiências práticas, estão fundamentadas na experiência empírica, salvo algumas das notas de rodapé que têm por objetivo fornecer informações pertinentes à leitura do contexto estudado. Desta forma, não é privilegiada uma caracterização ecológica das comunidades estudadas através de “conhecimentos técnicos”, ainda que reconheça que o texto apresenta descrições emergentes do diálogo de saberes no encontro etnográfico. Da mesma maneira, somente algumas informações históricas da literatura sobre a região são referenciadas.

2.4 As famílias extensas: pertencimentos, raça e reciprocidade

A pesquisa foi especialmente motivada por duas pessoas, uma mulher e um homem, com os quais convivi nos meus constantes retornos à Casca e Lagoa da Bacupari. Com o passar do tempo, pude perceber que as valiosas contribuições ao trabalho estavam não só relacionadas à nossa empatia, mas ao protagonismo exercido em sua vida familiar. Tanto D. Vinoca (60 anos) da Casca, como Seu Chico (68 anos) da Lagoa, eram a avó e o avô mais velhos, tendo participado na criação dos filhos e netos. Aos poucos fui compreendendo como que, a partir de sua trajetória de vida, costuravam-se as trajetórias e experiências dos filhos, filhas, netos e netas. Em ambas as famílias extensas busquei interagir com pessoas de diferentes idades e gerações, o que foi muito importante para pensar dinâmicas ambientais a partir de uma abordagem intergeracional.

Aqui, pretendo apresentar as famílias extensas envolvidas neste estudo a partir de algumas de suas percepções e narrativas que revelam intensidades de pertencimentos. A noção de família extensa que consideramos neste estudo envolve laços de parentesco e afinidade. Por se tratarem de famílias extensas de duas comunidades próximas e distintas, falaremos de suas históricas relações de reciprocidade e ressaltaremos diferenças, singularidades e o compartilhamento de visões de mundo.

Este empenho fortalece a proposta deste trabalho, que é entender como as dinâmicas ambientais se articulam à constituição de historicidades locais e à produção do conhecimento na configuração de modos de vida. Assumindo o ambiente enquanto um processo histórico que se faz na mútua interação com seus organismos, incluindo as pessoas, é fundamental que a constituição de historicidades locais inclua narrativas sobre a descendência étnica e familiar.

O laudo antropológico realizado durante o processo de titulação das terras dos remanescentes de quilombo de Casca¹⁷ (LEITE, 2004), ilumina com muitas histórias já documentadas. A partir deste material e de relatos orais, foi possível situar a família extensa envolvida neste estudo, que é constituída pelos núcleos familiares das principais interlocutoras: D. Vinoca (60 anos), Flor (57 anos) e Nilza (35 anos). D. Vinoca e Flor são irmãs, netas de Etelvina Lopes de Matos e descendentes de Bibiana, uma das ex-escravas forras herdeiras do testamento de Quitéria Pereira do Nascimento. Flor e D. Vinoca, bem como seus parentes mais próximos, suas irmãs, irmãos e cunhados, moram em chácaras¹⁸ lindas, todas situadas na mesma porção de terra da comunidade chamada de “Casca de baixo”.

Nilza, juntamente com D. Vinoca e Flor, integram o Grupo de Artesanato em Lã de Ovelha Crua da Casca. No intuito de constituir o universo de pesquisa mais coerente possível às afinidades estabelecidas entre as interlocutoras e interlocutores, foi importante estreitar os laços com Nilza. Ela tornou-se *casqueira* ao casar-se com um *casqueiro* cuja família também tem parentesco com Flor e D. Vinoca, já que na Casca “todo mundo é parente”.

Ainda assim, a prática do artesanato interessou muito a este estudo uma vez que ressignifica práticas tradicionais relacionadas à criação de ovelhas e, portanto, formas de ser e viver articuladas aos ambientes locais. Convivi, desta forma, junto às três famílias em suas respectivas chácaras.

Na Lagoa do Bacupari, a família extensa considerada envolve Seu Chico (68 anos), duas de suas filhas, dois de seus filhos e respectivas famílias, sua irmã e sobrinho, todos vivendo próximos e de alguma maneira envolvidos com a atividade dos *campings*. Infelizmente, Seu Chico veio a falecer em julho do ano passado por complicações de um câncer. Tive o privilégio de vivenciar com ele alguns de seus últimos momentos em vida, e, já no contexto da pesquisa, pude escutar e registrar algumas de suas histórias. Seu Nino (62 anos) também é parente e integra a família extensa, porém mora um pouco mais distante dos *campings*.

Neste trabalho opto por identificar nominalmente somente algumas pessoas, por serem reconhecidamente pessoas centrais nas decisões das famílias e por ter convivido durante mais

¹⁷ A comunidade quilombola de Casca foi uma das primeiras a ser reconhecida como tal no Estado (ANJOS, 2004; LEITE, 2004) e a pioneira na fundação de uma associação comunitária quilombola (ano de 1999) (SILVA, 2011). Casca é a única comunidade quilombola rural a ter suas terras tituladas no Rio Grande do Sul, mais de dez anos após iniciar o pleito pela titulação, e mais de 20 anos após a promulgação do artigo 68 do ato das disposições transitórias da Constituição Federal de 1988, que garante direitos territoriais às comunidades quilombolas.

¹⁸ As chácaras são as terras de moradia e seu entorno, roças, hortas, campos e lavouras.

tempo. O resguardo dos demais interlocutores e interlocutoras me leva a não identificá-los pelo nome, ainda que possam ser identificados pelo contexto. Contudo, creio que esta opção não prejudica o entendimento do trabalho, pois na maioria das vezes faço referência a estas pessoas através do vínculo familiar mais direto estabelecido com D. Vinoca, Flor e Nilza na Casca e Seu Chico e Seu Nino na Lagoa.

Diferentemente da Casca, a comunidade da Lagoa do Bacupari não possui registros literários específicos sobre sua história. Neste sentido, o esforço de campo em determinados momentos foi direcionado para a obtenção de informações e percepções sobre sua ancestralidade em particular.

Dois interlocutores, os *trancos velhos*, primos em primeiro grau, Seu Chico e Seu Nino, narraram histórias sobre a fundação da comunidade da Lagoa do Bacupari. Este resgate histórico da fundação da comunidade não foi feito de forma exaustiva e deve ser remetido ao contexto deste estudo. Os fragmentos das histórias narradas pela comunidade da Lagoa serão situados perante as narrativas apreendidas na Casca.

Em especial, Seu Nino concedeu informações exclusivas oriundas de pesquisas que ele mesmo realizou. Ele possui documentos sobre a antiga Fazenda Barros Vermelhos utilizados para o laudo antropológico da Casca e mapeou a genealogia de sua família. Sabe os nomes completos, origens e mais detalhes históricos que foram aprendidos através de relatos orais de parentes mais velhos, pesquisas em documentos e conversa junto a estudiosos. Revelou que esta história da Lagoa é praticamente desconhecida e lamentou o desinteresse por ela. Sua perspicácia o levou a descobrir muitos artefatos cerâmicos indígenas, bem como dar a devida importância aos *casqueiros*, no caso os sambaquis. Estas descobertas ampliaram e significaram as relações com um passado distante, mas não menos importante, que acaba compondo a ancestralidade das comunidades da Lagoa e da Casca.

Segundo ele, a história das localidades vizinhas denominadas Retovado, Casca, Bacupari e Limoeiro¹⁹ é a mesma. A Fazenda dos Barros Vermelhos abrangia o território de Casca e as terras da Lagoa do Bacupari. Os donos eram o capitão Francisco Lopes de Matos e Quitéria, irmã de Mônica, a proprietária da fazenda Xarqueadas, vizinha à Fazenda dos Barros Vermelhos, e que abrangia as terras da comunidade Quilombola do Limoeiro e o povoado do Bacupari²⁰.

¹⁹ No sentido Mostardas a Porto Alegre, situam-se nesta ordem estas localidades ou comunidades que integravam duas sesmarias vizinhas.

²⁰ Bacupari é uma localidade do município de Palmares do Sul que abriga sub-localidades e/ou comunidades. Dentre elas está a comunidade de remanescentes de quilombos do Limoeiro. A Lagoa do Bacupari é vizinha ao “Bacupari” ou pode ser considerada como parte do “Bacupari”. Por situar-se

Os ancestrais familiares precursores do tronco familiar, identificados por Seu Nino, correspondem aos seus bisavôs paternos. A presença do tronco familiar na região é remetida há mais de duzentos anos. De acordo com Seu Nino, sua bisavó era uma ex-escrava forra que pertenceu ao capitão Francisco Lopes de Matos e Quitéria Pereira do Nascimento. Chamava-se Clara Teodora da Conceição ou Clara Teodora de Jesus. Ela casou com um imigrante napolitano chamado Antônio Martins. Clara possuía um irmão, também ex-escravo forro, que fora adotado por Antônio Martins recebendo o mesmo nome que ele. “Eram da gente do capitão”, dizia Seu Nino. O irmão adotado, Antônio Martins, é o avô de Seu Nino e Seu Chico.

O tronco familiar de Seu Chico e Seu Nino é conhecido na região como os *Clari*, uma vez que por sucessivas gerações, sempre havia uma mulher que recebia o nome de Clara na família. Na Casca e no Limoeiro foram feitas referências aos *Clari*, o tronco familiar que vive na Lagoa do Bacupari²¹. Assim, o avô de Seu Chico e Seu Nino é referido como Antônio Clari (Antônio Martins). Antônio Clari casou com Simiana da Silva Martins, do Bacupari, e o novo casal construiu a primeira casa, ainda existente, na Lagoa do Bacupari. Eles tiveram sete filhos, dois faleceram e os outros cinco constituíram novas famílias. Dois dos filhos homens de Antônio Clari e Simiana são os pais de Seu Chico e Seu Nino. Perguntei ao Seu Nino quem era Simiana. Ele afirmou: “era da mesma gente, uma morena de cabelo liso, índia, cabocla”.

Assim, pelo relato dos interlocutores, sobretudo dos mais velhos, “na Lagoa eram só cinco famílias”, justamente as constituídas a partir dos filhos de Antônio Clari e Simiana. Atualmente, seus descendentes que vivem na Lagoa somam cerca de vinte e cinco famílias. As novas famílias foram constituídas quando os *nativos* da Lagoa firmaram matrimônio principalmente com pessoas de outros troncos familiares da região, do estado de Santa Catarina ou eventualmente do mesmo tronco familiar. Neste sentido, historicamente constituíram relações de parentesco com pessoas da Casca, Bacupari e outras localidades da região e municípios. Neste fluxo, muitas pessoas também já saíram e voltaram da Lagoa estabelecendo morada principalmente no Bacupari, Palmares do Sul, Mostardas e região metropolitana de Porto Alegre.

Sobre a história da Lagoa, pode-se inferir que a permanência do casal Antônio Clari e Simiana nas terras da Lagoa no Bacupari se deu em um contexto diferenciado daquele da

na divisa municipal de Palmares do Sul e Mostardas, atualmente está sob jurisdição da prefeitura de Mostardas.

²¹ Uma família que habitava outro lado da costa da lagoa era conhecida por *Gabrieli*, que não era sobrenome oficial, mas referia-se a uma linhagem em que vários homens se chamavam Gabriel.

comunidade de remanescentes de quilombos da Casca, que herdou terras que já ocupava mediante o testamento de Quitéria Pereira do Nascimento. A presença de um imigrante branco napolitano como figura central do tronco familiar que, segundo alguns interlocutores, trabalhava “lidando com os escravos do capitão”, e do qual teria derivado o sobrenome “Martins”, pode indicar que seus descendentes puderam se estabelecer ali mediante a concessão ou mesmo compra de terras que foram ocupadas pelas famílias geração após geração. Apesar dos poucos relatos aos quais tive acesso, ao que tudo indica, Antônio Clari possuía grandes quantidades de terra, sendo considerado “gente bem de vida”.

Traduzir algumas das conexões e diferenças percebidas entre as duas comunidades é uma tarefa delicada e complexa que desafia nas escolhas teórico-analíticas e nas formas de abordar textualmente as experiências vividas em campo. Existem alguns caminhos possíveis já trilhados em outros trabalhos e obras que permitem discutir e analisar noções de pertencimento constitutivas de modos de vida. Muitos trabalhos se utilizam do referencial teórico da etnicidade, sobretudo a partir da obra de Fredrik Barth - *Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras* (1998). Abordagens com as quais este trabalho dialoga de forma mais frutífera problematizam esta obra de Barth criticando a existência de fronteiras culturais e sinais diacríticos como totalizadores de modos de vida em uma relação hierárquica com outros aspectos da vida social. Neste caso, a sobreposição do “étnico” ou da “eticidade” estaria presente principalmente na concepção dos pesquisadores que enfatizam este aspecto (SILVA, 2004).

Esta experiência etnográfica aproxima-se de uma abordagem que considera múltiplos²² pertencimentos na constituição de um modo de vida. Buscando apreender a constituição do fenômeno social *pessoa* em Casca, Machado (2009, p. 53) o vislumbra como um “compósito não hierárquico” de socialidade alargada a todos os seres do cosmos. São múltiplos pertencimentos que se estenderiam para além das relações sociais entre humanos, colocadas em destaque pela teoria da etnicidade. Silva (2004), em trabalho realizado junto aos blocos afros de Ilhéus, na Bahia, destaca que são diversas as motivações dos agentes em seu cotidiano, nem sempre orientadas explicitamente pelo caráter étnico. Ao orientarem-se pela multiplicidade, o etnógrafo e etnógrafa ampliam o olhar em relação ao mundo com o qual o interagem.

No caso deste estudo, as comunidades compartilham pertencimentos entre si, ao mesmo tempo em que se distinguem. Os múltiplos pertencimentos podem ser dimensionados

²² Para Law (1999) e Mol (2002) apud Silveira (2011) a noção de multiplicidade supõem diferenças que estão em relação umas com as outras, constituindo-se a partir dessa relação.

pelas relações sociais e ecológicas, pelas formas de habitar um mundo, de percebê-lo e conhecê-lo. Retornando ao material etnográfico, propõe-se um diálogo a partir destas ideias.

Uma história contada por Seu Chico é reveladora das relações nutridas entre os *Clari* da Lagoa, os *casqueiros* ou *chacreiros da Casca*, e o *peçoal da Madeira* ou do *Limoeiro*. Sua irmã estava grávida e, sentindo muitas dores, disse a Chico que fosse buscar uma parteira. Estava armando-se um temporal, “daqueles brabo que não dá mais hoje em dia, uma tormenta que Deus mandou!”. Seu Chico encilhou um cavalo e levou uma égua junto para a locomoção da parteira. Foi até a Casca, no *quilombo*, onde a parteira disse que não poderia sair de casa, pois havia “tomado um chá quente”. S. Chico subiu no cavalo e foi até o “Quilombo do Limoeiro, lugar de nego valente”, onde encontrou outra parteira que se dispôs a atender o parto dizendo: “nesse caso não posso deixar de atender”.

A ênfase dada por Seu Chico nesta história estava nos momentos tensos que enfrentou por desafiar “uma tormenta que Deus mandou” na madrugada, sentindo sua vida ameaçada por um relâmpago, ainda que não pudesse negar seu dever fraterno. Entretanto, este caso revela que as parteiras dos quilombos eram reconhecidas e lembradas pela comunidade da Lagoa do Bacupari. Os *nativos*²³ da Lagoa ainda recorrem a estas mulheres quilombolas especiais, reconhecendo sua importância no cuidado à saúde. Em outra ocasião, uma das filhas de Seu Chico relatou ter ido recentemente à Casca consultar uma benzedeira, pois estava com alergia causada pelo pé da *aroeira*. Seu marido a teria levado lá e teria lhe dito que necessitava ter fé. Estas redes de sociabilidade conectam os âmbitos comunitários e familiares há gerações.

As trocas também ocorreram no âmbito dos matrimônios. No trânsito pelas comunidades foi possível atestar a existência de parentesco entre elas, inclusive entre pessoas relacionadas às famílias extensas. Mesmo que os parentes não pertençam à mesma comunidade ou não convivam, os laços de parentesco ou afinidade são sempre conhecidos e lembrados, o que denota sua importância. Ouvi dizer na Casca sobre uma família da Lagoa: “mesmo que seja parente de longe, a gente não esquece”. Neste sentido, as noções sobre parentesco e família se encontram, mas nem todos os parentes são considerados parte da mesma família “afetiva”. A família “afetiva” é aquela com quem se pode contar e geralmente irá corresponder aos parentes e vizinhos mais próximos da mesma comunidade, sendo o mesmo que a família extensa.

²³ Os moradores tradicionais da Lagoa se chamam de *nativos* em relação aos novos moradores que não são parentes.

Seu Nino reconheceu ter parentesco com os *casqueiros*, o que não é suficiente para torná-lo um deles. A Casca é terra de parentes e *casqueiro* é quem nasce e/ou vive na Casca e é parente de outro *casqueiro*. A sua morada é a Lagoa, como ele mesmo diz: “sou tronco enraizado aqui!”. Já sob outro ponto de vista, do compartilhamento de visões de mundo e convívio histórico, ele reconhece: “somos da mesma gente, me criei com eles, meu pai conhecia muitos de lá, estavam sempre juntos”.

Além de certo parentesco, existem laços de amizade e um reconhecimento mútuo de pertencimentos diferenciados na região. “O Seu Chico sabe tudo da Lagoa”! Certa vez ouvi no Limoeiro um quilombola falando de Seu Chico, com quem havia trabalhado em uma fazenda na época da juventude. Na Lagoa uma das interlocutoras ressalta a união dos *casqueiros*: “como eles são unidos, não é?”, revelando que a solidariedade constitui as bases de um modo de vida. Da mesma forma, entre as pessoas da Casca é nutrido um sentimento de cuidado mútuo a partir da noção de “uma grande família” que fortalece os laços de parentesco e afinidade. Ao conversar com Nilza, ela expressou o que reconhece por mais importante na sua comunidade:

Aqui é como se fosse uma grande família! É isso que eu acho mais interessante, um se preocupa com o outro. Se alguém da comunidade tá doente ou precisa de uma ajuda é só dá um grito. Se alguém da comunidade sai, pra fazer alguma coisa, todo mundo torce por essa pessoa. (Nilza, 35 anos)

Em várias ocasiões encontrei os interlocutores da Lagoa na Casca e os quilombolas do Limoeiro e Casca na Lagoa do Bacupari. Geralmente, as comunidades se encontram e se divertem em festas e bailes comunitários como as festas juninas na Casca e Limoeiro e passeios na Lagoa no verão. Moradores da Solidão, do Retovado, Barros e Bacupari, entre outras comunidades locais, também estabelecem relações com os quilombos e Lagoa. A proximidade geográfica entre estas localidades e comunidades, ilustrada na figura 2, nos auxilia na espacialização das relações sociais estabelecidas entre elas.

quilombos, como um projeto de cidadania negra, transformou a vida destas comunidades e afetou toda a rede social em que elas se inserem. A comunidade da Lagoa do Bacupari, por exemplo, passa a identificar e entender as comunidades vizinhas enquanto *quilombos*, ao mesmo tempo em que retoma a sua própria história.

Na comunidade da Lagoa do Bacupari os interlocutores que fizeram referência a sua ancestralidade e raça se identificam enquanto *misturados* ainda que não exista um consenso em relação à mistura. “A minha raça é toda misturada”, disse certa vez Seu Nino reconhecendo a *mistura* entre brancos, negros e *caboclos*. Outro interlocutor, mais jovem, reconhece a *mistura* em sua família e afirma: “não sou do lado dos negros, sou do lado dos índios.” Neste sentido, aparecem diferentes percepções sobre a ancestralidade comum que indicam posicionamentos assumidos relativos à raça. Percebi que falar sobre descendência na Lagoa poderia remeter a um constrangimento associado à descendência negra. Neste sentido, importa considerar que estas percepções emergiam no contexto de uma pesquisa realizada por uma estudante branca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Assim, as diferentes percepções relativas à ancestralidade comum e raça na comunidade da Lagoa, aparentemente contraditórias, expressam diferentes posições assumidas perante o contexto social racista de nosso país.

Anjos (2004-2005; 2008) destaca que no cotidiano brasileiro é evidente a racialização das relações sociais que se revela, por exemplo, nas estatísticas de oportunidades acessadas pela população negra, bem como de processos judiciais acusatórios em que pessoas se vêm discriminadas racialmente. Neste sentido, raça se expressa enquanto um construto social histórico e não pode ser dispensada enquanto um conceito sociológico que possibilita explicitar “mecanismos de produção de desigualdades sociais fundamentais”, mascarados sob a “ideologia da mestiçagem e graduação de cores” (ANJOS, 2004, p. 91). Desigualdades estas, que evidenciam a necessidade de políticas afirmativas.

Desta forma, falar em raça não pode remeter somente às categorias nativas de identificação étnica. Sob esta perspectiva²⁴ deve-se ir “além das categorias nativas para

²⁴ O autor realiza uma leitura sobre os embates entre duas vertentes de pensamento que se detém às discussões em torno da raça nas ciências sociais brasileiras. A perspectiva com a qual este trabalho dialoga é denominada de construtivista objetivista. A outra vertente é chamada de construtivista perspectivista e trata de enfatizar a construção de categorias raciais em contextos locais e a existência de uma multiplicidade de formas de operacionalizar sistemas classificatórios raciais. Estes diferentes posicionamentos têm implicações políticas divergentes. Ao sustentar, a partir de estudos científicos sobre construção de categorias raciais, que não se deve racializar as relações sociais no Brasil, pode-se assumir que o Brasil já alcançou sua utopia de igualdade racial e as políticas sociais não necessitariam de um recorte racial. Por outro lado, a perspectiva construtivista objetivista fomenta políticas

encontrar um subtexto mais estrutural que explicita uma contraposição de raças escamoteada” (ANJOS, 2004, p. 92). Esta abordagem nos faz suspender a idéia da “mistura” citada na Lagoa, e reconhecer a existência e operância do preconceito e discriminação racial, que inclusive aparece em outras narrativas.

Na Lagoa, Casca e Limoeiro ouvi histórias sobre negros e negras que sofreram com a escravidão e sobre discriminação racial. Nas comunidades quilombolas, estas narrativas centravam-se nas histórias vividas por seus antepassados ou em situações de constrangimento relacionadas a parentes que “são negros e não querem ser” ou mesmo sobre discriminação racial vivida por eles próprios.

A tapera da fazenda Barros Vermelhos ainda persiste em terras próximas à Lagoa e Casca. Um dos filhos de Seu Chico, e também Seu Nino, já percorreram este caminho diversas vezes, buscando resgatar vínculos ancestrais com o passado. Naquela tapera ainda são vistos os grilhões dos escravos e os tijolos que foram feitos por eles. O filho de Seu Chico trouxe um destes tijolos “socado” pelos escravos de forma artesanal em barro, cinza e conchas da praia. O tijolo foi todo envernizado e está guardado em seu *galpão crioulo*, lugar preferido, onde existe um pequeno museu com muitas peças e artefatos das lidas da vida rural. Foi uma das primeiras coisas que ele me mostrou, seguida de histórias sobre a época sofrida da escravidão.

São histórias que atravessam as gerações e são recontadas com um tom de denúncia e reprovação ao sistema escravista. Uma das histórias contadas por Seu Nino está focada nas relações solidárias estabelecidas entre seus antepassados com o pessoal “da Madeira”, como também é conhecida a comunidade de remanescentes de quilombo do Limoeiro:

A minha mãe é de lá (do Bacupari²⁵), tinha a chácara pegada ali. A minha avó contava muitas histórias das negrinhas. Tinha uma negra velha, a Joana, que o senhor mandou embora, ela ficou velha e naquele tempo faziam isso, mandou ela embora. Minha avó levou ela para casa. Ela ajudou a criar os filhos (Seu Nino, 62).

Esta narrativa sugere que a escravidão e o seu triste legado afetam de diferentes formas as comunidades remanescentes de quilombos e a comunidade da Lagoa. Estas diferenças são em certos momentos sutis, uma vez que, há tempos estas famílias estabelecem laços de parentesco e afinidade, distinguindo-se de famílias brancas pertencentes às elites

afirmativas como forma possível de elevar a população colocada sob desvantagem racial a uma maior situação de equidade social (ANJOS, 2008).

²⁵ O Bacupari é uma localidade onde está situada a comunidade de remanescentes de quilombos do Limoeiro e onde vivem muitas outras famílias.

políticas e econômicas da região. Este devir minoritário, que se expressa perante o domínio das elites locais, se faz presente na solidarização e cumplicidade de interlocutores da Lagoa para com a luta contra o preconceito e discriminação racial e a causa quilombola, bem como o apoio das comunidades quilombolas ao cuidado ambiental pretendido pelos moradores da Lagoa do Bacupari.

A permanência em duas comunidades que se relacionam desde muito tempo ajuda a compreender o que está em jogo quando se fala em ser e pertencer. Esta experiência etnográfica sugere uma multiplicidade de pertencimentos que se afetam. Envolvem categorias locais de classificação racial e descendência étnica, o pertencimento a um tronco familiar (como os *Clari* na Lagoa) e o convívio e compartilhamento de um passado e de visões de mundo: ser “da mesma gente” e se considerar *casqueiro* ou *casqueira*. Ainda assim, dentro das próprias comunidades, grupos e famílias, existem muitas diferenças, intensidades de pertencimento nunca absolutas e hierárquicas.

As relações históricas e ecológicas estabelecidas entre estes grupos se traduzem em uma territorialidade²⁶ negra que é abrangente. No dia a dia, são ressignificadas as redes de sociabilidade nestas comunidades, em que o parentesco e a ancestralidade tem um lugar central nas relações ecológicas. As sementes, plantas e alimentos da terra circulam e são trocados. Se expressa o cuidado com o que é da *natureza*, aprende-se no convívio com os mais velhos e buscam-se novas alternativas para as lidas com a terra.

Uma multiplicidade de formas de habitar um mundo remete a pertencimentos que se fazem pelas relações entre pessoas e seus ambientes ao longo do tempo. Nos próximos capítulos serão trazidas experiências que dialogam com estas idéias a partir da constituição de historicidades ambientais e dos conhecimentos produzidos nas experiências compartilhadas no ambiente por cada uma das famílias extensas.

²⁶ A noção de territorialidade referida neste trabalho é inspirada na interpretação de Anjos (2004, p.73): “O território é mais um lugar de investimento de projetos, desejos, representações, comportamentos como nos dizia Guatarri (1986) no tempo que no espaço, ou melhor, é o investimento do desejo no ritmo temporal muito próprio de um lugar”.

3 TEMPOS E EVENTOS: A CONSTITUIÇÃO DE HISTORICIDADES AMBIENTAIS

A partir das narrativas dos interlocutores e interlocutoras da Lagoa do Bacupari e da Casca pretende-se, neste capítulo, discutir a constituição de historicidades ambientais locais. Buscando caracterizar estas historicidades foram identificados e descritos tempos e eventos que expressam relações ecológicas significativas na vida das famílias extensas. Palmeira (2002) ajuda a compreender o que está em jogo quando os interlocutores referem-se a determinados tempos ou épocas, ou mesmo identificam eventos que marcam estes tempos. Ao buscar explorar as diferentes dimensões do “tempo da política” vivido pelas populações que estudava, o autor conclui que ao falar em tempos seus interlocutores tratam de “descrever ou postular um conjunto de atividades adequadas e um ritmo próprio à sua consecução em um determinado momento” (PALMEIRA, 2002, p. 172).

Assim como Palmeira (2002), nesta experiência etnográfica percebeu-se que os tempos narrados são geralmente definidos por atividades socialmente relevantes. No caso deste estudo, alguns dos tempos são também marcados por eventos que promoveram relações transformadoras nos modos de vida.

Estes eventos ou tempos podem ter importância para ambas as famílias extensas e comunidades. Serão apresentados paralela ou conjuntamente, observando-se as percepções específicas de cada grupo. Por exemplo, eventos como a secagem do banhado da Solidão marcaram o tempo da coletividade nas duas comunidades, ao passo que o início da *puxada d'água* para a rizicultura é um evento importante na vida das pessoas da Lagoa e ocorreu quando o arroz ainda não havia chegado às chácaras quilombolas.

Os tempos e eventos, ao expressarem as relações ecológicas e históricas em curso no ambiente, denotam formas de organização e significação do tempo que não correspondem ao “tempo histórico”, caracterizado por ser cumulativo e cronologicamente datado por anos. Não existindo necessariamente uma linearidade de acontecimentos, esta constituição temporal não deve ser interpretada em termos de causas e consequências absolutas ou cumulativas. Da mesma forma, é parcial e relativa à experiência etnográfica em questão.

Quando se apreende o tempo vivido a partir de eventos ou tempos acaba-se falando em mudanças. Como nos lembra Ingold (2000), o fato de as pessoas fazerem coisas diferentes agora do que faziam em algum passado não indica ruptura na tradição ou falha da memória. Neste sentido, não se trata de opor mudanças à continuidade e sim conduzir uma leitura que compreenda os tempos e eventos enquanto processos. Desta forma, as narrativas, frutos do trabalho da memória, nos revelam processos em que as experiências vividas são lembradas,

ampliadas e presentificadas a partir das vivências atuais compartilhadas por indivíduos e coletivos.

Partindo destas concepções, pretende-se refletir sobre outras maneiras de relacionar-se no ambiente, de concebê-lo, agir nele e por ele ser constituído, entendendo estes processos como educativos, ecológicos e produtores de perspectivas temporais singulares. A caracterização das historicidades ambientais locais contribui para a apreensão das dinâmicas ambientais particulares e compartilhadas pelas comunidades.

3.1 No tempo das casas de junco

Pensar que comunidades inteiras viviam em casas feitas de junco, há apenas 25 ou 30 anos atrás, remete a um contexto ecológico e histórico que emerge particularmente nos relatos orais, sendo ignorado pelos registros historiográficos oficiais. As narrativas sobre as casas de junco revelam o quão simbólico e importante é este período na vida destas duas famílias extensas. A partir da memória coletiva, as pessoas que viveram e ajudaram a construir as casas de junco de suas famílias recriam um ambiente passado, conectando-o ao presente.

No tempo das casas de junco toda família empreendia a construção. Os juncos, de no mínimo 3 espécies, eram coletados e formavam tanto as paredes como os telhados das casas. Estas plantas típicas de banhados, lagoas ou ambiente arenoso são chamadas na Casca genericamente por *palhas* ou mais especificamente por *junco da lagoa*, *junquinho da areia* e *espadana*, cada qual com suas características e utilidades específicas. O *junquinho da areia* era usado pra fazer o telhado da casa enquanto que o *junco da lagoa* e a *espadana* eram para as paredes. O chão da casa era batido e ali mesmo poderia se fazer um fogo. Quanto mais destreza se tinha em amarrar os feixes, mais durabilidade apresentava a casa.

A casa revelava-se pelo engajamento criativo das pessoas no ambiente. Um aprendizado compartilhado que exigia habilidade, atenção e trabalho intenso. As narrativas relativas a esta prática podem ser entendidas como “frutos de certo modo de vida na terra” (INGOLD 2000, p. 148). As tentativas em demonstrar a amarração e disposição dos *fardinhos de junco* nas armações das casas, outrora construídas na Lagoa e Casca, exprimem um saber que é constituído na prática. Como o saber-fazer que promove a autonomia sobre o trabalho, no sentido atribuído por Woortmann e Woortmann (1997) a partir da experiência de pesquisa entre os sitiantes do Sergipe.

As lembranças da casa de junco são tecidas singularmente a partir das experiências de cada pessoa. A casa de junco é motivo de orgulho. D. Vinoca revela que dominar habilmente o saber-fazer constituía-se como um diferencial: “Nós moramos em casa de junco. Sabendo fazer, dura anos”.

A casa de junco é narrada por pessoas de várias idades, gerações atuais de avós, pais e mães. Para uma das filhas de Seu Chico, por exemplo, é uma lembrança da infância, de quando buscava o junco com os irmãos na lagoa, trazendo num carrinho de mão. Era uma época de união da família, de brincadeiras, quando também se criava rebanhos de ovelha no *campo livre*, sempre a cavalo.

O junco também era vendido. A família de Seu Chico, sua mãe e irmãos, coletavam e *batiam o junco da lagoa*, que era levado em caminhões para Porto Alegre onde era utilizado na fabricação de esteiras.

A princípio, não se sabe da atual existência de casas de junco por lá. O avanço da rizicultura irrigada foi responsável pelo desaparecimento das *palhas* e pelas alterações nos habitats dos juncos na Lagoa. A memória coletiva confere importância às relações ecológicas vividas neste tempo, ao passo que é transformada por um sentimento de perda e tristeza gerado pela destruição dos juncos e seus ambientes.

A pesca participou desta época, e também se transformou. É ressignificada pela lembrança e evoca pertencimento a um modo de vida inspirado nas relações com a lagoa, com o mar e com os peixes. São muitas histórias de pescarias, de convívio familiar, trabalho e diversão.

3.2 O tempo do peixe salgado - “Vivia disso aí, não é”?

Aí nós vínhamos da praia, eu e uns primos meus. Nós íamos pousar na praia, porque ninguém comia peixe da lagoa, não é? Traíra... Mais era jundiá. Cará ninguém comia, biru também não. Então nós combinávamos e íamos pousar na praia. Pegava os cavalos e ia para a praia. No outro dia nós vínhamos da praia, então, pra lavar as tarrafas, tirar aquele sal das tarrafas. Aí nós fazíamos jogo, não é? Todos fumavam. Digo: ‘tem uma carteira de cigarro pra quem pegar mais cará na tarrafeada!’ (risos). Aí incentivava: ‘vou ganhar uma carteira de cigarro, vou pegar bastante...’ O que tirava mais ganhava a carteira de cigarro (risos). Isso aqui, eu conheço a lagoa há anos. Há anos, não é? (Seu Chico, 68).

A pesca no mar e nas lagoas do Bacupari, narrada por Seu Chico, nos revela um viver amparado na família e nas relações ecológicas compartilhadas no ambiente. As terras do

tronco familiar dos *Clari* são rodeadas de água por todos os lados, doce e salgada. Chuva também não é pouca, principalmente no inverno, quando os banhados enchem, se conectam com as lagoas e sangas, encontram dunas e matas e formam *extensões* de campos alagados e encharcados. Os peixes nesta época estão aproveitando a abundância de água e comida, alguns já estão procriando e muitos outros serão vistos com maior frequência na primavera, ao final da época de chuvas.

Pescar tornou-se uma atividade principal no cotidiano doméstico, sendo desenvolvida e estimulada por Seu Chico, que orientou a atenção de seus filhos para o aprendizado da pesca. A partir de uma conversa sobre o trabalho na região em épocas passadas, Seu Chico narra a importância da pesca e da venda do peixe salgado, que sustentou sua família por muitos anos:

Seu Chico: O pessoal trabalhava pra fora, porque não podia sobreviver aqui, não é? Não tinha os alimentos. Tinha aqueles que eram aposentado, que eram rico, aí tinha, não é? Mas um casal novo, que casasse assim, não tinha como sobreviver, não tinha serviço, não é? Não tinha serviço, a não ser pescar. Pescar, primeiro aí no meu tempo, aí não vendia peixe assim de quilo. Vendia de arroba, tudo salgado o peixe.

Alana: O senhor fazia isso?

Seu Chico: Fazia. Tudo salgado. Era tudo de arroba, era 15 quilos.

Sua narrativa revela elementos representativos de uma época e prática, quando não havia energia elétrica e a conservação do peixe para o consumo se dava através do salgamento em salgadeiras²⁷. Ali, os pescados eram regados à salmoura e dispostos lado a lado, encostando “couro com couro”. Após uma semana os peixes estavam prontos e poderiam ser expostos ao sol. Eram enfardados e pesados. Vendia-se na Lagoa para o comprador que viesse buscar o peixe, ou na vizinhança, no Bacupari e redondezas. Uma das filhas de Seu Chico lembrou de quando percorriam estes lugares na Semana Santa, com o cavalo que carregava os cestos de peixe salgado a ser vendido.

Com o tempo, o peixe da lagoa “começou a valorizar” e passou a ser salgado junto. Mas a preferência era pelos peixes pescados no mar, o que estimulava expedições de pesca. Assim, o extenso campo de dunas, os *combres*, situados entre as lagoas do Bacupari e o oceano, era constantemente percorrido em busca dos peixes marinhos. Nesta jornada, os cavalos ou carretas de boi eram fundamentais, pois carregavam o alimento necessário, apetrechos de pesca e os peixes. Podia-se permanecer na praia de um dia para o outro e a

²⁷ A salgadeira é um recipiente inclinado feito de tábuas de madeira.

pesca era realizada de tarrafa ou fisga no mar, sem o uso de barcos ou *caícos*²⁸. A abundância de peixes era tanta que “se pescava até com a mão”, e “até cachorro pegava peixe”. Uma das irmãs de Seu Chico lembra que em épocas de chuvas abundantes de inverno abria-se a porta da casa e ali estavam birus nas poças d’água. O pessoal costuma dizer que “dava nojo de tanto peixe que tinha”. Escutei histórias de pescarias incríveis: mais de duzentos jundiás pescados em um dia e uma noite. Esta abundância se traduzia em um ecossistema igualmente abundante e diverso, em uma intensidade de trocas ecológicas. Seu Chico se lembrou de habitantes numerosos, como as lontras e os jacarés. As tocas de lontras eram tantas que formavam uma “cidade” e “jacaré era que nem toco de pau na lagoa”.

Já a esta época, moradores da Lagoa inseriam-se, como trabalhadores, no modelo de crescimento econômico que se propagava pela região, promovido pelas elites político-econômicas locais através da rizicultura irrigada. Da mesma forma, suas terras e ecossistemas foram visados como fornecedores de recursos indispensáveis a este projeto, colocando em risco a manutenção da pesca, uma prática tão significativa para esta comunidade.

3.3 O início da *puxada d’água* e a represa na lagoa – “a ferida que não curaram”

O arroz irrigado é plantado na região há mais de cinquenta anos, quando foram implementadas as primeiras *puxadas d’água*²⁹, na época feitas pelas locomóveis, máquinas a vapor alimentadas pela queima do *mato nativo*. A fartura de água e terras planas promoveu a região, que sistematicamente passou a ser ocupada com as lavouras de arroz irrigado, processo que se intensificou com a mecanização da produção.

Um dos sobrinhos de Seu Chico precisou que as *puxadas d’água* tiveram início na Lagoa durante o governo estadual de Leonel Brizola (1959 - 1963). O governo tinha como meta o incentivo à rizicultura no Estado, inclusive nos assentamentos de uma reforma agrária conduzida pelo governador, como nos relatou o sobrinho de Seu Chico: “Pôr arroz, faz quarenta anos. Foi invenção do Brizola. Negócio de *puxe d’água* quem inventou foi ele. Foi a reforma agrária. Fizeram casas, deram área de terra [...]”. Uma das fazendas destinadas à

²⁸ *Caícos* são barcos pequenos geralmente movidos à remada.

²⁹ As *puxadas d’água* consistem num sistema de bombas e canais construídos para a irrigação da lavoura de arroz. No litoral do RS sugam principalmente a água das lagoas costeiras.

reforma agrária era propriedade de Brizola e se localizava no atual município de Palmares do Sul.³⁰

Seu Chico nos narra um pouco deste contexto a partir da lembrança de seu cotidiano na Lagoa àquela época:

Eu tinha dezessete anos quando foi a puxada d'água aqui. Aí um dia eu peguei um primo meu, nós fomos carnear uma vaca, tirar aqui do mato. A vaca era doida, doida, braba, não é? E tu sabe, bom, tu conhece a lagoa, não é? [...] A vaca saiu do meio do mato e nós não conseguimos laçar. E a vaca se atirou no perau (parte mais funda da lagoa). E era assim o barranco do perau, era assim ó! Tu vê, quantos anos faz, viu? [...] E aí digo: 'Bulica, vamos embora. Vamos se esconder no mato. Deixa a vaca sair'. E ela foi lá pro meio da lagoa lá, porque tu sabe que o gado, quando cansa, ele vira o bucho pra cima e ali ele fica boiando pra descansar, entende? E aí saímos, saímos pra fora. Aí se escondemos. Daqui a pouco nós olhamos ela vinha saindo, aí conseguimos pegar. Mas há muitos anos isso aí, muitos anos. Do barranco aqui ó, tinha mais ou menos cinquenta metros que era tudo gramado, tudo mato, e a lagoa. Depois eles represaram lá e a lagoa começou a encher e terminou as árvores! Um dia que eu tiver um tempo vou sair contigo aí e te mostrar 'tim tim por tim tim', o que é e o que não é. É uma lástima isso aí (Seu Chico, 68).

Nota-se que as memórias sobre um acontecimento particular na vida de Seu Chico são articuladas ao evento da *puxada*, que é um marco no “tempo da coletividade”³¹ na Lagoa. Esta é uma maneira de lembrar articulada em muitas narrativas de Seu Chico, representando um ponto de vista da memória coletiva local (HALBWACHS³², 1968 apud LINS DE BARROS, 1989) que é presentificado a partir do contexto atual vivido na Lagoa. Seus pontos de vista nos dizem, portanto, que o evento da *puxada d'água* impõe mudanças às relações ecológicas em curso entre os moradores e seus ambientes, o que é percebido com tristeza e indignação.

As *puxadas* chegaram a ser realizadas por cinco bombas d'água localizadas em diversos pontos da lagoa principal chamada Tapera, da Lagoa Preta e da Lagoa do Retiro³³,

³⁰ Conforme Eckert (2009), ao iniciar seu governo, o objetivo principal da política agrária desenvolvida por Brizola era a legitimação de terras devolutas. Foi somente a partir de agosto de 1961 que passou a ser privilegiada a luta pela reforma agrária. Naquela ocasião, o governador, para dar o exemplo de apoio à causa, propôs-se a dividir parte das terras da Fazenda Pangaré (ou Bacopari), de sua propriedade localizada no município de Osório - atual Palmares do Sul (Última Hora, 14/08/61 apud Eckert, 2009).

³¹ Expressão utilizada no mesmo sentido por Godoi (1999).

³² HALBWACHS, M. La mémoire collective. Paris: PUF, 1968.

³³ Estas lagoas são conhecidas por vários nomes. No texto são trazidos os nomes mais *antigos* e aceitos pelos *nativos*. Lagoa da Tapera é chamada também de Lagoa Azul, Lagoa dos Barros ou Lagoa das Garças. A Lagoa Preta também é chamada de Lagoa do Patacão, a Lagoa do Retiro ganhou o nome de Lagoa da Corvina e a Terceira Lagoa chama-se Lagoa da Lavagem.

(figura 6). O volume de água retirado era muito superior ao repostado pela dinâmica hídrica das lagoas e a força das bombas estava resultando em inúmeros impactos ambientais.

Em um primeiro momento, a *puxada d'água* estava secando a lagoa principal, o que inviabilizou a própria retirada d'água. Segundo Seu Chico, a Lagoa da Tapera, a maior do Bacupari, “dividiu em duas de tanto que secou”, como ele explica em sua fala:

[...] Lá naquela croa lá, na ponte, quando eles secaram ficou duas lagoas. Então ficou isso aqui ó, saía daqui da ponte, tu ia lá do outro lado da lagoa só por essa croa aqui. Aqui ficou uma lagoa e aqui ficou o perau. Peixe, tu olhava naquela lagoa ali ó, tu olhava aquele cardume de cará, aquilo ali era cinquenta, cem cará. Ninguém comia aquele peixe, não é? Ninguém comia. Coisa mais linda aqueles carazão assim. Aí repartiu por que ficou uma parte de lagoa e ficou outra do perau. Então ficou aquela croa no meio (Seu Chico, 68 anos).

Com a rizicultura em expansão este fato não representou um obstáculo intransponível. A tecnologia de bombeamento de água avançou e o poder político e econômico dos arrozeiros garantia o controle das terras necessárias para viabilizar as *puxadas* e a implantação das lavouras. Segundo Seu Chico, antes a “água fugia pelo meio do mato assim, pela correnteza, quando a lagoa enchia”. Com a abertura de valos o fluxo de água passou a ser intenso e constante, enchendo a Lagoa da Tapera, o que possibilitou que as bombas sugassem cada vez mais água³⁴, como narra Seu Chico:

Alana: Aqueles valos fizeram depois?

Seu Chico: Foi feito porque aí baixou essa lagoa e tinha aquelas outras sobrando. Aí abriram a correnteza pra encher a lagoa pra poder vender a água pros acionistas. [...] Eu discuti: [...] ‘Tu podia vender água se tu fizesse barragem na tua propriedade, mas não aqui ó. Essa lagoa é um jardim!’

Deste modo, a viabilização da *puxada d'água* nas lagoas do Bacupari ocasionou uma substancial alteração dos ecossistemas pela transformação das *canhadas* (os lugares tomados por pequenos córregos que ligavam as lagoas) em valos retos, modificando o balanço hídrico e as matas ciliares. Este abuso causou indignação uma vez que a qualidade de vida das pessoas e do ambiente foi comprometida em favor do lucro de um único arrozeiro que vende a água retirada das lagoas do Bacupari para plantadores de arroz da região³⁵.

³⁴ O arroz é uma das culturas mais exigentes em água. São utilizados 2000 L (2m³) de água para produzir 1 kg de arroz com casca (ROSSATO; PINHEIRO JÚNIOR, 2009).

³⁵ Este mesmo arrozeiro foi notificado pelo INCRA, a partir do processo de identificação e titulação das terras de remanescentes de quilombos do Limoeiro, por ocupar terras de direito desta comunidade.

A intervenção considerada mais impactante foi a construção de uma barragem (também chamada de represa ou barramento) por parte do mesmo arroteiro dono das *puxadas d'água*, que tinha por intenção aumentar o fluxo de água bombeada.³⁶ Esta represa impediu a ligação da Lagoa da Tapera com a lagoa situada a nordeste conhecida por Lagoa Branca. Esta ligação era mantida por um sangradouro original que *estourava* em épocas de intensa pluviosidade e “viração do sul” (quando venta do sul), fenômenos que ocorrem com maior frequência durante o inverno.

Seu Chico nos conta um pouco deste processo detalhando como estas intervenções foram sendo realizadas:

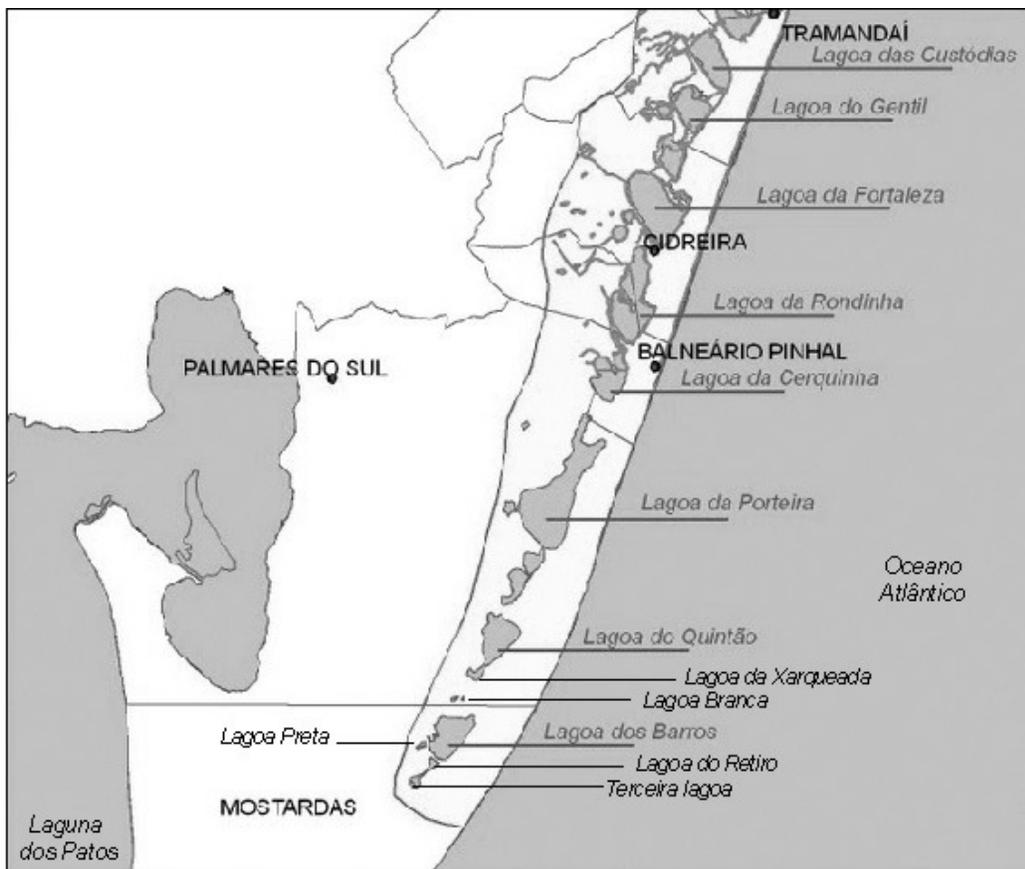
Alana: Quando represou a lagoa ela não conseguia mais escoar a água pro outro lado?

Seu Chico: Não, não conseguia. Aí ela escapava pelo meio dos *combres*. Sempre tem um fujão da água, não é? Uma *canhada*. Então ela vai indo, vai comendo aquilo ali, vai desbarrancando, e vai lá pra Branca, e da Branca ela vai lá pra lagoa da Xarqueada, e da lagoa da Xarqueada vai lá pra Quintão, pela beira dos *combres*. É onde então a lagoa baixava. Aí então o Adrião mandou represar. Aquilo lá é uma represa grande! Represava e as tombadeiras passavam por cima. Ficou alto e o barro a água não tira. Não, isso aí eu vou te contar, isso é uma pena! Tu sabe que essa lagoa aqui ó, enquanto o Adrião não fechou aquela barragem, quando a lagoa enchia tinha sempre uma correnteza. A correnteza tava sempre aberta. O momento que der uma viraçãozinha a própria lagoa abria. A correnteza já tava pronta, não é?

A represa sobre o sangradouro (*vertedouro*) afetou drasticamente a migração dos peixes que subiam a correnteza vindos das lagoas situadas a nordeste e do próprio mar. A tainha crioula e a viola do mar, que existiam, e os peixes-rei ainda presentes no Bacupari são testemunhos desta ligação. Pela laguna do Quintão e outras lagoas da bacia do Rio Tramandaí, que sazonalmente se conectam com o mar, é que os peixes marinhos migram (figura, 3).

³⁶ Outros estudos etnoecológicos e de sistemas pesqueiros realizados no Rio Grande do Sul destacaram o conflito entre arroteiros e pescadores, principalmente derivados das obras de construção de barragens e canais de irrigação. A barragem construída no rio São Gonçalo que liga a Laguna dos Patos à Lagoa Mirim é responsabilizada por enchentes ao sul da laguna que, juntamente com a água retirada das lavouras pelos canais de irrigação, contribui para dessalinizar parte de seu estuário, impactando negativamente a pesca de peixes que vinham do mar (MOURA, 2009). Este impacto também é percebido pelos pescadores da Lagoa Mirim, uma vez que antes da barragem a área de estuário da laguna se expandia até esta lagoa (PIEVE; KUBO; COELHO-DE-SOUZA, 2009). Já os pescadores de São Lourenço do Sul relataram a mortandade de peixes, que são sugados pela bombas d'água do arroz e envenenados por agrotóxicos esgotados das lavouras.(PASQUOTTO, 2005).

Figura 3: Lagoas costeiras com destaque para as lagoas do Bacupari (Terceira lagoa, Retiro, Barros ou Tapera e Preta) e para as lagoas situadas a nordeste: Lagoa Branca, Xarqueada e Quintão, no limite sul da bacia hidrográfica do Rio Tramandaí.



Fonte: Adaptado de SEMA. Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, 2010.

Disponível em: http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=57&cod_conteudo=5866.

Acesso em: 11 jan. 2012.

Os moradores conhecem os caminhos das águas. Dizem que as “lagoas são todas dependuradas umas nas outras”, podendo se conectar sazonalmente aos banhados, sangas e oceano. Afirmam que o fechamento do sangradouro afeta a diversidade e o tamanho das populações de peixes. Um novo *vertedouro* passou a estourar pelo meio das dunas, porém escoando um fluxo de água bem menor que no passado, (figura, 6). Segundo um dos filhos de Seu Chico (31), “antes ficava aberta uma sanga, peixe passava dum lado pro outro. Agora não, fica dois meses só aberto e é raso”.

Como já nos contou Seu Chico, a represa fez subir o nível das lagoas e as águas afogaram e liquidaram boa parte da vegetação das margens. No verão, época de aguardar o arroz, a *puxada* drenava a água, o junco secava e a areia ficava exposta sendo varrida pelo vento em direção às áreas ocupadas pelas moradias, pastos, banhados, matos e *campings* da comunidade

(figura, 6). A retirada da água rebaixou o nível do lençol freático como um todo, modificando muito as margens das lagoas e afetando os cultivos dos moradores. Certa vez, um plantio de árvores frutíferas realizado por Seu Chico fracassou pela indisponibilidade da água no solo que por ser arenoso já apresenta pouca retenção de umidade em épocas de estiagem.

Os banhados e juncais, sempre abundantes nas margens das lagoas, secaram afetando diretamente toda rede ecológica e a qualidade da água. Desde os peixes que ali desovavam e se alimentavam até as tartarugas, lontras, capivaras, ratões, jacarés e aves. Os motores das bombas matam os filhotes de peixes e percebeu-se a contaminação das lagoas por óleo do motor das bombas, agrotóxicos e adubos químicos que voltam das lavouras. A *puxada* causa assoreamento, aumentando a preocupação da comunidade em relação ao soterramento da margem nordeste da Lagoa da Tapera, que vem ocorrendo também devido à dinâmica eólica que mobiliza as areias. O filho de Seu Chico (31) destacou a rapidez com que a areia se movimenta: “[...] quando era pequeno quase não se enxergava o outro lado da lagoa. Agora tu enxerga os *combres*. A areia veio tapando.”

As percepções em relação aos impactos das *puxadas* e represa são muito variadas e relacionam-se às experiências de cada morador. Entretanto, parece ser unânime que os impactos são muitos e negativos. É uma “ferida que não curaram”, que adoce o ambiente e a vida das pessoas. O sobrinho de Seu Chico destacou: “O mal foi quando a lagoa secou, porque tinha terra preta e nas dunas não nasce nada, só o *pinus!*”. Já uma das filhas de Seu Chico relatou sentir tristeza ao caminhar na margem da lagoa, uma vez que está tudo mudado e as paisagens de outrora não existem mais.

Os lugares da infância e juventude modificaram-se rapidamente. Um profundo sentimento de tristeza e indignação motivou mobilizações comunitárias que exigiram a proibição das *puxadas* e a punição do arroteiro responsável pelos crimes. Na Lagoa as *puxadas d’água* representam um abismo entre os direitos e expectativas comunitárias relativas ao seu território e seus projetos de futuro e a ganância destruidora da privatização de espaços e recursos de uso comum. Uma relação dominadora acabou por expor a comunidade a uma situação de incerteza e desesperança pela sensação de um passado, um território, uma vida apagada como tudo o que foi *tapado* pelas areias expostas pelos efeitos das *puxadas*. As referências territoriais têm de ser reconstruídas e as motivações são encontradas entre os habitantes da Lagoa.

As consequências da rizicultura afetam e são percebidas pelas famílias na Lagoa e da Casca de modos distintos e também similares. Estas percepções serão articuladas a eventos e

tempos definidos por práticas do mundo rural, como a pesca e turismo na Lagoa e a agricultura na Casca.

3.4 O tempo do *roçã* e da cebola na Casca

Há poucos quilômetros da Lagoa, na Casca, vigoravam roças variadas, pomares, hortas e criavam-se rebanhos nos *campos livres*. Habitantes ilustres como os jacarés, tatus, capivaras, ratões, marrecas, colhereiros, outras aves migratórias, passarinhos multicoloridos e muitos outros seres dos banhados, campos e matos estavam mais presentes na vida das famílias quilombolas. Este pode ser chamado de “tempo do *roçã*”, quando “não vencia de colher”, e o tempo cotidiano era bastante dedicado aos cultivos e criações que alimentavam as famílias.

A rizicultura também influenciava a vida dos quilombolas nesta época, principalmente através do trabalho remunerado para homens nas granjas dos grandes fazendeiros. O plantio de arroz em algumas das chácaras quilombolas da Casca só chegaria um tempo depois.

As irmãs D. Vinoca e Flor aprenderam com a mãe as lidas da chácara. Seu pai trabalhava nas granjas para sustentar a família. Desde esta época, o tempo dos trabalhadores das granjas tinha de ser conciliado com o tempo de convívio com a família e comunidade, como revelado na fala de Flor: “[...] o pai saía pra trabalhar em fazenda e nós ficávamos em casa com a mãe. Plantava roça, horta, fazia cerca, tudo”! (Flor, 57). Flor, por ser a última a casar-se, permaneceu na chácara da família.

D. Vinoca passou a viver com o marido na chácara da sogra, onde a família inteira trabalhava na terra. Para a família de D. Vinoca o tempo do *roçã* era o “tempo que tinha marido e os filhos” na chácara, quando plantavam de tudo: vários tipos de milho como o vermelho e o branco catete, feijões como o *mourinho*, *feijão-miúdo*, *feijão branco*, melancias, melões, aipim, batatas-doce e muitos outros alimentos, além das criações de ovelhas, vacas, galinhas, porcos, entre outros. Os cultivares geravam sementes que eram plantadas ano após ano. Parte da produção sempre alimentou as criações e os alimentos eram e ainda são trocados entre os parentes, não sendo vendidos.

Essa época é lembrada por um de seus filhos como uma época de fartura, de divertimento, de jogar bola todo dia depois de ter feito o serviço na chácara. A morte do pai foi decisiva na vida familiar. Os filhos saíram em busca de empregos nas granjas de arroz e

região metropolitana de Porto Alegre, motivados pela necessidade de renda para o sustento de suas novas famílias.

No “tempo que tinha marido e os filhos” morando na chácara, o cultivo comercial da cebola se traduzia na principal fonte de renda. A casa de junco da família de D. Vinoca foi substituída por uma de alvenaria paga com a venda da cebola, o que demonstra a importância que este cultivo comercial teve - e tem - para a vida familiar. Juntamente com as roças, hortas, pomares e criações, todo o sustento da família vinha da chácara.

A cebola inseria-se ao mesmo passo que transformava as lógicas produtivas nas chácaras. Era o único produto destinado à venda e seu plantio estava condicionado às flutuações de preço do mercado. Por ser uma “planta do seco”, diferente do arroz que é a única “planta do molhado” cultivada na região, a cebola podia ser consorciada com outras plantas de interesse e os cultivos eram empreendidos pela família sem uso de maquinário agrícola.

A cebola era semeada em abril formando *semeiros* em uma parte da roça. Por volta de julho as mudas (chamadas de *cebolinho*) eram plantadas definitivamente por toda a roça e em dezembro já era realizada a colheita. O preparo do solo consistia em revirar a terra com arados movidos a boi, soltar os torrões de terra e arrumá-la em canteiros com ancinhos. A adubação da cebola podia ser feita com esterco ou adubos químicos comprados. Quando a cebola estava um pouco crescida era plantado o *feijão-miúdo* e outras variedades de feijões nas bordas dos canteiros, cuidando-se para não abafar a cebola. O feijão é alimento para as pessoas e para a terra que fica *forte*. Após colher a cebola, a mesma roça podia ser incrementada com plantas variadas como milhos, batatas-doce, aipins, melancias, melões e outros. Esta forma de conduzir os cultivos, combinando plantas tradicionais das roças com a cebola, caracteriza uma experiência agrícola em que saberes e práticas de diferentes origens são articuladas. Os conhecimentos que envolvem os cultivos tradicionais abriram caminhos para que novas habilidades (*skills*) (INGOLD, 2010) fossem desenvolvidas e permitissem conhecer e implementar o plantio da cebola.

A cebola era amarrada com fibra de *cardamão* ou *junquinho* - de um tipo diferente dos utilizados na construção das casas de junco - e era estocada no galpão até a venda. Estas plantas usadas na amarração da cebola crescem na chácara e me foram apresentadas como testemunhos daquela época. A cebola, como será destacado, não tem mais a importância de outrora. A fala de D. Vinoca é bem representativa deste processo:

Plantava tudo na roça, tempo que eu tinha marido e os filhos: melão, melancia, abóbora, feijão *mourinho*, não vencia de colher. Essa casa foi feita com o dinheiro da cebola. Vinham os caminhoneiros, enchia dois caminhão! Ainda tem gente que planta cebola [na Casca], mas é pouca. Antes guardava cebola para dar preço, senão dava prejuízo. Aí ia tirar do galpão, tava metade apodrecido. Aí paramos de plantar, foi todo mundo pro arroz! (D. Vinoca, 60 anos).

Como dito por D. Vinoca, em certa época a queda dos preços pagos pela cebola, aliados aos altos custos de insumos, como sementes e *força*, no caso os adubos, inviabilizou sua produção. A cebolicultura comercial foi praticamente abandonada na comunidade quilombola de Casca, na Lagoa do Bacupari e na comunidade quilombola do Limoeiro pelos mesmos motivos expostos acima, ainda que permaneça como atual carro chefe da produção agrícola familiar do próprio município de Mostardas, Tavares e São José do Norte (RODRIGUES et al., 2009).

O arroz que já era produzido na região há algumas décadas passou a ocupar o lugar da cebola nas chácaras e orientou novas transformações na vida das famílias quilombolas. As lavouras, que se viam ao longe pelo vasto horizonte da planície, haviam chegado de vez.³⁷

As narrativas do tempo do *roçã* e da cebola se misturam às narrativas do tempo “que tinha marido e filhos na chácara” e refletem a importância da união da família no cotidiano doméstico e na produção de alimentos, sempre repartidos entre os parentes. Assim, corroboramos com Woortmann (1990) ao sustentar que a família deve ser entendida enquanto “valor” baseado na reciprocidade e não propriamente vista de uma perspectiva economicista como uma unidade de força de trabalho.

A importância da figura paterna na liderança das atividades e união da família fica expressa nas falas de D. Vinoca e filhos. Seu falecimento é considerado como um evento desencadeador de mudanças na produção, para o autoconsumo e venda, e na vida dos filhos, que passam a trilhar outros caminhos.

Os novos acontecimentos e experiências compartilhadas reorientam as práticas produtivas e as relações entre pessoas e seus ambientes nas chácaras quilombolas, constituindo o processo histórico vivido pela família. Outro tempo se faz presente com o avanço da rizicultura.

³⁷ O arroz corresponde ao principal produto agrícola de lavoura temporária de Mostardas, produzindo 97% da quantidade contra 2% da cebola e 1% de outros alimentos como abacaxi, alho, batata-inglesa, batata-doce, milho, feijão, fumo, mandioca, melão, melancia, entre outros. A rizicultura é tipicamente conduzida em grandes fazendas, os latifúndios (ROSSATO; PINHEIRO JUNIOR; MARQUES, 2009), o que indica uma concentração de renda e terras agricultáveis nas mãos de poucos fazendeiros.

3.5 De banhado a lavoura – o avanço da rizicultura e suas conseqüências ecológicas

O avanço da rizicultura inaugura um tempo de amplas mudanças percebidas. As narrativas dos moradores da Lagoa e dos *casqueiros* nos indicam que a substituição em grande escala das criações de gado e plantios de cebola por arroz, em Mostardas, é um processo longo que se intensifica nas últimas décadas. Este avanço, traduzido em extensas monoculturas, marcou um tempo de degradação ambiental percebida pelas duas comunidades.

Um evento que é considerado emblemático deste processo foi a secagem e incêndio do banhado da Solidão, destruído para a implementação de lavouras de arroz. O banhado seco passou dias queimando e liberando muitas labaredas e fumaça que podiam ser avistadas de longe. Este ocorrido marcou a infância de interlocutores mais velhos das comunidades de Casca e da Lagoa do Bacupari.

O banhado da Solidão tem – ou teve - muita importância ecológica para a região. Consistia originalmente em um banhado muito grande que alimentava e era alimentado por sangas, lagoas e outros banhados, recebendo e redistribuindo águas e peixes, inclusive marinhos. Nos inúmeros banhados cresciam as *palhas* utilizadas para a construção das casas na comunidade da Casca. Banhado é também o “lugar dos bichos” que *tirados* de seu habitat procuram viver em meio aos arrozais “retomando seu lugar”.

No banhado da Solidão nasce a sanga do Serrito, que percorre e limita as terras da Casca (figura 1). A sanga “que era cheia de volta” foi transformada em um “valo reto”, contribuindo para secar o banhado da Solidão. Completamente modificada, a sanga nunca mais foi a mesma. A prática da pesca, segundo D. Vinoca, era mais freqüente quando as águas fluíam livremente:

D. Vinoca: De primeiro pescava. Tinha época que dava cheia e vinha o peixe do mar, pelas lagoas, que era tudo emendado.

Alana: E onde saía a sanga?

D. Vinoca: Saía do banhado da Solidão, ia de um banhado a outro. Quando enchia, a água saía. Tinha muitos banhados na Solidão.

O respeito ao “lugar dos bichos”, reconhecendo-os como habitantes legítimos e queridos, está presente em muitas narrativas. São criticadas ações autoritárias que visam

eliminar os animais, como o ratão, perseguido por comer o arroz, estourar as taipas³⁸ e fazer ninhos nas lavouras.

Na Lagoa escutei opiniões enfáticas que condenam a relação utilitarista e dominadora que a monocultura do arroz e seus maiores beneficiários impõem ao ambiente e suas populações locais. O depoimento de um dos interlocutores revela seu estarecimento frente a esta situação. Ao mostrar um mapa do litoral em que aparecem as lagoas, ele destacou:

Todas essas lagoas aqui eu te garanto que tem bomba de água pro arroz. Essas lagoas vão tudo secar. A única que não seca é a Lagoa dos Patos, porque essas aqui vão secar! [...] Só querem secar lagoa e plantar arroz! [...] Isso é a ganância do homem. Porque plantar só arroz? Parece que só se come arroz. Na terra tu pode plantar um feijão, uma verdura, criar gado!

Os impactos causados pelo monocultivo de arroz se opõem aos desejos que projetam qualidade de vida a partir do acesso a uma diversidade de alimentos e saúde. Os agrotóxicos pulverizados nas lavouras são considerados extremamente nocivos pelas comunidades. Durante as pulverizações os venenos derivam com o vento podendo atingir as lagoas, envenenar e aniquilar os cultivos das populações locais e contaminar as pessoas. Neste período, as famílias da Casca estão em alerta. Os jovens e crianças não tomam banho nem pescam nos valos, sente-se o “cheiro” e os efeitos dos venenos.

A importância da *natureza*, da lagoa e “dos bichos terem seu lugar” é enunciada como parte de viveres que resgatam experiências do passado na construção de futuros em que a diversidade continua a ter seu lugar: “queremos ver capivara, lebre pastando na grama da tua casa, coisa que não se vê mais!”. Desabafou um dos filhos de Seu Chico (31).

A questão ética que está colocada é relativa a direitos: direito à diferença, a uma vida boa com cuidado ao ambiente. Estas relações ecológicas constituem pertencimentos que compõem as pessoas e seus modos de vida. Divergem do projeto modernizador do monocultivo de arroz irrigado que opera pela homogeneização das relações ecológicas nos ambientes.

Na Casca, as narrativas emergem de um grupo familiar que construiu possibilidades de produção agrícola própria voltada ao mercado, inicialmente com a cebola e posteriormente com o arroz, processos estes vividos apenas por parte das famílias quilombolas desta comunidade. Nem todos dispunham das condições necessárias para implementar os próprios cultivos. Com a queda da cebola, a cadeia produtiva do arroz passou a se traduzir na principal

³⁸ Taipas são as amontoados de terra em curvas de nível sob as quais é plantado o arroz. As taipas mantêm a água dentro das lavouras.

fonte de renda e emprego para muitos homens e mulheres da Casca, prevalecendo como tal até os dias atuais.

Neste sentido, o cultivo do arroz no quilombo e o trabalho em granjas, tem muita importância para os *casqueiros*, que buscam suprir demandas essenciais à vida, sempre a partir de trabalho e dedicação. “É o trabalho que tem para ser feito”, e através dele também articulam projetos de vida, a seu modo, na contramão de uma homogeneização das relações imposta pela monocultura.

Um evento que revela o valor do trabalho para a família de D. Vinoca é a conquista da energia elétrica, um serviço público antes negligenciado às comunidades quilombolas e que foi implementado com recursos próprios oriundos do plantio de arroz. Este evento, ocorrido há mais ou menos 25 anos, é motivo de orgulho, marcando o início de um novo tempo: “A luz, nós aqui na Casca fomos os primeiros a colocar. Era em seis famílias. [...] Foi pago com o dinheiro do secador (de arroz)” (D. Vinoca).

A partir do trabalho, também foram conquistadas melhorias nas condições de produção, como a aquisição de trator, além da casa de alvenaria, construída com recursos da venda da cebola produzida. Os salários das granjas também contribuem para o estudo técnico dos filhos. Nas chácaras, o arroz pode ter seu lugar, ao passo que os espaços para os cultivos, criações e moradas dos parentes, também são prioridade.

Os valores que motivam o trabalho na terra e as relações entre as pessoas e “os bichos”, a “lagoa” e as “palhas do banhado”, expressam formas particulares de habitar um mundo. O cercamento dos *campos livres* é outro evento anunciado como transformador das relações ecológicas.

3.6 O cercamento dos *campos livres*

Os *campos livres*, no contexto deste estudo, referem-se às extensões de pastagens historicamente apropriadas e manejadas por grupos de parentes mediante normas específicas, se constituindo numa modalidade do que Almeida (2009) designou por espaços de uso comum.

Na Casca estes campos integram as terras da comunidade herdadas por testamento e ocupadas segundo a lógica da reprodução familiar quilombola. Na Lagoa os *campos livres* também se constituíam enquanto terras comunais. O tempo em que o *campo era livre*, sem cercas, marcou a vida destas comunidades.

Os sucessivos cercamentos³⁹ que se intensificaram nas últimas décadas conspiraram para uma nova época. Este contexto não é relativo àquele das cercas ou *revessas* de mato dentro das chácaras ou pátios, que tem por finalidade impedir a entrada de animais nos roçados e proteger as criações e as famílias dos ventos, sol e frio. O cercamento em questão, refere-se àquele feito com alambrado e que se disseminou como forma de legitimar a propriedade privada sobre os campos. Representou, neste sentido, um evento que contribuiu para o estabelecimento do modelo de apropriação fundiária imposto pela modernização da agricultura, na região, preconizada pela rizicultura irrigada⁴⁰.

A memória dos *campos livres* reforça laços de pertencimento e fortalece a territorialidade nas comunidades. Esta é uma lembrança tão viva que tanto interlocutores e interlocutoras mais velhos, como mais jovens, narraram com melancolia e saudosismo.

Todos os dias alguém da família saía em busca dos rebanhos soltos no pasto para trazê-los aos *chiqueiros*, estábulos ou mesmo para próximo das casas. Esta tarefa, realizada tanto por homens como por mulheres e até crianças, sempre a cavalo, revelava surpresas e descobrimentos. Aprendia-se a partir da interação, da experimentação cotidiana nos ambientes. Não raro era despendida boa parte do dia nesta empreitada, percorrendo-se extensões de terra que ao galope dos cavalos eram apreciadas, monitoradas e cuidadas.

Na Casca, os rebanhos de diferentes donos eram apenas diferenciados pela marcação, sendo criados coletivamente, como nos diz D. Vinoca: “De primeiro não tinha cerca. Criava tudo junto, no fim do dia repartia!” (D. Vinoca, 60).

Na Casca ainda existem áreas de *campo livre* próximas à praia. Nas terras mais baixas, onde se encontram as lavouras de arroz, boa parte das pastagens é sazonal e está delimitada com cerca. Chegou um tempo em que a prática foi necessária, uma vez que os *grandes*, que tinham condições de se impor com cercas sobre determinada área de terra, inclusive agindo de má fé através da *tapação de terra*, se perpetuariam como donos. Aumentaram também os roubos de ovelhas que pastavam soltas nos *campos livres*. Neste contexto, cercar a propriedade, na Casca ou Lagoa do Bacupari, passou a representar zelo ao patrimônio familiar fundiário e agropecuário. Assim, por necessidade ou por ganância, os campos foram sendo

³⁹ Maestri (2010) destaca que a partir de 1870 os campos no Rio Grande do Sul passaram a ser cercados. Um maior controle das propriedades e a repressão ao abigeato determinaram um aumento relativo da produtividade da economia pastoril e conseqüente desemprego dos peões. Pode-se especular que o processo de cercamento vivido pelos interlocutores tem seu início nesta época. Mais de cem anos depois parecem não restar muitos *campos livres*.

⁴⁰ A expansão do arroz esteve aliada à legitimação da propriedade privada, pelos incentivos concedidos àqueles que detinham documentos de terras e/ou poder e recursos para plantar em terras alheias, controlando, assim, as terras que pretendiam possuir (LEITE, 2004).

cercados, marcando um processo de transformação desta região e das relações ecológicas entre as comunidades e seus ambientes.

Esta necessidade de delimitação das chácaras com cercas, contudo, não impede as trocas nas comunidades, que continuam reforçadas. Assim, um vizinho ou parente pode colocar as ovelhas no pasto do outro ou circular e coletar taquaras e plantas medicinais na terra alheia. Godoi (1999), em estudo junto aos sertanejos do Piauí, identificou uma situação parecida e nos lembra que “a relação de propriedade privada existente neste sistema de relações sociais que estamos descrevendo é sempre revestida de laços de reciprocidade e caracterizada por uma diversidade de obrigações para com os vizinhos que são também parentes” (GODOI, 1999 p. 73). As cercas, deste modo, limitam as propriedades, mas não os laços de solidariedade que sempre orientaram as relações ecológicas. Estas, por sua vez, se transformam, a partir do novo contexto do campo cercado.

Com o cercamento dos campos e a transformação destes em lavouras de arroz ou plantios de *pinus*, as criações de ovelhas e bovinos ficam limitadas às áreas menores, o que vem a desfavorecer a saúde dos rebanhos e do pasto. Segundo D. Vinoca, as ovelhas precisam “de distância de campo [...] gosta de brotação. Com o pasto já velho não conseguem comer direito”. Engordam e se fortalecem pastando à vontade, caso contrário, com a falta de espaços para o pastejo, pode ocorrer a morte precoce de cordeiros.

A prática de recolhimento das ovelhas no chiqueiro à noite foi estimulada pela assistência técnica rural e incorporada por D. Vinoca. Esta técnica visa diminuir os índices de contaminação por parasitas que tendem a aumentar em pequenos pastos. Um dos jovens quilombolas (17), que estuda na Escola Estadual Técnica de Agricultura de Viamão (EETA), identificou estes problemas como sendo derivados do cercamento, sugerindo contorná-los com rodízio de animais no pasto e plantio de plantas forrageiras.

Contudo, o crescente o uso de novas técnicas e produtos agropecuários, ao passo que tenta oferecer soluções imediatas frente aos novos contextos produtivos, como a diminuição das áreas de pastagem, onera as famílias e reforça a lógica de uma produção rural dependente de insumos externos. Nilza (35), que junto com a família também cria um rebanho de ovelhas, sente-se desestimulada pelos gastos em remédios. Um vidro do vermífugo para trinta ovelhas chega a custar oitenta reais, um valor considerado alto. D. Vinoca nos relata as mudanças percebidas em sua experiência: “De primeiro era só o remédio que dava (para as ovelhas), agora é a vacina e mais remédio.”

Mesmo com as dificuldades que enfrenta para criar as ovelhas, D. Vinoca demonstra profunda satisfação ao cuidar do seu rebanho. É uma atividade que lhe dá imenso prazer, o

que acaba por contagiar e envolver toda a família. A afinidade com estes animais, que já é histórica na comunidade, veio se expressar na formação de um grupo de artesanato em lã de ovelha crua, composto por Nilza, Flor e D. Vinoca.

As mudanças que envolveram o cercamento e as criações de ovelhas ao longo do tempo foram acompanhadas por transformações em outras práticas da vida rural, relativas à agricultura comercial da cebola e arroz e à produção para o autoconsumo. Novas tecnologias agrícolas como pastagens, sementes híbridas de milho e abóboras de boa produtividade e/ou fácil aquisição, tratores e adubos, foram incorporadas nas práticas das famílias da Casca e da Lagoa do Bacupari.

Neste sentido, novas habilidades são desenvolvidas, respondendo flexivelmente às variações ambientais (INGOLD, 2010). A partir de um processo de experimentação, os conhecimentos técnicos oriundos da extensão rural, educação formal ou mesmo da mídia, são apropriados e transformados em uma dinâmica que busca conservar a autonomia do saber-fazer. As interações históricas entre os interlocutores e seus ambientes os conduzem a identificar quais configurações de conhecimentos interessam mais aos seus objetivos.

Estes processos têm considerável importância para a segurança alimentar, uma vez que promovem a inovação de práticas relativas às criações de animais, cultivo de hortas e roças interferindo, desta forma, nas práticas alimentares das famílias.

3.7 Roça e alimentação – “Não precisa plantar *mistério*, mas um pedacinho”.

Uma reorientação nas atividades realizadas cotidianamente, ao longo do tempo, reflete em mudanças na produção para o autoconsumo. A busca por empregos remunerados, sobretudo pelas mulheres, o acesso facilitado e/ou obrigatório à escola e estudos técnicos pelas crianças e jovens e a dedicação a outras atividades são exemplos de motivações e desejos que vem reconfigurando a organização do tempo diário das famílias. Com menos tempo e pessoas dedicando-se aos cultivos e criações, as roças e rebanhos de hoje são considerados menores do que no passado.

Neste contexto, na produção de alimentos para “passar o ano”, ou seja, ser consumida pela família, opta-se por plantar e criar um pouco de tudo. As plantações e criações, aliadas às trocas entre parentes na comunidade, garantem uma boa oferta de alimentos saudáveis, sementes e mudas variadas durante o ano todo. Estas práticas são realizadas com prazer,

remetem ao tempo dos ancestrais e encontram nas chácaras o lugar privilegiado para o fortalecimento dos elos entre as pessoas e o ambiente.

A dificuldade de obter sementes tradicionais, como *milho branco catete* e um tipo de feijão branco que “não se encontra mais” é um aspecto que pode ser compreendido como tributário de um processo amplo e global de desvalorização das formas locais de agricultura, em favor de um ideal de um ambiente rural produtor de *commodities*. Este cenário deve ser considerado para a compreensão das estratégias para a segurança alimentar nos dias atuais.

Apesar das adversidades, no quilombo a segurança alimentar é prioridade nas relações com a terra. Ter a terra é produzir, o que se traduz em um valor moral expresso na prática de D. Vinoca: “Tudo é fartura. Uma galinha, uma ovelha (...). Tendo a terra tu não precisa plantar *mistério*, mas um pedacinho!” (D. Vinoca, 60). Ela, que já viu sua chácara cheia de roças com muito alimento, ressalta que o que interessa é seguir plantando e revelando aos mais novos a importância da autonomia que garante a fartura para a família.

Uma menor produção de alimentos é compensada mediante a compra de produtos que as famílias julgam necessários. Ganham espaço na mesa alguns produtos industrializados, e, o advento da energia elétrica facilitou o armazenamento de alimentos da roça, recriando práticas. Como relatado, hoje “já tem o azeite” e o “pão foi entrando na alimentação”. A farinha de milho branco, muito apreciada e utilizada para o preparo do *angu*, é produzida por poucos, sendo adquirida junto a um dos agricultores quilombolas da comunidade do Limoeiro.

Os aipins antigamente eram armazenados em buracos intercalados com camadas de areia e enterrados no chão seco. Era a chamada *atúlia de aipim*. Uma prática de conservação necessária, uma vez que as *batatas* do aipim apodreceriam em contato com a água das chuvas acumulada nos solos rasos e arenosos do litoral. Todo o cuidado para que não estragasse era importante, e a doação do aipim aos parentes significa a valorização do alimento e do trabalho realizado, como diz D. Vinoca: “[...] era feito um buraco no seco. Tinha gente que fazia até dentro do galpão. Aí a gente dava pros vizinhos, parentes, pra não deixar estragar”.

À época da luz de lampião, as lingüiças de carne eram defumadas e os peixes e carnes salgados no preparo de charque. A chegada da energia elétrica propiciou que os alimentos pudessem ser estocados por longos períodos. Os aipins passaram a ser descascados e congelados, assim como as carnes, os peixes e as lingüiças que não fossem defumadas. Em geral, a escolha em congelar os alimentos está associada à praticidade e não necessariamente à qualidade. Neste quesito, o fogão à lenha é preferido ao fogão a gás, sendo usado diariamente independente da época do ano. No exemplo da lingüiça, defumá-la deixa o sabor “bem

melhor”, porém envolve mais tempo de trabalho. Mesmo com mudanças, certas preferências alimentares permanecem. Nilza expressa esta mesma ideia: “[...] as mulheres faziam farinha de milho branco pra fazer angu, usavam pra tomar café, batata-doce frita. Menos era o pão. Quem foi criado assim prefere do que o pão. A minha sogra ainda usa banha” (Nilza, 35 anos).

O arroz é um alimento bastante apreciado. Entretanto, quando o arroz é produzido nas chácaras pelo sistema de arrendamento ele nem sempre sai da lavoura para a mesa. Neste sistema, as famílias podem não ter acesso ao arroz produzido, que acaba sendo comprado nos mercados.

Em épocas de crise da rizicultura, a falta de empregos nas fazendas e a paulatina diminuição da produção de alimentos para autoconsumo, que passam a ser comprados, podem expor algumas famílias a períodos de recesso econômico e até mesmo insegurança alimentar. Este cenário infelizmente é possível, pois, com a crise atual são relatadas demissões, aumento de contratação temporária e abatimento em salários.

Anjos (2003), ao estudar comunidades quilombolas rurais da região central do Rio Grande do Sul, descreve uma situação em que o modo de produção das lavouras de arroz, soja e fumo estabelece uma relação parasitária com o modo de produção doméstico nas comunidades, uma vez que não garante sequer a reprodução da força de trabalho que utiliza. A baixíssima remuneração paga aos trabalhadores sazonais indica que a produção de alimentos no âmbito doméstico é o que garante à família um estoque de bens alimentares.

A lavoura do arroz sempre demandou investimentos, e os insumos e maquinários se tornaram cada vez mais abundantes, custosos e exigentes de mão de obra especializada. Configurou-se como um estilo de produção inacessível para muitos. Da mesma forma, objetivando produção para o mercado, não buscou atender expectativas de produção de alimentos para o consumo familiar.

A histórica interação entre as comunidades da região e a rizicultura irrigada fez com que muitos experimentassem e aprendessem a cultivar o arroz em suas terras ou trabalhando nas fazendas. Desta forma, constitui-se um saber-fazer próprio dos trabalhadores do arroz. A lavoura no quilombo, de certo modo, também é integrada na lógica da produção das chácaras.

As consequências de uma série de transformações no tipo de trabalho realizado e nas técnicas de cultivo da rizicultura irrigada são percebidas pelos interlocutores, principalmente pelos *casqueiros*. Eles vivenciam este processo articulando pontos de vista usualmente invisíveis e abafados quando se fala em uma agricultura moderna e mecanizada.

3.8 O tempo da lavoura mecanizada, recordes de produtividade, crise e desemprego

A cadeia produtiva do arroz já esteve estruturada no trabalho braçal de um grande contingente de homens. Seu Chico relembra o contexto em que decidiu se empregar em uma granja de arroz e relata um pouco do trabalho “pesado” que realizava. Sua fala nos transporta para um outro tempo e faz imaginar paisagens do passado, quando tinham lugar outras relações ecológicas. Ao trazer esta narrativa pretende-se conferir inteligibilidade ao processo histórico de avanço da rizicultura:

Seu Chico: Tu sabe que quando eu era novo, eu tinha uns dezesseis anos, eu tive dois meses na cama que eu tive reumatismo brabo. [...] Me agarrava num bastão, tinha que tá que nem a garça: caminhar pulando. Minha vida era só deitar o dia todo. Aí, quando eu fechei meus dezesseis anos eu melhorei. Melhorei com azeite de jacaré! Graxa de jacaré. Aí, um primo meu matou um jacaré, que fez a graxa, o azeite de jacaré, e me deu. E eu passava aquele azeite de jacaré ali, e tomava um pouco daquele azeite. [...] Só dou graças a Deus, melhorei. E meu pai inventou de deixar a mãe. Saiu de casa. E a mãe ficou com um lote de filho pra criar sozinha. E nós batia junco. Nós ia pra lagoa com a carreta de boi e batia junco de montão. Vendia de arroba de junco [...] e ali nós vendia pra comprar mercadoria.

Alana: Para que servia o junco?

Seu Chico: [...] levavam pra Porto Alegre, pra fazer aquelas coisa tudo de junco, que eles fazem aqueles tecido de junco [esteiras]. Junco batido, não é? [...] Ia caminhão e caminhões. É a mesma coisa que lã. Arroba de lã, vende tudo, não é? E aí, quando eu melhorei, eu disse pro pai: ‘[...] olha pai, eu vou embora pra granja, pra lavoura. Eu tenho que ajudar vocês, ajudar a mãe a criar os filhos’. Aí ele me disse: ‘e se piorar essa tua doença?’. ‘Não tem importância pai, se piorar eu tô na mão do médico’. Trabalhava lá com um doutor, [...] era granjeiro. Aí, desde que eu saí já comecei a pegar no pesado. Abri aqueles valos dessa fundura, fazer aquelas taipas assim. Sentava o pé direitinho de leiva [...] depois ia cavando, puxando aquela terra pra fazer os talhão. Fim de semana, eu media aquilo ali. Era tudo de braça, né? Era por braça. Eu media e trazia o dinheiro pra mãe. [...] Então, eu ajudei a criar minhas irmãs. Ficou sete irmãos pra criar (Seu Chico, 68 anos).

Neste tempo, a produção do arroz era muito diferente de como é conduzida hoje. A terra era arada com auxílio de bois e a quantidade de insumos químicos utilizados nas lavouras era menor. D. Vinoca nos descreve as etapas da produção de antigamente:

De primeiro era só adubo que colocava na lavoura, depois é que foram colocando veneno. O veneno do arroz é para o inço. Naquela época era o arroz agulhinha e o chumbinho. Ia arando a terra e largava a semente e o adubo à mão. [...] O adubo era feito de osso. Arava, largava o adubo, depois a semente e depois a uréia, quando o arroz tava crescendo. O arroz era colhido à foice. Hoje em dia bota calcário na terra. Depois a máquina planta a semente e o adubo junto (D. Vinoca, 60 anos).

A partir das narrativas de Seu Chico e D. Vinoca, pode-se assumir que ocorreram mudanças significativas nas quantidades e qualidades de insumos utilizados nas lavouras, bem como no trabalho realizado. Surgiram adubos químicos, agrotóxicos (herbicidas, fungicidas, inseticidas) e novas variedades de arroz. O trabalho pesado e braçal diminuiu substancialmente e hoje é quase que totalmente realizado por maquinário agrícola, desde o preparo do solo, plantio, pulverização de agrotóxicos, aplicação de calcário e adubos químicos, até a colheita. Em várias ocasiões foi possível avistar estas máquinas trabalhando.

Houve uma intensificação do uso do solo a partir de inovadoras e produtivas técnicas de plantio, como as utilizadas no arroz “sistematizado”, também chamado de “esquematizado”, que difere do arroz ainda plantado em curvas de nível por não serem necessárias taipas internas aos quadros da lavoura. No arroz sistematizado a produtividade é considerada maior e o terreno pode ser preparado com maquinário sem “esgotar” a lavoura, ou seja, drenar a água acumulada⁴¹. As técnicas atuais permitiram o cultivo ininterrupto da mesma área por vários anos e um incremento considerável das áreas de lavouras plantadas.

Um reflexo destas tecnologias foi a perda de adeptos sofrida pela pecuária extensiva. Hoje, o gado é criado basicamente em sistema de rotação com a lavoura, lotado no pasto que cresce após a colheita ou em áreas não plantadas com arroz por períodos maiores. Na região a criação de gado “sempre deu bem”, e requer menos investimentos que as lavouras. Entretanto, o retorno econômico é mais demorado, o produtor deve dispor de áreas de pastagem consideráveis e a mão de obra necessária é pouca. Assim, segundo interlocutores, a lavoura de arroz ainda é responsável pela maior parte dos empregos.

Ao longo deste processo, muitos investimentos em geração e implementação de pacotes tecnológicos resultaram em recordes de produtividade. De cem sacas (saca = 50 kg) por quadra (quadra = 1,74 ha.), passaram a ser colhidas até trezentas. O alto grau de mecanização da lavoura orizícola irrigada se desenvolveu integrada a todo um aparato tecnológico de insumos nocivos, abundantes e custosos. É necessário pagar por tudo: por sementes, adubos e agrotóxicos, comprar ou alugar máquinas agrícolas como plantadeiras, colheitadeiras e que aplicam adubos e calcário, pagar pela pulverização dos agrotóxicos feitos também por aviões, pagar pelo serviço de irrigação, pelo transporte, secagem e armazenamento dos grãos, entre outros. Devido a estes altos custos, é que o arrendamento se

⁴¹ Segundo extensionistas rurais, na técnica de plantio do arroz sistematizado há maior economia de água, menos revolvimento do solo e perda de fertilidade do que as técnicas mais antigas de plantio de arroz em taipas.

configura como uma opção supostamente sem riscos financeiros para o arrendador, ou seja, para o dono da terra. O valor pago ao arrendador, em geral, corresponde a 12% do total do lucro da venda da produção. Este valor geralmente é calculado em sacas de arroz vendidas e, com o preço baixo, vem se traduzindo em quantias ínfimas.

Nos últimos anos, a queda do preço pago ao produtor pela saca⁴² agravou a crise na rizicultura do Rio Grande do Sul e Brasil. Segundo interlocutores da Casca, os grandes fazendeiros com condições de estocar o arroz em silos e vender em épocas de melhor preço, dificilmente se endividam. Os pequenos produtores, entretanto, estão extremamente vulneráveis. Se não dispuserem de silos ou recursos para alugar um, necessitarão vender o produto logo após a colheita. A venda imediata pelo menor preço é urgente para que possam pagar pelo financiamento da lavoura no banco ou junto aos fazendeiros.

A crise incentiva que grandes fazendeiros lucrem com a prática da *parceria* ou arrendamento. Neste caso, vislumbrando lucros parcos, os fazendeiros decidem arrendar suas terras para pequenos produtores. Estes empreenderão a lavoura com trabalho familiar e dificilmente contratarão mão de obra assalariada e, caso o façam, oferecerão postos temporários. Nesta situação a prática da *parceria* exclui uma série de pessoas que não dispõem de meios materiais para arrendar terras ou que dependem do trabalho formal ou do biscate, trabalho informal e temporário nas granjas.

A modalidade de arrendamento mais comum na Casca é aquela em que os quilombolas arrendam parte de suas terras para fazendeiros da região *plantadores*. O *plantador* é aquele que planta o arroz em sua terra ou em terra arrendada, ou seja, financia a produção e é o dono do arroz. Na Casca, as famílias se relacionam de diferentes maneiras com a produção do arroz: podem arrendar suas terras, financiar a própria lavoura, se empregar ou fazer biscates nas granjas e fazendas, além de estabelecer outros acordos que envolvem terras e trabalho dos quilombolas, podendo trabalhar para o *plantador* em suas próprias terras.

⁴² A queda do preço é derivada de uma série de fatores. Desde 1990 a produção de arroz no Brasil, em especial na metade sul do RS, vem sendo afetada pela abertura econômica do Mercosul. O arroz passou a ser importado do Uruguai e Argentina em uma época em que o Brasil não era auto-suficiente na produção. A autosuficiência produtiva ocorreu posteriormente com a implementação de novas tecnologias. A entrada de arroz estrangeiro, que tem menor custo de produção e, portanto, menor preço no mercado, é prejudicial à cadeia produtiva do arroz no país, sobretudo ao RS, maior produtor de arroz do Brasil (HENKIN; GRUNDLING, 2010). O alto custo de produção e um preço orientado pelo valor da *commodity* arroz no mercado de exportações internacional, onde o Brasil disponibiliza um produto mais caro e, portanto, menos competitivo, também geram a crise do setor (LAVOURA ARROZEIRA, 2010; HENKIN; GRUNDLING, 2010). Os interlocutores citam a grande quantidade de produto no mercado como fator de queda do preço (lei da oferta e da procura).

As famílias de D. Vinoca e Flor já conduziram suas próprias lavouras de arroz. Após falecimento de seus maridos passaram a arrendar parte de suas terras, uma vez que o plantio exige dedicação e cuidado intenso. Ainda assim, os espaços destinados ao arrendamento estão integrados à lógica produtiva nas chácaras, mesmo que sazonalmente. Esta integração será abordada no próximo capítulo.

Outro fator importante a ser considerado são as mudanças no tempo de trabalho nas lavouras. Quando D. Vinoca diz que hoje “nunca param de trabalhar”, e que antes chegava no tempo do inverno o pessoal parava, ela indica que há tempos atrás as pessoas tinham mais tempo. A idéia de trabalho ininterrupto, mesmo em épocas de resguardo, como o inverno, está relacionada com a mecanização e demanda atual de trabalho, que abrange mais meses do ano e muitas áreas de lavoura.

Wanderley (2003) cita a mecanização da produção como um fator que contribuiu para novas experiências do tempo, pois introduziu no campo a noção de um tempo abstrato predominante no mundo industrial, ao contrário do tempo associado às vicissitudes da natureza e ao calendário agrícola. Homens, mulheres e jovens que trabalham nas fazendas acabam por permanecer menos tempo com as famílias nas chácaras. Este é o caso de muitas famílias na Casca, incluindo a de D. Vinoca, Flor e Nilza.

Por fim, reitera-se que a dinâmica de trabalho nas lavouras vem sendo redefinida por uma série de fatores. A crescente tecnificação da produção, aliada à crise do setor e a conquista de direitos trabalhistas são também relatados, pelos interlocutores da Casca, como mudanças ocorridas em ampla escala. Estas mudanças afetam diretamente as relações entre grandes fazendeiros e quilombolas e, conseqüentemente, as relações familiares e a qualidade de vida nas chácaras. Embora o emprego em fazendas da região, o cultivo de lavouras próprias e o arrendamento há tempos se configurem como fontes principais de obtenção de renda aos quilombolas e outras comunidades, é justamente sobre estas pessoas que os efeitos negativos do agronegócio da rizicultura irrigada se impõem de maneira mais contundente. Expressam-se nos impactos ambientais, no afastamento dos quilombolas do controle e autonomia efetiva sobre suas terras, na escassez de oportunidades de empregos, entre outros. Fatores estes, tributários de um processo histórico de confronto de pela posse da terra que desde os primórdios da ocupação do Rio Grande do Sul assumiu conotações étnicas e raciais (RUBERT; SILVA, 2009).

Mesmo enfrentando situações de desvantagem, as relações com o sistema sócio-econômico predominante são reinventadas cotidianamente e buscam-se alternativas para uma vida melhor. Novos mundos passam a ser habitados a partir da luta pelo reconhecimento dos

direitos dos remanescentes de quilombos. A prática do artesanato em lã de ovelha crua é uma das expressões destes mundos possíveis.

3.9 O tempo do artesanato em lã de ovelha crua

O artesanato em lã de ovelha crua, como é produzido hoje, foi apresentado às mulheres da Casca em um curso realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, na localidade próxima denominada Solidão. O curso que contou com a participação de treze mulheres da Casca foi recebido com entusiasmo por três destas, Flor, Vinoca e Nilza, que fundaram o grupo de artesanato de Casca.

O tempo do artesanato coincide com a organização e auto-afirmação da Comunidade de Casca enquanto comunidade remanescente de quilombos, processo inédito que contribui para valorizar a iniciativa das mulheres. A fundação da Associação Comunitária Dona Quitéria em 1999 fortalece o engajamento da comunidade em redes sociais que possibilitam uma série de ações e atividades para a qualidade de vida. O curso de artesanato em lã de ovelha crua é um dos muitos que já foram ofertados à comunidade.

O grupo existe há mais de dez anos e sempre contou com o apoio de pessoas e instituições. O trabalho do grupo se tornou um dos “cartões de visita” da comunidade, valorizado pela recriação de tradições das comunidades negras rurais, como as associadas às lidas com as ovelhas e utilização da lã através da arte. Elas ficaram “famosas” e este reconhecimento estimulou a continuidade do grupo.

As novas experiências vividas por Flor, Nilza e D. Vinoca, e inclusive por seus familiares, vem revelando outros mundos. De um cotidiano mais tranquilo, suas vidas tornaram-se mais “agitadas”, com viagens às feiras, participação em outros cursos, entrevistas, troca de experiências, oficinas, fotos e filmagens. Por vezes, alguns momentos mal planejados, que não levaram em conta as expectativas das mulheres, causaram alguns constrangimentos, hoje lembrados com certa descontração. O aprendizado está valendo a pena. Ao conversar com Nilza e Flor procurei entender a motivação do grupo:

Nilza: Olha, não sei o que nos motiva a continuar com o artesanato. Alguma coisa deve ser, mas não sei o que é, porque retorno econômico mesmo é muito pouco!

Flor completou: Eu acho que é a ajuda do pessoal que vem de fora mesmo!

Convivendo com estas mulheres percebi que cada uma se relaciona de uma maneira com o artesanato. Sua prática está integrada num modo de ser feminino. Elas são mães, avó, esposas, trabalhadoras, agricultoras, artesãs, quilombolas e muito mais. Uma totalidade indivisível, pessoas que tem na prática do artesanato a constituição de uma territorialidade.

A partir do surgimento e consolidação do grupo de artesanato, fortalecido pelo processo de reconhecimento e autodeterminação quilombola, que reorientou a vida dos *casqueiros*, é importante citar a inserção dos jovens, filhos e netos das artesãs, que cresceram em meio a este processo. Estes jovens, gurus e gurias, de 13, 15 e até 18 anos, vem participando de projetos e espaços educativos que estimulam a produção de novos conhecimentos e trocas de experiências relevantes para sua formação pessoal e futuro. Desde o programa Convivências⁴³ e projetos de extensão e pesquisa promovidos pela Associação Comunitária e por vários núcleos da UFRGS (ex. Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, Instituto de Artes - Dep. Música, Dep. de Antropologia) e Escola Estadual Técnica de Agricultura de Viamão (EETA), entre outros. Em especial, jovens que foram entrevistados nesta pesquisa estudavam na EETA, onde é planejado um projeto que integra várias propostas relativas à agricultura e pecuária, tratamento de água e a contenção das areias que invadem os campos na comunidade. Ao conversar com alguns dos jovens percebi já haver todo um estudo direcionado para estas situações. A proposta de projeto estava gerando uma experiência de participação dos jovens na Associação Comunitária Dona Quitéria.

O movimento quilombola desta região litorânea é articulado por diferentes atores: quilombolas, órgãos públicos, universidades, movimentos sociais, entre outros, estando organizado em torno da luta e reconhecimento de direitos étnicos e territoriais às comunidades remanescentes de quilombos. Este é um processo que distingue estes grupos de seus vizinhos, por exemplo, a comunidade da Lagoa do Bacupari. Como já foi dito, Lagoa e Casca compartilham pertencimentos ao mesmo tempo em que se diferenciam pelas relações que estabelecem independentemente.

Nas últimas décadas, assim como os quilombolas, os moradores da Lagoa passaram a interagir com muitas pessoas vindas “de fora” de suas comunidades. As histórias e motivações relativas a estes encontros são, entretanto, bem diferentes. A Lagoa passou a ser cada vez mais procurada, popularizando-se enquanto destino turístico e de pesca. O que por

⁴³ O programa Convivências estimula uma troca de experiências entre os comunitários e estudantes da UFRGS que passam alguns dias convivendo nas famílias e comunidade. Na Casca já foram realizadas várias edições bem como na Comunidade remanescente de quilombos do Limoeiro. Pude participar em uma das edições na Casca e percebi uma grande integração e mobilização de toda a comunidade.

um lado trouxe retornos econômicos, por outro, não garantiu qualidade ambiental aos seus habitantes.

A seguir, buscar-se-á caracterizar este processo conectando-o às experiências vividas pelos vizinhos quilombolas. Neste sentido, pretende-se constituir uma historicidade ambiental local que contemple perspectivas temporais e ecológicas singulares e complementares.

3.10 A popularização da Lagoa do Bacupari e a manifestação contra as *puxadas*.

A beleza cênica e a tranquilidade da Lagoa do Bacupari atraíram cada vez mais pessoas que passaram a frequentá-la durante o verão. No início, Seu Chico e alguns de seus parentes permitiam que as pessoas se instalassem em acampamentos rústicos em meio à mata de restinga. Não havia luz e a água era puxada de poços com bomba manual. Seu Chico contou que lhe agradava muito receber pessoas em sua casa: “isso aqui é mais umas amizades, é uma coisa divertida” - dizia ele. Aos poucos as áreas de vegetação arbórea próximas às casas foram sendo transformadas em *campings*, espaços de acampamento que preservaram o *mato nativo*, tão apreciado pela beleza e sombra que proporciona.

Uma das filhas de Seu Chico relatou que a renda do peixe salgado possibilitou o começo do *camping* há cerca de quinze anos. Aos poucos foi sendo estruturado com banheiros, mesas, churrasqueiras, pias, etc. Outros *campings*, a maioria de parentes, surgiram para atender as demandas dos novos visitantes. A vida das pessoas voltou-se para o recebimento dos campistas e a manutenção dos *campings* passou a se traduzir em uma fonte de renda muito importante para a comunidade, ainda que concentrada nos meses de verão.

A Lagoa da Tapera, (figuras 1, 5 e 6), de águas cristalinas, calmas e quentes, é considerada o principal chamariz de turistas, pescadores e campistas. “Se não fosse a lagoa seria um deserto”, destaca uma das irmãs de Seu Chico, que junto com seu filho e nora mantém um dos *campings* em suas terras. Seu Chico também reforça a ideia e exprime a sua motivação: “Sem a lagoa não vinha ninguém. Coisa bonita essa lagoa aí no verão. Se vê aí, tem gente aí de montão, não é? Então a gente tem que curtir uma amizade, conservar a natureza”. Neste sentido, a sociabilidade destas famílias ampliou-se, uma vez que passaram a interagir com gente de muitos lugares, o que proporciona prazer aos moradores.

Rapidamente, o lugar despertou interesse de um grande número de pessoas que buscaram a Lagoa por diferentes motivos. Desde famílias em férias, aventureiros,

investidores, novos moradores, pesquisadores (principalmente biólogos) e até caçadores, pescadores profissionais e especuladores do setor imobiliário.

A especulação imobiliária na Lagoa do Bacupari pode ser considerada como a grande promotora de sua popularização. Segundo relatos, uma imobiliária, que comprou terras a serem loteadas na Lagoa, passou a investir em infra-estrutura. Foi feito calçamento do acesso da RST 101 até a beira da Lagoa da Tapera, construída a ponte sobre um canal que a conecta a outra lagoa, aberta estrada para o mar, instalada a energia elétrica, entre outras obras. As lagoas ganharam outros nomes para fins de *marketing*, ato reprovado por moradores locais. Pouco tempo depois se descobriu que a maior parte do loteamento, supostamente próximo ao mar, não passava de uma fraude. Um dos maiores golpes da história do mercado imobiliário do Rio Grande do Sul. Até hoje inúmeras pessoas vão à Lagoa em busca de seus terrenos e só encontram areia. Existem boatos que este loteamento será retomado, o que poderá causar novos impactos negativos à comunidade e ambiente. O fato é que a partir destas intervenções em infra-estrutura cada vez mais pessoas passaram a freqüentar a Lagoa, como destaca um dos moradores:

O primeiro camping foi o do pai, quando não tinha luz. Todos os campings aqui na Lagoa são de parentes. As pessoas acampavam no mato, poucas barracas. Eram cinco, seis família que moravam na Lagoa. Depois que veio a estrada e a luz é que começou a vir mais gente de fora e estas pessoas que colocaram comércio e pousadas (filho de Seu Chico, 29 anos).

O que por um lado conferiu novas possibilidades de renda para a comunidade, por outro, desencadeou uma série de abusos que afetaram os ambientes locais. Em poucos anos a pesca e caça predatórias, realizadas por pessoas de fora, dizimaram as populações de jacarés e diminuíram muito a quantidade de peixes, capivaras, ratões, aves e outros seres, prejudicando toda a rede ecológica. A filha mais nova de Seu Chico relata o abuso na pesca:

Teve uma época que teve muita gente pescando. Atravessava de ponta a ponta de rede a lagoa. Daí não tem peixe que sobreviva, não é? [...] Era gente de fora que são pescador profissional. Eles podem botar rede em qualquer lugar, aí se prevalecem (filha mais nova de Seu Chico, 25 anos).

A pesca para o autoconsumo da população foi profundamente afetada e hoje os moradores encontram dificuldades para obter este alimento. Peixes apreciados como jundiá, traíra e cará sofreram com a sobrepesca, causando desânimo na comunidade: “Antes tu pescava um dia pra comer três, agora tu pesca três pra comer um!” (filho de Seu Chico 29).

No caso dos carás, por exemplo, a situação se agrava uma vez que é a pesca de caniço, permitida por lei em época de piracema, que o ameaça. Na época da reprodução, os carás fazem toca no fundo raso da lagoa. Como na Lagoa da Tapera a água é cristalina, as fêmeas são facilmente capturadas por pescadores irresponsáveis que colocam o anzol dentro de sua toca. Os filhotes gerados pelas fêmeas que restavam eram pescados ao fim da época do defeso em redes ilegais de malhas pequenas. Este círculo vicioso, detectado pelos moradores, diminuiu muito a quantidade e o tamanho dos carás nas lagoas do Bacupari.

As *puxadas d'água* baixam muito o nível da lagoa. A “nova orla”, com extensa faixa de areia até o nível da água, favoreceu que veranistas atraídos pelas novas infra-estruturas construíssem casas irregulares nas margens da lagoa, prejudicando a qualidade da água e da paisagem. Antes das construções era possível caminhar por toda a margem da lagoa. Havia banhados e “junco fora a fora”.

Chegou um ponto em que a situação na Lagoa estava calamitosa. Havia muita caça, pesca, tráfico de animais silvestres e intensas *puxadas d'água*. Novos moradores que se estabeleceram na Lagoa, aliados aos antigos habitantes, protagonizaram uma grande manifestação contra as *puxadas*, também objetivando responsabilizar órgãos públicos competentes - prefeitura de Mostardas, IBAMA e FEPAM - pela ausência de fiscalização ambiental e pelo conjunto de abusos sofridos. Foram feitas reuniões com muitas pessoas que ostentavam cartazes, além de chamada a Brigada Militar e feitas reportagens pela BAND e SBT. Neste momento, surge a AMALB - Associação dos Moradores e Amigos dos Lagos do Bacupari. Através desta organização o arrozeiro responsável pelas *puxadas* é processado e condenado pelo Ministério Público a pagar multa, diminuir substancialmente a *puxada* e abrir o *vertedouro* original da Lagoa da Tapera.

A conquista junto ao Ministério Público marcou um novo tempo em que a esperança de um efetivo cuidado da Lagoa se fez mais presente. A pesca predatória atingiu um limite e a diminuição dos estoques parece ter afastado pescadores de fora. Os ambientes apresentam tímida recuperação ecológica, como foi relatado por um dos filhos de Seu Chico:

O biru recriou. Tinha muita gente que vinha essa época pra pescar. [...] Com a parada da *puxada* tem mais água, mais espaço. O peixe tá voltando, tem mais pássaros. [...] Gaiota tinha pouco, agora tu vê mais. Voltou a chorona, que é tipo de um mergulhão. Biguá... Tarrã tinha só um casal agora tem oito. Galinhola... A chorona faz ninho na água, só põe 3 ovos! (filho de Seu Chico, 29 anos).

O nível da água subiu e os juncos passaram a colonizar novamente as margens. Alguns dizem que “a água vai tomar o seu lugar, comendo a areia das dunas”, que se formaram quando o nível estava baixo. Os banhados já estão se formando de novo e bichos como a galinhola, marreca, frango d’água, mergulhão e capivaras retornando.

Mesmo com a recuperação ambiental a comunidade continua enfrentando muitos problemas. No inverno a lagoa enche excessivamente e não drena como antes da implementação da barragem. A água está assoreando a estrada. O problema das construções irregulares e a conseqüente contaminação das águas ainda não têm solução. A puxadas, no último verão, se intensificaram novamente ignorando a voz da comunidade que diz não à sua continuidade (figura 4 e 5). Por estas razões é que Seu Chico desabafou: “A Lagoa tá sem respeito! Os netos tão vendo a lagoa, mas os bisnetos não vão ver a mesma lagoa.”

Muitos moradores e moradoras acreditam que só uma intervenção séria de órgãos competentes pode “salvar a Lagoa” e garantir um futuro saudável à comunidade. Segundo Seu Nino (62) o cuidado ao lugar de sua morada é fundamental: “Aqui é a nascente do Tramandaí”, diz ele, e por este motivo a represa deveria ser aberta (figura 3).

O descaso público para com o local é conferido às relações de poder entre *fracos* e *fortes*. Assim, a Lagoa sendo o território dos *fracos* e humildes, nunca é priorizada e as vozes são abafadas. Neste sentido, percebe-se que as lutas e projetos de futuro da comunidade da Lagoa e das comunidades quilombolas vizinhas expressam solidariedade e pertencimentos comuns relativos ao processo histórico de espoliação de direitos coletivos. Os órgãos ambientais parecem compactuar com este cenário, uma vez que atuam somente sobre os *fracos* enquanto os poderosos ficam impunes. Um boato de criação de uma “reserva ambiental” circula na comunidade e divide opiniões. Alguns encaram a ideia com desconfiança por temerem não serem consultados e perderem autonomia. Outros a vêem como uma estratégia para o cuidado do lugar, no sentido de imposição de limites e fiscalização, mantendo a esperança de um cuidado também promovido pelo poder público.

Recentemente o Ministério Público autuou a Prefeitura de Mostardas, obrigando-a a elaborar e implementar um plano de manejo de dunas. Estas ações objetivam reger o uso segundo as leis ambientais, amenizando o descaso com estas áreas de preservação permanente (APP) no município⁴⁴. A falta de esclarecimentos e discussões inclusivas na elaboração do

⁴⁴ Esta ação foi deflagrada pela gestão do Parque Nacional da Lagoa do Peixe que visou responsabilizar a prefeitura de Mostardas pelo cuidado das dunas, principalmente nos balneários lindeiros ao Parque. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe, situado nos municípios de Mostardas, Tavares e São José do Norte, pretendeu a conservação dos ecossistemas costeiros e aves migratórias. A criação do parque significou um aumento nas ações de fiscalização e punições sobre as populações

plano gerou um sentimento de incerteza e exclusão em moradores da Lagoa do Bacupari. Foi suspensa a ligação de luz em casas próximas às dunas e a prefeitura se limitou a colocar uma placa informando a obrigatoriedade de projeto aprovado e licença prévia para novas construções civis. Até então, não haviam sido percebidas mudanças efetivas. O que parece ter mudado e impressionado bastante foi a chegada dos cataventos.

locais, o que é rapidamente denunciado quando se conversa com moradores da região. Segundo Adomilli (2003) estas ações afetam os modos de vida de pescadores que habitam seu interior, uma vez que eles sofrem restrições em suas atividades e vivem o drama de uma possível desapropriação.

Figura 4: Paisagens da Lagoa da Tapera

Verão



Veranistas na lagoa – janeiro de 2011

Lagoa secando com o aumento das *puxadas* – março de 2012

Cavalo na orla da lagoa seca – março de 2012

Os efeitos das *puxadas*. Pouco fluxo de água entre as Lagoas da Tapera e Retiro

Outono e inverno

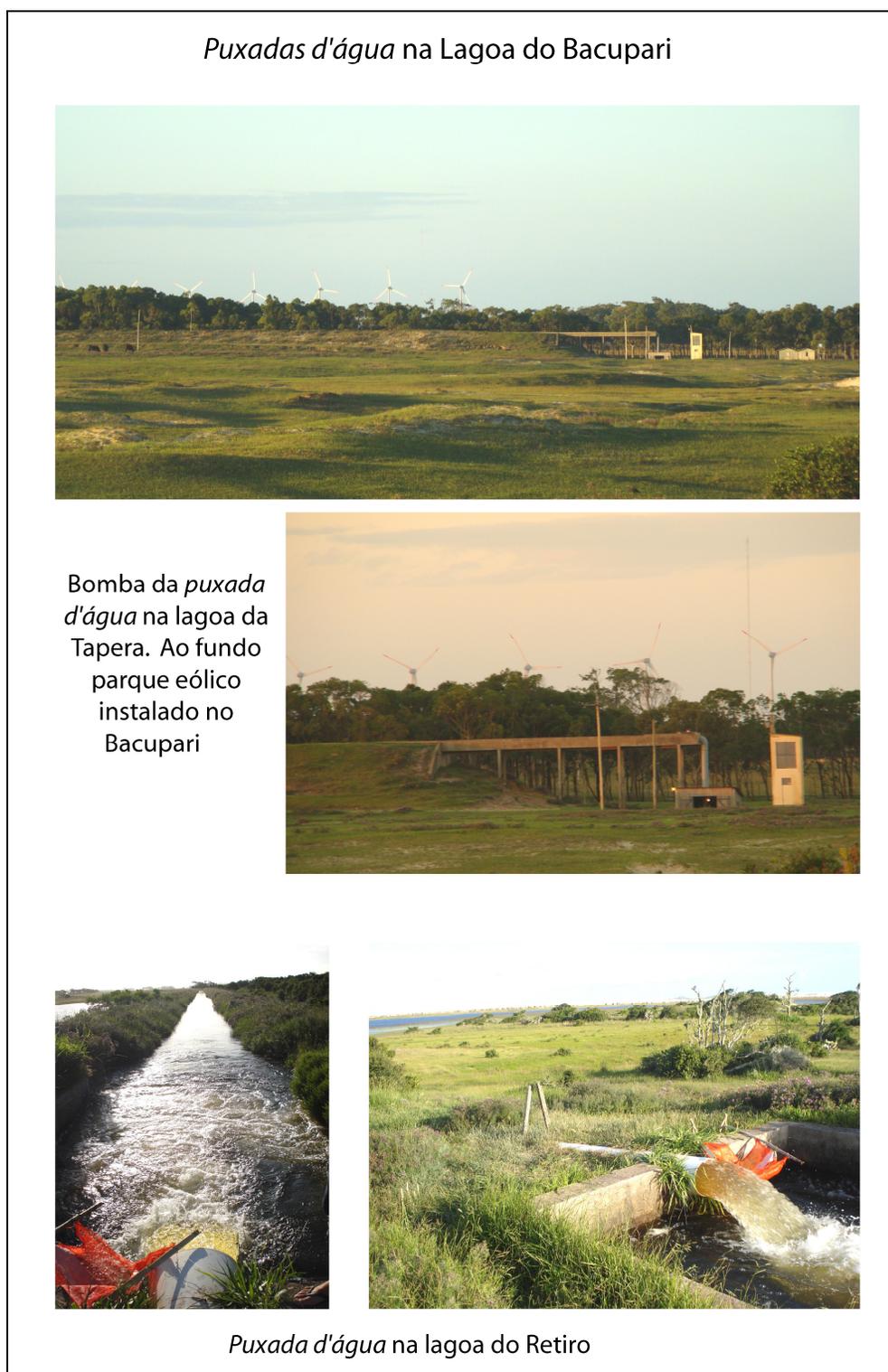


Auge da cheia, banhados se conectando com a lagoa – setembro de 2011



Lagoa avançando sobre a estrada – setembro de 2011

Fonte: Elaborada pela autora com fotos da pesquisa.

Figura 5: *Puxadas d'água* e cataventos

Fonte: Elaborada pela autora com fotos da pesquisa.

3.11 A chegada dos cataventos

O parque eólico, recentemente instalado na localidade do Bacupari, em Palmares do Sul (figura 5), é percebido como uma alteração visual substancial na paisagem e vem impressionando os moradores. Neste sentido, passa a ser associado a outros acontecimentos vividos atualmente, se transforma em assunto de conversa e marca um tempo na coletividade de várias comunidades situadas no entorno do empreendimento. Na época de realização deste estudo, o parque contava com quinze torres e aerogeradores que podem ser avistados a quilômetros de distância.

A novidade vem sendo objeto de especulações e dúvidas das mais variadas, que muitas vezes foram direcionadas à minha pessoa. Como todo investimento de grande porte que chega à região, logo são suscitados questionamentos sobre o quanto o empreendimento resultará em benefícios diretos para a população. Ouvi mais de uma vez que estes empreendimentos “só caem na terra dos grandes”, evidenciando a histórica falta de inclusão de segmentos da população local nas discussões e decisões sobre projetos que promoveriam desenvolvimento regional.

Segundo relatos é requerida considerável mão de obra durante a instalação dos cataventos, quando são contratados empregados de outros lugares do Brasil. Muitos destes hospedaram-se durante alguns períodos em uma pousada da Lagoa do Bacupari, o que fez com que os moradores comentassem ainda mais sobre o assunto. Após a instalação os empregos são poucos ou requerem qualificação especializada, frustrando as expectativas dos moradores locais.

Em geral, as pessoas acham “bonito”, “bom pra natureza” e dizem que “não prejudica em nada”, mas por vezes preocupam-se e desconfiam dos possíveis impactos relacionados ao *meio ambiente*, o que demonstra a vigilância dos moradores em relação às intervenções exógenas. Um dos jovens da Casca, ao falar sobre o *colhereiro*, um pássaro migrador que não tem visto ultimamente, comentou sobre os possíveis impactos que os cataventos podem causar às aves migratórias que transitam pela região. Igualmente, se especula sobre a implementação de parques eólicos nas dunas, reconhecidas áreas de preservação “onde tem *tuco-tuco*⁴⁵” e onde “não pode mexer com a *natureza*”⁴⁶.

⁴⁵ Tuco-tuco é um roedor nativo das dunas.

⁴⁶ Existe ao menos um parque eólico no Estado que foi licenciado e instalado em área de dunas, (observação pessoal).

Em geral acredita-se que os cataventos serão cada vez mais comuns nas paisagens locais. Na Casca existem planos de instalação de cataventos nas terras da comunidade e já foram realizadas reuniões que envolveram o poder público e uma empresa do ramo.

Desta forma, se confirmadas as intenções relatadas sobre a instalação de vários parques eólicos na planície costeira, a região pode estar prestes a sofrer uma mudança considerável em termos de matriz produtiva, reorientando sua economia. Os parques eólicos tendem a atrair outros investimentos e pessoas gerando impostos e recursos financeiros de compensação ambiental para os municípios. Além disso, áreas de campos e lavouras podem ser ocupadas com cataventos. A pecuária é conciliável com a produção de energia eólica, mas a rizicultura irrigada obviamente não.

Os parques eólicos, assim como as monoculturas de arroz e *pinus* chegam à região projetados por investidores e governos que disputam uma corrida pelo crescimento econômico, estabelecendo em geral uma relação utilitarista com os ambientes e seus habitantes. Dúvidas e falta de informações sobre os parques eólicos nos dizem o quanto estes projetos são pouco debatidos e ignorados em suas especificidades, limitações e potencialidades.

Ainda que disseminados enquanto produtores de energia limpa, pouco se sabe sobre as responsabilidades que deverão ser assumidas ao término dos contratos de concessão de energia entre empresas e Estado, após poucas décadas de funcionamento dos parques, quando os cataventos estarão obsoletos e necessitando de substituição. Da mesma forma, são pouco conhecidos os impactos ambientais incidentes sobre as relações das pessoas com a paisagem modificada e o barulho, fauna, corpos d'água e lençol freático, que certamente terão efeitos locais não conhecidos anteriormente à sua implantação.

Ao longo deste capítulo buscou-se apreender eventos e tempos significativos na vida das pessoas, e que, inseridos em um processo histórico contribuíram para configurar os ritmos e modos de vida atuais nas famílias extensas e nas comunidades da Lagoa do Bacupari e remanescentes de quilombo da Casca. Vale salientar que os tempos e eventos apreendidos contemplam tanto narrativas específicas de cada comunidade como também narrativas próximas e compartilhadas, o que enriquece a constituição de historicidades ambientais que são complementares.

Estas narrativas são frutos do trabalho da memória que reorganiza e ressignifica lembranças passadas a partir das experiências atuais de engajamento no ambiente. As percepções sobre os impactos cumulativos causados pela rizicultura, por exemplo, são narrados levando-se em consideração as paisagens do passado e sua transformação ao longo do tempo, o que imprime reciprocamente uma transformação nos sentimentos e modos de vida. Estas transformações são anunciadas pelos eventos e tempos caracterizados e definidos por atividades relevantes para as famílias extensas.

As historicidades ambientais expressam conflitos entre diferentes formas de interação com os ambientes. Estes conflitos emergem das relações entre *fracos* e *fortes*, em que os últimos, representantes das elites locais, promovem um modelo de desenvolvimento que historicamente tende a suprimir desejos coletivos em benefício privado. Nas dinâmicas temporais ambientais caracterizadas este modelo é representado principalmente pela monocultura do arroz irrigado no latifúndio, desde sua chegada até sua expansão e consolidação. Estes configuram acontecimentos principais para ambas as famílias extensas, marcando e constituindo tempos e eventos significativos em suas vidas.

As percepções das famílias em relação aos modos de vida e conflitos gerados neste contexto expressam a importância que as relações ecológicas têm para a constituição de tempos e eventos. Ambos os grupos compartilham de uma mesma visão de mundo quando expressam tristeza pela degradação das lagoas, dos banhados, dos bichos, das *palhas*, dos *matos*, que se situam até mesmo além das terras de suas famílias, como no caso do banhado da Solidão. Pode-se remeter este contexto à situação descrita por O'Dwyer (2004) em que comunidades quilombolas e de ribeirinhos vizinhas em uma mesma região do Pará articulam interesses muito semelhantes de defesa de seus estilos de vida assumindo uma identidade de lugar – os filhos do Rio Trombetas - num contexto de demarcação de uma unidade de conservação em suas áreas e restrições legais às suas atividades de manejo da biodiversidade.

As comunidades envolvidas neste estudo sentem e conhecem em detalhes os impactos ambientais causados por projetos de desenvolvimento anteriores e atuais. As experiências cotidianas, compartilhadas no ambiente entre as gerações ao longo do tempo, produzem conhecimentos relevantes que permitem entender o ambiente de uma perspectiva sistêmica historicamente situada, que é capaz de detectar, compreender e dimensionar a amplitude e efeitos destes impactos sobre a vida como um todo.

Desta forma, a noção de impacto ambiental, usualmente entendida enquanto impacto sobre os “recursos naturais”, necessita ser repensada sob um ponto de vista de um ambiente relacional, que se faz continuamente pelas interações estabelecidas com seus

organismos/pessoas. Assim, populações locais devem ser ouvidas e incluídas em qualquer discussão que diga respeito aos seus ambientes de vida. Os sentimentos de tristeza, indignação, perda e desesperança expressam impactos ambientais que são prontamente identificáveis quando manifestados pelas pessoas. Da mesma forma, as transformações consideradas negativas às atividades de pesca, turismo, agricultura, lazer e extrativismo de recursos importantes afetam modos e ambientes de vida.

Na Lagoa, é perceptível que os impactos negativos da rizicultura são notadamente articulados em discursos sobre a importância da conservação da *natureza*, o que poderia ser entendido a partir da prática de uma “política cultural da natureza” (ESCOBAR; PARDO, 2005, p. 345), explicada enquanto um processo em que atores sociais com diferentes significados e práticas culturais relacionadas à natureza entram em conflito. Contudo, são históricas as relações de poder e conflitos entre os *fortes* e *fracos*, os quais mais recentemente se expressaram a partir do viés da proteção da *natureza*. Da mesma forma, o conflito certamente é percebido de diferentes maneiras, ao menos entre os *nativos* da Lagoa e os novos moradores e veranistas de fora. A noção de pertencimento à Lagoa, expressa nas formas de interação nos ambientes que garantem seu alimento, conexão com os ancestrais e trabalho, há gerações, não pode ser entendida somente a partir de um discurso, e sim de um modo de vida que não é compartilhado pelos de fora. Deste modo, existem diferenças consideráveis entre os estilos de vida existentes na Lagoa que devem ser levadas em consideração pelo poder público quando pretendidas intervenções que afetam os *nativos*.

A experiência etnográfica permite apreender como as famílias com as quais trabalhamos constroem a sua própria história articulando experiências locais aos contextos globalizados da agricultura moderna. Como destaca Wanderley (2003), ainda que o desenvolvimento das forças produtivas tenha elevado a agricultura e o meio rural a um novo patamar, definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global, este processo não se traduziu na implantação de uma forma social de produção única e homogênea representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial.

No próximo capítulo esta perspectiva é discutida a partir da descrição de experiências práticas e seus processos de produção de conhecimento ampliados nas múltiplas relações estabelecidas no mundo rural. Desta forma, estes processos se configuram enquanto potencialmente promotores de autonomia.

4 DINÂMICAS AMBIENTAIS NA LAGOA DO BACUPARI E NO QUILOMBO DE CASCA – EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS E PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO INTERGERACIONAL

Este capítulo traz reflexões sobre processos de produção do conhecimento aliados às práticas da vida rural e cotidiana, na Lagoa do Bacupari e na Casca. Para uma abordagem ecológica dos aprendizados, é estabelecido um diálogo com a perspectiva da “educação da atenção” corroborada por Tim Ingold (2010).

Na “educação da atenção” o que está em jogo é compreender como cada geração contribui para a os processos de produção de conhecimentos da geração seguinte. Nesta perspectiva, os conhecimentos a respeito do mundo são gerados pelas experiências compartilhadas entre as gerações nos ambientes em que vivem. Os ancestrais ao interagirem com seus ambientes deixam marcas, pistas, que são reconhecidas pelas gerações seguintes. Os mais velhos orientam a atenção dos mais jovens que passam a conhecer o mundo a partir de suas experiências próprias, de seu engajamento prático e perceptivo nele. O aprendizado é, então, entendido de maneira relacional, sendo promovido pelas experiências práticas em contextos específicos, e não transmitido independente das experiências prévias e atuais dos indivíduos.

Ingold (2010) constrói seu argumento problematizando as formas pelas quais a teoria evolucionista ortodoxa, aliada à psicologia cognitiva, interpretam o aprendizado e desenvolvimento de capacidades humanas. Do mesmo modo que o evolucionismo neodarwiniano postulou um desenho para o organismo, determinado pela transmissão de informação genética, a ciência cognitiva postulou um desenho para a mente, dotada de aparatos cognitivos geneticamente determinados, estruturas “inatas” que estariam à espera de conteúdo informacional, as representações. Para o autor a separação dos mecanismos psicológicos “inatos” da transmissão, das representações culturais “adquiridas”, é um artifício analítico que impede uma compreensão do desenvolvimento das habilidades (*skills*) humanas para além da dicotomia inato/adquirido. O autor cita o exemplo da linguagem como sendo gerada no contexto do envolvimento sensorial da criança em um ambiente altamente estruturado. Os mecanismos de linguagem não seriam inatos, mas sim, relativos ao ambiente que fornece condições variáveis para a auto-montagem dos mecanismos ao longo do desenvolvimento da criança. Em suma, a criança aprende a falar a partir de seu engajamento nos mundos da fala.

Partimos destas idéias para pensar as práticas conduzidas pelos interlocutores e interlocutoras. Assim, nos amparamos na noção de habilidades (*skills*) para discutir as transformações e inovações do conhecimento associados às práticas. O estudo das habilidades exige uma perspectiva que situe seus praticantes no contexto ativo de engajamento com o ambiente. É o que Ingold (2000) chama de perspectiva da habitação (*dwelling perspective*). A constituição das historicidades ambientais locais permite aprofundar o entendimento destas habilidades, práticas e dos processos de aprendizado inerentes a elas.

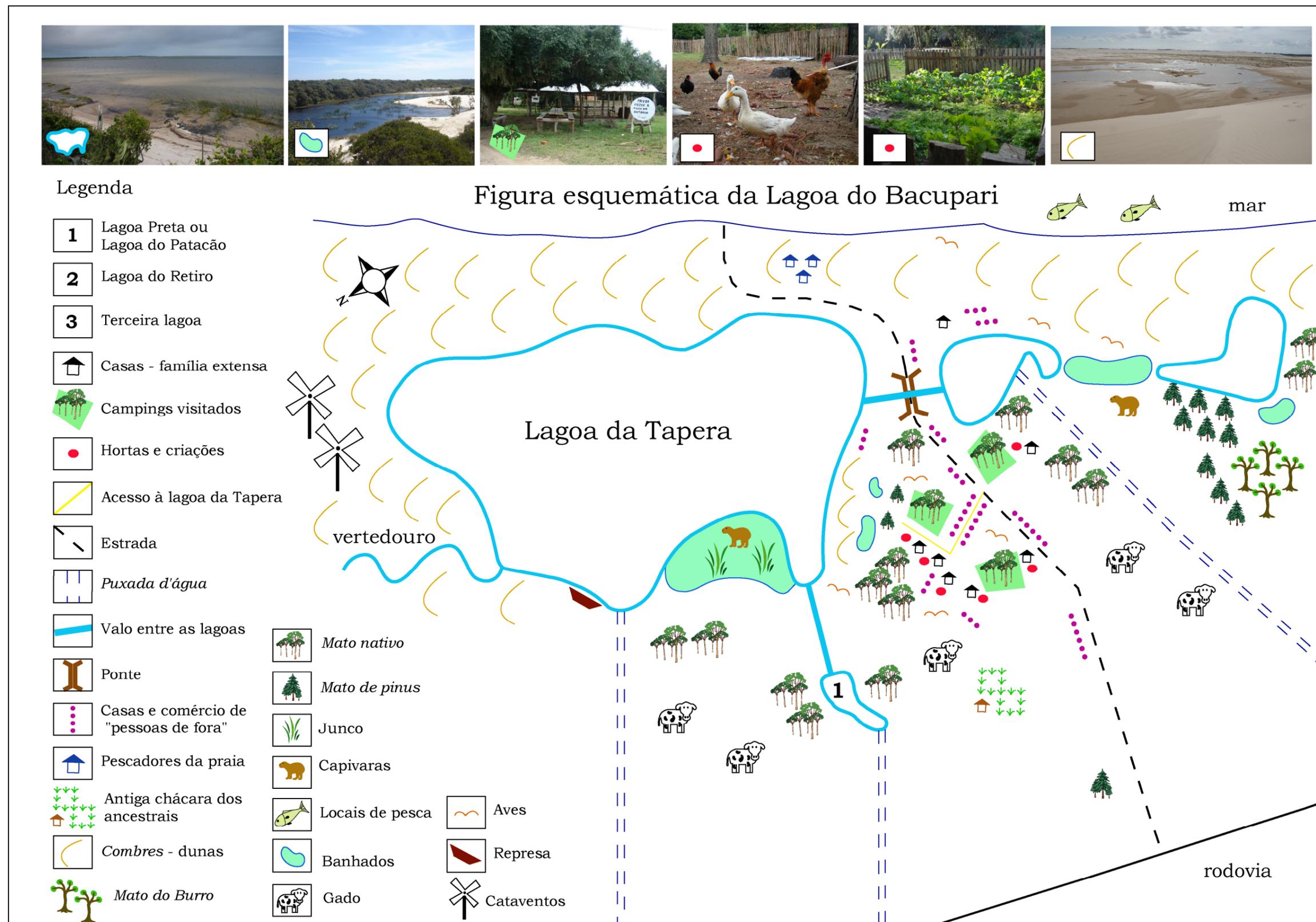
Indo além do desenvolvimento de habilidades, pretende-se pensar os processos educativos conduzidos nos âmbitos familiares, ecológicos e comunitários como sendo favorecidos pela criação de espaços onde os jovens podem crescer aprendendo a respeitar o próximo e seus ambientes. Para Maturana (2000), este é o ponto fundamental da educação, pois ser respeitado é emergir como o outro legítimo. Crescer tendo auto-respeito e auto-confiança é fundamental para aprender qualquer habilidade e constituir autonomia de vida. Nesta linha, Ingold (2000) destaca que o papel dos ancestrais é criar esferas de nutrição e fomento, contribuindo para o crescimento dos seus sucessores. Assim, o sentimento de parentesco é gerado no engajamento nestas esferas de nutrição.

A seguir, serão abordados saberes e práticas da vida das comunidades da Lagoa do Bacupari e da Casca, entendendo-os enquanto processos cosmológicos e ecológicos de aprendizagem intergeracional. Para tanto, serão retomadas algumas questões já destacadas nos capítulos anteriores, buscando estabelecer conexões com a produção de historicidades locais. A articulação das historicidades locais aos processos de aprendizado, privilegiando as múltiplas maneiras de conhecer e experienciar o ambiente e o tempo, compreende a noção de dinâmicas ambientais proposta neste trabalho.

4.1 A dinâmica da ocupação da terra familiar: os *campings* na Lagoa do Bacupari e as chácaras quilombolas de Casca.

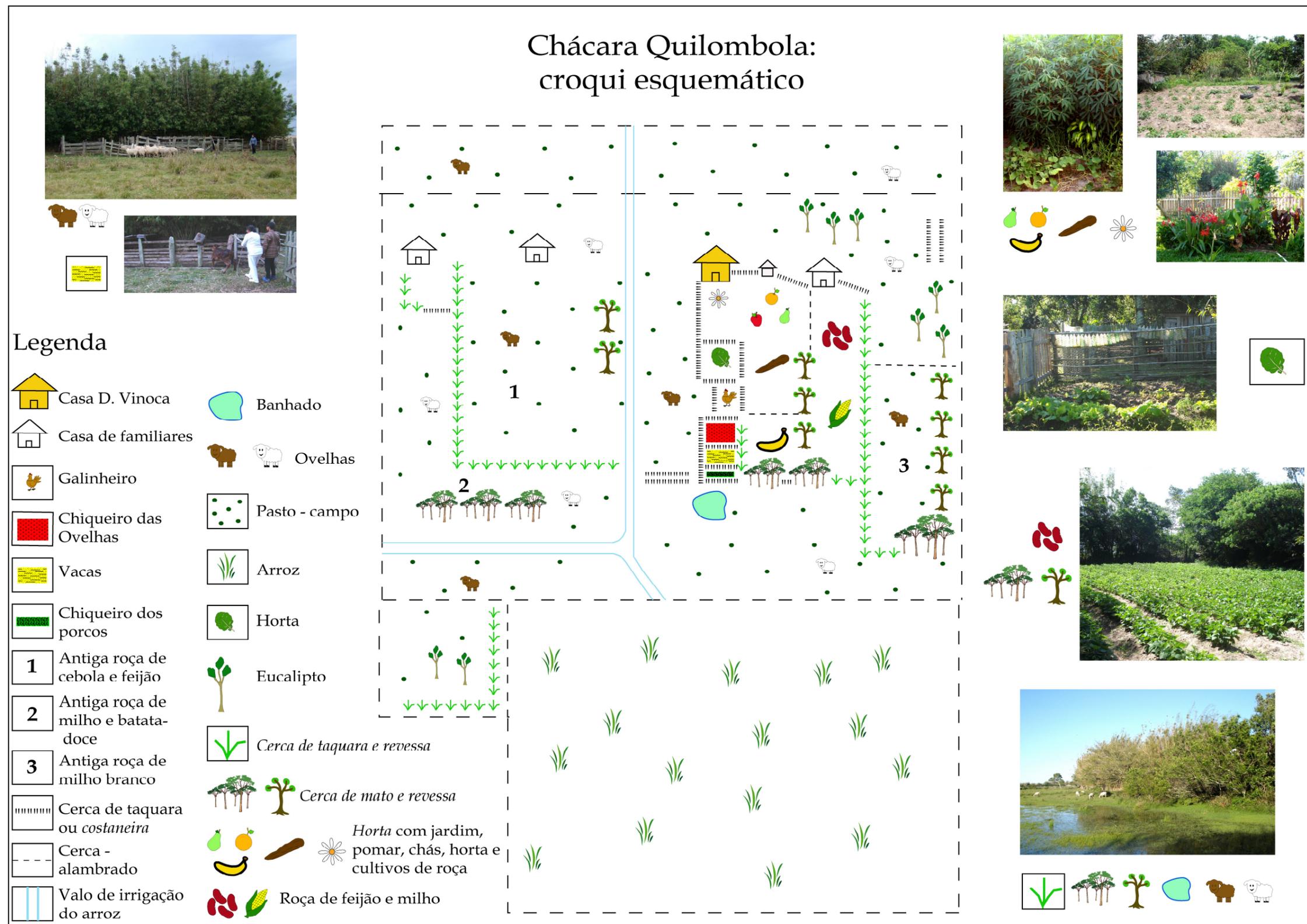
Com o intuito de (re) situar o leitor, conectando reflexões que de certo modo já foram abordadas no texto, será feita uma breve descrição das dinâmicas históricas de ocupação das terras por ambas as famílias extensas. Para compreender com maior clareza as discussões referentes à ancestralidade e cosmologia nos processos de aprendizado, é oportuno considerar estas dinâmicas de ocupação e visualizar sua espacialização. As figuras esquemáticas da Lagoa do Bacupari (figura 6) e da chácara quilombola (figura 7) auxiliam nestes quesitos.

Figura 6: Croqui esquemático da Lagoa do Bacupari



Fonte: Elaborada pela autora com fotos da pesquisa

Figura 7: Croqui esquemático da chácara quilombola



Fonte: Elaborado pela autora com fotos da pesquisa

4.1.1 Os campings na Lagoa do Bacupari

Após o falecimento de Seu Chico, o *camping* herdado passou a ser coletivamente cuidado e administrado pelos seus filhos e filhas. A maioria deles estabeleceu morada na redondeza do *camping*, ou seja, na área de histórica ocupação da família onde cada um já possui sua área, casa, horta, pomar e criações na terra familiar dividida (figura 6).

Uma das filhas de Seu Chico, juntamente com marido e filho, são proprietários de outro *camping*, vizinho ao *Camping do Chico*. Por fim, bem próximo dali, está o terceiro *camping* visitado, que é de propriedade da família de uma das irmãs de Seu Chico. Juntamente com ela vive na área do *camping* seu filho, filha e respectivas famílias. Os *campings* são, antes de tudo, as moradas destas famílias. Em todos eles, próximo às casas, estão as hortas, roças, pomares, criações de animais, peças e pequenas casas para alugar e instalações comerciais, como bares e vendas. A maior parte da terra das famílias que recebem campistas em sua propriedade é, contudo, destinada à área de acampamento, que se constitui enquanto um fragmento de *mato nativo* manejado para tal fim. Esta mata tem muito valor e sua conservação é desejada e promovida como forma de fortalecimento dos laços com o ambiente e com os ancestrais.

Os *campings* visitados se traduzem na principal fonte de renda para no mínimo três núcleos familiares. A possibilidade de retorno econômico a partir do turismo e lazer orgulha e motiva os moradores, que se sentem estimulados em cuidar da Lagoa que atrai tantas pessoas.

4.1.2 As chácaras quilombolas na Casca

O espaço físico da comunidade é constituído por áreas de praia, dunas, lagoa, campos, áreas construídas de uso coletivo como a associação comunitária, igrejas, salão da igreja, e um conjunto de chácaras onde vivem núcleos familiares aparentados. Desta maneira, são os laços de parentesco e afinidade estabelecidos que guiam o movimento das pessoas e famílias pelas chácaras ao longo do tempo.

Segundo Leite (2004, p. 203), na Casca a cláusula da inalienabilidade presente no testamento aliada à condição de exclusão social imposta aos ex-escravos que o receberam, contribuíram para a permanência dos descendentes dos legatários e o usufruto destes a partir da concepção de “terras do grupo de parentes”. O respeito ao usufruto foi enunciado por D.

Vinoca como uma premissa fundamental para a ocupação do território pelas gerações passadas, presentes e futuras. Esta noção evidencia uma distinção importante entre as formas de ocupação e concepção das terras em Casca e na Lagoa do Bacupari, onde os *nativos* não são legatários de um testamento. Da mesma forma, a importância do testamento, enquanto elemento de coesão social lembrado e narrado há gerações, imprime pertencimentos e sentimentos de coletividade que são compartilhados exclusivamente por seus legatários e respectivas famílias. Neste sentido, a titulação das terras de Casca, enquanto remanescentes de quilombo, vem a garantir os modos de vida e direitos históricos não reconhecidos.

Para os *casqueiros* as chácaras se constituem enquanto lugares privilegiados de conexão com os ancestrais e interação com o ambiente. Sobretudo, existem e estão conectadas socialmente e fisicamente num território nutrido pelos fluxos ecológicos ao longo do tempo. As chácaras são o lugar da morada, do trabalho, da produção de alimentos, da constituição das famílias, do cuidado e do acolhimento. É o porto seguro como já ouvi chamar.

D. Vinoca vive em sua chácara com seus filhos, filha, netos e netas. Existem quatro casas: uma habitada por ela, filha e neta e outras três de seus filhos, noras e respectivas famílias, (figura 7). A casa de D. Vinoca, a avó, ocupa um lugar central a partir do qual se dispõem as outras casas. A centralidade de sua casa está relacionada ao papel de sua pessoa. Sua morada é um espaço de congregação pelo respeito e afeto que recebe de sua família. Devido a este respeito e tradição familiar, as decisões sobre as formas de utilização dos espaços da chácara são lideradas por ela.

As chácaras vizinhas são todas de parentes bem próximos, como cunhados e irmãs. Sua irmã Flor vive com suas filhas solteiras na única casa de sua chácara. Por ter sido a última filha a casar, ela estabeleceu morada na chácara da mãe, herdando esta terra posteriormente. Já Nilza vive com marido e filhos em sua casa nas terras da chácara herdada por sua sogra, que mora ao lado. Em todas estas chácaras são cultivadas hortas, roças, pomares e cercas-vivas, além de criados animais. Cada núcleo familiar desenvolve seus próprios cultivos e criações em separado ou em conjunto, dependendo dos esforços coletivos e dos investimentos feitos. Contudo, mesmo que nem sempre o trabalho seja compartilhado, os frutos dele serão.

Nas duas famílias extensas as formas sucessórias de ocupação das terras familiares relacionam-se às concepções particulares de território e comunidade. As impressões trazidas acima serão conciliadas com as discussões que seguem.

4.2 Ecologia, ancestralidade e cosmologia em processos de aprendizagem

Seu Chico gostava muito de apresentar seu *camping*. Naquele espaço, promovia o crescimento das árvores e enriquecia o *mato* com plantas que lhe agradavam. Um pequeno cordão amarrado em uma muda de figueira, evitando que ela tombasse, demonstrou a atenção que ele despendia ao *mato*, em especial à figueira, espécie tão valorizada em toda a região, (figura 8). Em uma caminhada pelo *camping*, ou pelo *mato* (neste caso *mato* e *camping* são sinônimos) revela-se um mundo de histórias e plantas.

Figura 8: Descobertas no *camping* - *mato* do Seu Chico



Muda de figueira amarrada



Seu Chico apresentando o chá da *canquerosa*, “boa para tudo”



Flor do *ipê*

Fonte: fotos da pesquisa

Em sua fala, Seu Chico expressa um pouco da motivação para o cuidado com as plantas, que está na alegria do aprendizado com o ambiente. Assim reconhecer uma planta está associado à experiência compartilhada no ambiente, uma interação que vai além da simples observação, ela é cotidiana e vivencial:

Seu Chico: Você planta, coisa mais linda um *mato* nativo, que eu adoro esse ipê- amarelo aí ó! Bah, isso é alegria, e o maracujá tomou conta, olha lá.

Alana: O senhor plantou uma muda de maracujá?

Seu Chico: Plantei uma muda de maracujá, amarrei ele com um arame na volta, assim, e ele se foi para cima, [...] E o ipê chama até a atenção da pessoa, porque ele tá em flor primeiro pra depois botar a folha não é? As vezes você olha e ele tá todo amarelo de flor assim. Coisa mais linda! Aí as pessoas ficam olhando: que coisa mais linda aquilo ali. Chama atenção, é a única árvore que dá isso aí, não tem outra árvore que dê!

“Não tem uma árvore nesse *mato* que eu não lhe diga o nome”, dizia Seu Chico, e esta propriedade em falar do *mato* encontra sentido a partir de suas experiências práticas e criativas com ele. Certa vez me apresentou a *árvore-aranha*, uma planta que eu conhecia por

outro nome. Conversando, ele foi explicando que na época de sua frutificação a árvore é tomada por aranhas vermelhas que se confundem com os frutos da mesma cor e tamanho. Aí estava a *árvore-aranha*, reconhecida e nomeada pelas sensibilidades pessoais de Seu Chico, em relação ecológica com as árvores e as aranhas naquele ambiente em uma determinada época do ano.

Igualmente às plantas, a histórica convivência e interação com os bichos promove aprendizados sobre o ambiente que são valiosos na vida cotidiana das pessoas. “Os bichos ensinam muito pra gente, eu aprendi muito com os animais”, disse Seu Nino (62), ao verificar a movimentação do gado em direção ao mato quando se arma um temporal. Para Seu Chico, observar os passarinhos pode indicar se uma determinada fruta é venenosa ou não: “eu não vi foi o passarinho comendo, porque se o passarinho come não é venenoso, não é?”. Em outro momento sua filha reforçou a mesma ideia: “tudo o que o passarinho come a gente pode comer”!

Na Casca, o prolongado tempo de permanência das andorinhas na região indicou que o tempo de verão custa a passar. As andorinhas vêm de longe, do norte, para se alimentar e procriar. Ao fim das épocas mais quentes, quando os filhotes estão crescidos, elas vão embora. Já a entrada do ninho construída pelo *joão-de-barro* é orientada pela direção que vem do frio. D. Vinoca apontou para o ninho com a porta virada para o oeste e disse: “O frio vem do sul, assim dizem os antigos, sempre ouvi os pais dizerem, os avós. Este é o segredo do joão-de-barro”!

Para ela os animais têm segredos. Estes segredos vão sendo revelados e aprendidos no fluir da vida pelo compartilhamento de experiências entre as gerações humanas e os animais no ambiente. Os segredos da *natureza*, pois como foi dito “tudo é *natureza*”, oferecem uma reflexão sobre as dimensões cósmicas deste aprendizado. Ao permitir-se aprender com os animais estabelecem uma relação ecológica mutualística (Ingold, 2000).

Da mesma forma, há o reconhecimento respeito às forças que estão além do domínio humano, como expresso na fala de D. Vinoca (60): “Quantos perderam o arroz porque o tempo muda! [...] Isto é coisa que não pode mudar, é de Deus!”

As percepções em relação aos seres da *natureza* e ao que “é de Deus”, integram visões ecológicas de mundo, cosmologias singulares. Neste momento, pode-se entender que seus ambientes se fazem nas relações com a *natureza* e com o que “é de Deus”. Esta *natureza*, contudo, não é algo distante, exótico, comum, com um valor utilitário que se sobrepõem a

qualquer outro. É uma *natureza* vivida, habitada e experienciada junto aos mais velhos, animais, plantas e Deus, remetendo a múltiplos pertencimentos⁴⁷.

Seu Chico ao apresentar a *figueira*, árvore que gostava tanto, reconheceu que sua presença é promovida em uma rede de interações ecológicas em que ele mesmo está inserido. Seu papel é cuidar:

Essa aqui é a figueira (uma pequena muda), aqui tinha um baita de um figueirão. Aí morreu a figueira, tava muito velha. Foi o passarinho que plantou (a mudinha), e eu tô cuidando. O passarinho que come a fruta e larga a sementinha ali não é? Tudo quem planta no mato é o passarinho. Então, é uma coisa que a gente tem que cuidar, não é? (Seu Chico, 68)

Ingold (2000), nos ilumina com uma interessante abordagem que ajuda a compreender como processos de aprendizagem intergeracionais no ambiente revelam, apresentam e recriam estes “segredos” e práticas do cuidado na vida rural.

O autor critica o modelo genealógico dominante e aposta em um modelo relacional para entender como as gerações passadas contribuem na vida das atuais. Para ele, o modelo genealógico é falho, uma vez que considera que ocorra a transmissão de especificações essenciais de personalidade mediadas por linhas de descendência, independente das experiências vividas e ambientalmente situadas. Esta assunção desconsidera que as pessoas compartilhem memórias “devido ao seu mútuo envolvimento em atividades articuladas num certo ambiente”. Desta maneira, este modelo reforça a idéia que o “(...) conhecimento chegou a eles pela mesma fonte ancestral através da linha de descendência comum. Eles estão ligados por uma “identidade” não somente por substância corporal, mas também por tradição cultural – por herança genética e cultural” (INGOLD, 2000, p.138).

O autor propõe um modelo relacional, baseado no modelo rizomático de Deleuze e Guatarri, em que as gerações são abrangidas no processo da vida e não a vida abrangida nas gerações. Isto implica em não considerar as pessoas como entidades geradas, mas um local onde a geração está em curso. As pessoas estão num constante vir a ser, ou seja, experienciando a geração no curso da vida. “Este modelo situa a pessoa no mundo vivido como um lócus de atividade auto-organizativa.” (INGOLD, 2000, p.142).

⁴⁷ A idéia de *natureza* que é veiculada pelos interlocutores não pode ser enquadrada no conceito de natureza próprio do pensamento moderno ocidental. As discussões de Cunha (2009) sobre a importação da categoria analítica cultura pelo discurso político de minorias faz reconhecer que diferentes pontos de vista articulam diferentes noções de “natureza”. A autora considera que as transformações e articulações que operam entre a categoria analítica cultura e a categoria vernácula “cultura” e os efeitos de sua coexistência devem ser pesquisados.

Segundo Ingold (2000), o crescimento das pessoas se dá através das contribuições dadas e recebidas através da vida, no contexto de relações ecológicas em curso no ambiente. Neste sentido, a produção de conhecimento ocorre pela “educação da atenção”, sendo que o conhecimento “também cresce”:

Conhecimento de um ponto de vista relacional não meramente aplicado, mas gerado no curso da experiência vivida através de séries de encontros nos quais a contribuição de outras pessoas é orientar a atenção de um – no sentido de revelação, demonstração ou ostentação, ao longo das mesmas linhas que as suas próprias, para que aquele possa começar a apreender o mundo por ele mesmo, de sua maneira e a partir de suas posições. Em cada encontro, cada parte entra na experiência do outro e faz daquela experiência sua própria também. Compartilha-se no processo de aprendizado, em vez de incorporar um corpo de conhecimentos pré-estabelecido. De fato, nesta educação da atenção nada estritamente falando, é transmitido em absoluto. O crescimento e desenvolvimento de uma pessoa, resumindo, é para ser entendido relacionalmente como um movimento num modo de vida (movement along a way of life), concebido não como relativo a um corpo de regras e princípios (ou uma ‘cultura’) recebida de predecessores, mas como a negociação de um caminho através do mundo. (INGOLD, 2000 p. 146)⁴⁸.

A convivência junto ao cotidiano familiar entre avós, filhos, filhas, netas e netos, tanto na Lagoa como na Casca, inspirou o exercício de articulação de vivências empíricas às ideias de Ingold (2000, 2010) sobre a “educação da atenção”, buscando adotar uma perspectiva intergeracional que pudesse constituir a noção de dinâmicas ambientais.

Seu Chico fazia questão de ensinar aos seus filhos e filhas práticas da vida rural. Segundo uma de suas filhas, “era o pai que coordenava a turma”, mostrando como plantar a roça de milho, pescar, reconhecer as árvores do *mato* e os *chás*, receber as pessoas de fora no *camping* e, sobretudo, cuidar da Lagoa, sua morada. Algumas destas experiências tão significativas foram narradas. A sua filha mais nova (25) lembrou-se de um acontecimento quando tinha oito anos de idade e foi iniciada na lida do recolhimento do rebanho. Seu pai “mandou” que ela fosse buscar sozinha a cavalo uma grande quantidade de gado, que estava pastando “bem longe” de casa. Sem os irmãos mais velhos por perto, sua única opção foi cumprir a tarefa, hoje lembrada com orgulho. Em outras ocasiões ela “fazia o serviço, arrancando o moirão do mato” junto com os irmãos, orientada pelo pai. Pouco antes do falecimento do pai, ela conta ter ido com ele a cavalo até o outro lado da lagoa para pescar *traíras*, “pegar o trairão na cama”, no raso da lagoa, como dizia Seu Chico. Aproveitando a época ideal de pesca da *traíra*, mesmo com a saúde comprometida, fez questão de

⁴⁸ Tradução da autora

compartilhar esta experiência com a filha. Estas foram oportunidades promovidas pelo pai para que a filha pudesse aprender por ela mesma.

Estas experiências fazem surgir mundos e habilidades para ação em certo ambiente. É importante ressaltar que todos os filhos e filhas de Seu Chico que vivem na Lagoa se dedicam às práticas aprendidas e desenvolvidas desde que eram crianças. Dentre estas estão o cultivo de roças, hortas, manejo do mato, criação de animais, pesca e o próprio cuidado do *camping*, esta sim, atividade mais recente.

Na Casca, a percepção de dois jovens⁴⁹ rapazes sobre o “conhecimento dos antigos” e da vida rural, revelou que estes saberes têm lugar importante na comunidade. Eles afirmam que sua contribuição e participação na vida comunitária, sobretudo nas demandas articuladas através da associação, é desejada, mas, é relativa à sua condição de não adultos. Desta forma, aprendendo com os mais velhos é que serão considerados aptos a assumir certas responsabilidades. Estas percepções surgiram em uma conversa sobre como o ensino técnico em agropecuária, cursado por três jovens rapazes entrevistados, poderia contemplar interesses da comunidade.

Para os três jovens com quem pude conversar as experiências do mundo rural vivenciadas desde a infância foram decisivas na escolha do curso técnico. O filho de Nilza (17) destacou que muito do que aprendeu foi através da “prática”, na vivência junto aos “pais e avós”. Segundo eles, estes conhecimentos prévios facilitaram o desenvolvimento do aprendizado na escola:

Que nem meu pai, meu tio, todos trabalham com arroz. Quando falavam de uma máquina, de um tipo de plantio, eu já sabia. A própria horta, todos nós aqui da volta já sabia, não é nenhum bicho de sete cabeças (neto de D. Vinoca, 17 anos).

Assim, esta identificação com os modos de vida rural foi reforçada na escola, pelo contraste estabelecido em relação aos colegas urbanos, que apresentavam mais dificuldades de aprendizado por desconhecerem esta vida rural. Para eles a escola é uma oportunidade de aprofundamento de conhecimentos que lhes agradam, bem como possibilita um futuro em que retornarão o apoio da família e desempenharão trabalho técnico.

Nesta perspectiva, eles consideram que o conhecimento dos antigos com o aprimoramento promovido pelo estudo técnico pode “dar um fruto melhor”, como “uma pecuária mais organizada, com gado bem cuidado”. A vontade de atuar pela comunidade

⁴⁹ Aqui “jovem” é um atributo arbitrário que se refere aos netos e filhos em fase de adolescência.

quilombola foi estimulada pela escola técnica (EETA – Viamão), que auxiliou os alunos de Casca na elaboração de propostas que contemplassem demandas relativas às atividades agropecuárias, contenção de areias, entre outros. Quando perguntado sobre o surgimento da idéia de projetos na Casca, um dos jovens expressou senso de comprometimento em auxiliar a comunidade quilombola a “crescer mais”, o que também é motivação da escola. Além disso, aparece novamente o pertencimento a uma vida do interior, em contraposição à cidade:

Por a nossa comunidade ser uma comunidade quilombola também, que isso no caso incentiva um pouco a mais a gente. Pra fazer a comunidade a crescer mais também. Valorizam mais o pessoal do interior que vai pra estudar, pra especializar, mais do que o pessoal da cidade. É que o pessoal do interior, não é que saiba mais, mas é mais acostumado a lidar com tudo isso já. Já sabe mais ou menos o caminho. (jovem, 17)

No planejamento das propostas, entretanto, os jovens alegaram que a presença dos professores adultos era fundamental para iniciar a conversa⁵⁰:

A gente falou dos mais antigos serem *cabeça dura*, daí no caso teria que ser um adulto falar com eles, do que a gente que é novo. Eles não iriam **aceitar muito essa ideia da gente querendo botar essa ideia aqui na Casca assim**, [...] eles preferem do jeito deles [...]. No caso eles não levam muita fé na gente assim porque a gente é novo ainda (jovem, 17 anos, grifo nosso).

Tipo por exemplo, vamos plantar aipim, é mais fácil tu usar um sulcador, abre o buraco e enterra: não, faz o buraco com o garrão, com o garrão, aprendi assim (risos) (jovem, 17 anos).

A distinção que aparece é entre adultos e não adultos, aqui considerados jovens. Não entrando em detalhes sobre categorias locais para jovens ou adultos, destacam-se as possibilidades de construção de futuros que se abrem. Estas percepções iluminam uma reflexão sobre o momento histórico vivido pela comunidade, em que são promovidos encontros entre saberes técnicos e locais, entre jovens e velhos, no espaço da associação comunitária, um espaço diverso ao da casa ou chácara familiar. Ainda que não seja possível aqui aprofundar uma reflexão sobre o contexto destes processos na comunidade, entende-se

⁵⁰ A categoria jovem rural é assunto de trabalhos acadêmicos como o realizado por Castro (2005). A autora em uma pesquisa realizada sobre a construção da categoria “jovem rural” em um assentamento da reforma agrária, observa que naquele contexto ser “jovem” denotava pouca confiabilidade e hierarquia no contexto familiar, ao mesmo tempo em que eram valorizados nos discursos sobre a continuidade do assentamento. Neste contexto, a categoria jovem não obedecia a uma faixa etária, mas sim, estava associada a “filhos”, construída por oposição às categorias “criança”, “adulto” ou “mais velho”. Da mesma forma, a autora identificou expectativas diversas entre adultos e “jovens”, sobre a inserção destes nas discussões e tomadas de decisões no assentamento (CASTRO, 2005, p. 335).

que existem iniciativas de diálogo que podem resultar em uma multiplicidade de conhecimentos inovadores e estimular formas de participação da juventude.

As narrativas dos jovens revelam um momento transitório em suas vidas, em que são convidados a entrar na vida adulta, seguir seus próprios caminhos e decidir entre ficar ou sair da Casca. Diferenças entre a vida dentro e fora do seu quilombo já são conhecidas pelos meninos e meninas que estudam e vivem na escola técnica, uma vez que passam a maior parte de seu cotidiano em um ambiente mais próximo à cidade. A partir desta experiência de vida e das vivências dos parentes que migraram para os centros urbanos, muitas vezes retornando, é que os jovens passam a projetar seus futuros. Todos os meninos e meninas com os quais conversei gostariam de ficar na Casca junto às suas famílias, “mantendo a chácara” e desempenhando trabalhos que lhes proporcionem esta liberdade. A falta de empregos é um impeditivo a este projeto, mas a vida no quilombo rural é o desejo, e não a vida nas cidades.

4.2.1 *O passado inscrito nas árvores*

Além dos ensinamentos botânicos, percorrer o *camping* com Seu Chico foi, para mim, imaginar, para ele, reviver um passado que está inscrito nas árvores. Segundo o sobrinho de Seu Chico, há cerca de sessenta anos atrás os *matos* da Lagoa do Bacupari foram cortados e a madeira transportada pela Laguna dos Patos para ser utilizada como combustível em marias-fumaça do Estado. No *camping*, entretanto, é possível encontrar árvores bem velhas e grandes, que sofreram podas e estão todas rebrotadas, como conta Seu Chico: “estas árvores aqui, são testemunho da época do meu avô (Antônio Clari). Ele não deixou cortar, só deixou podar”. A *canela-mole*, as *figueiras* e os *espinheiros* são as maiores árvores do *camping* e recebiam de Seu Chico uma proteção especial.

Em muitos outros momentos, a ancestralidade se fez presente pelo trabalho da memória, através das plantas, suas histórias e saberes associados. Um dos filhos de Seu Chico (29) me apresentou em seu quintal o *ananás*, um tipo de abacaxi que deseja multiplicar, por ser típico “das chácaras antigas”. Para manter a planta em sua casa ele não pretende consumir seu fruto, pois assim poderá ter mudas a partir da brotação do *ananás*. Ele e sua esposa (28) querem preservar as árvores do *mato* e o fazem cultivando-as perto de casa, onde seus filhos podem interagir com elas: “A gente tenta passar pros filhos, como esse *camboim*, ele vai saber que existiu porque brincou na sombra dele, comeu a frutinha” (nora de Seu Chico, 28). O

mesmo *camboim* é cultivado por uma das filhas de Seu Chico, por ser uma das plantas de sua infância.

O “maior mato” da região é o *mato do burro*, que fica próximo à Terceira Lagoa e à tapera que restou da sede da fazenda Barros vermelhos. Este *mato* guarda “histórias incríveis” contadas por seu Nino e por um dos filhos de Seu Chico (31 anos). Neste *mato* descansavam os burros da fazenda, que pisavam um tipo de barro utilizado no fabrico de tijolos pelos antigos escravos. Várias caminhadas já foram feitas para visitar estes lugares, inclusive um velho pé de umbu, onde o pai de Seu Chico costumava parar e sentar.

Na Casca, em uma caminhada pela chácara de Flor, são as plantas que mediam a conexão com os familiares antigos. Flor e sua irmã me mostram árvores frutíferas, a *erva-santa* que é “boa de tomar no chimarrão” e a *primavera*, uma árvore com flores muito perfumadas. Todas cultivadas pelos antepassados, principalmente por sua mãe.

As experiências cotidianas de interação junto às plantas dos antigos constituem os processos ecológicos em curso naquele ambiente. Nesta caminhada elas perceberam o trabalho dos bichos em dar continuidade aos cultivos dos antepassados, se alimentando dos frutos e plantando suas sementes, além da própria germinação de sementes que caíam no chão e o rebrote da raiz. Também verificaram a toca dos tatus na chácara e planejaram um resgate de mudas de *primavera*, a serem transplantadas para a chácara da irmã na época do inverno.

Steil e Carvalho (2011), discutindo a obra de Ingold, destacam que estes traços incorporados na paisagem expressam a continuidade e a simetria entre a experiência humana e dos demais seres. Segundo eles, Ingold chama a atenção para a produção do conhecimento como uma prática que deve ser analisada “tomando-se como foco a atividade em si mesma - independente de quem a realiza - que resulta em linhas, trilhas, tramas, traços que são incorporados na paisagem” (STEIL; CARVALHO, 2011, p. 4).

Na Casca, e também na comunidade quilombola do Limoeiro, as chácaras são desenhadas por *cercas* vivas plantadas com árvores do *mato* ou *taquaireiras*, (figura 7). Cabe ressaltar que estas *cercas* possibilitaram a ocupação das terras e desenvolvimento de práticas essenciais aos modos de vida quilombolas. Na parte mais plana da comunidade, onde se situam as chácaras de Flor e D. Vinoca, o plantio de árvores é indispensável. Já na parte mais alta da comunidade encontram-se mais remanescentes de matas combinados com as *cercas*.

Esta criativa prática local revela um íntimo engajamento perceptivo e prático no ambiente, conferindo às chácaras uma estética própria e soluções adequadas para a proteção dos cultivos e moradas. Na chácara de D. Vinoca, as *cercas* foram plantadas por seu marido, já na chácara de Flor, pelos seus pais. As árvores nativas como *maricás*, *aroeiras*,

capororocas, *tuna* ou *taquareiras* são plantadas sobre *taipas* (montes de areia) em linha, buscando-se delimitar áreas retangulares destinadas às roças. Para tanto, as cercas deveriam ser bem fechadas evitando a entrada de animais nas plantações. Os galhos espinhentos do *maricá*, por exemplo, eram dobrados uns sobre os outros formando uma densa trama. Apresentam também imensa importância para a proteção, pois fazem *reversa* para os ventos, agrotóxicos, frio e sol intenso. As primeiras mudas criavam um ambiente favorável aos pássaros que se empoleiravam ali e semeavam outras plantas. Como na Lagoa, conta-se com os passarinhos para a potencialização dos cultivos. Sem eles não há *cerca*. No caso das *taquareiras*, a sua propagação vegetativa forma a cerca em algum tempo. A *cerca*, deste modo, é concebida como fruto de um trabalho e experiências compartilhadas por pessoas e seres da *natureza*, constituindo também um legado ancestral⁵¹. Flor, ao contar sobre o valor que a *cerca* tinha para sua mãe e quanto hoje ainda é importante para a criação de animais, acaba por nos revelar sua motivação para o cuidado com as *cercas*:

É a cerca da roça, persiste. E não pode terminar porque faz falta no inverno pro gado, a reversa não é? A minha mãe se visse cortar um pé de árvore, um maricá, ela adoecia, Uma vez ali, o Zé limpou aquela cerca lá, que era maricá fechado. Limpou assim. A minha sobrinha chamou ela: “vó vem aqui ver que coisa mais linda!” Que ela enxergou aquilo ali ela não falou nada. Eu disse: ela vai adoecer, cá comigo não falei nada. Aí depois vim embora pra casa, fiquei lá um pouco e vim embora pra casa e a Nana me ligando que a mãe tava doente. Eu digo só de ela ver a cerca cortada ali, as pessoas mais velhas, não é? (Flor, 57 anos).

Por fim, esta narrativa ainda nos faz pensar sobre quanto as percepções que envolvem saúde podem estar articuladas às cosmologias e relações ecológicas dinâmicas que compõem a territorialidade quilombola. Os fragmentos de narrativas e percepções, traduzidas neste texto, expressam pertencimentos e, portanto, maneiras singulares de se habitarem mundos.

As chácaras e os *campings* da Lagoa integram diversos elementos de uma paisagem. São locais privilegiados de passagem para as contínuas experiências das pessoas e demais seres. As trocas de substâncias, entre seres da *natureza*, pessoas vivas ou antepassados, ocorrem, por exemplo, quando as pessoas dão continuidade aos manejos realizados pelos ancestrais, colhem os frutos de suas árvores ou transplantam uma muda plantada por um

⁵¹ Maestri (2010) ao falar das chácaras como propriedades dedicadas à criação e agricultura mercantil realizada por trabalhadores escravizados no RS do Brasil colonial, destaca que em época que não existiam cercas de arame a associação da atividade pastoril à plantação era realizada “em porções de terras cercadas, por matas, valos, cercas de plantas espinhosas, etc.” (Maestri, 2011, p. 100), o que nos faz deduzir que a prática das *cercas de mato* nas chácaras é uma prática tradicional, tão antiga quanto a presença dos africanos no RS.

pássaro. Como destaca Ingold (2000), estas ideias contrapõem o modelo genealógico que opera pela transmissão de conhecimentos e substâncias entre as gerações:

Mais uma vez a abordagem relacional inverte o modelo genealógico. Ao invés de pensar a substância como passando ao longo de uma linha de transmissão que conecta vidas, confinadas em suas respectivas gerações, avançando em paralelo, mas nunca juntas, pessoas são concebidas como passando ao longo de linhas de movimento e trocando substância nos lugares onde seus respectivos caminhos se cruzam ou mesclam, agregam. (INGOLD, 2000, p.145)⁵².

Esta abordagem nos ajuda a compreender os processos educativos e cosmológicos em curso nos ambientes. Percepções e habilidades constituídas no trabalho com a terra no litoral integram estes processos e seguem sendo analisadas e descritas.

4.3 Hortas, roças e criações – percepção do ambiente e habilidades para o trabalho com a terra no litoral

Cultivar o ambiente do litoral para a produção de alimentos, sombra e proteção dos ventos são atividades que vêm sendo conduzidas a partir de boas doses de atenção, criatividade e experimentação prática. Para tanto, conhecer as características geográficas e ecossistêmicas da região da planície costeira é fundamental para o sucesso dos plantios e criações.

Estas características são percebidas por D. Vinoca que, articulando conhecimentos locais aos saberes dos “especialistas”, revela seu entendimento geográfico:

A água campeia o seu lugar. Tem lugares que a água é salobra, porque aqui já foi mar, assim dizem os especialistas. Se tu for ver estamos em um lugar que é quase que uma ilha, saída por terra é só por Porto Alegre. Aí ficou lagoa quando o mar voltou. Por isso que aqui não tem pedra, morro. [...] é plano e a gente vê as coisas tudo de longe, vê da onde a chuva vem vindo” (D. Vinoca, 60 anos) .

O vasto horizonte da planície, a abundância de água, a areia e a água salgada são algumas das condições ambientais sempre percebidas em suas mútuas interações. A partir das experiências ambientais cotidianas, constituídas nas práticas da agricultura, pesca, criações e

⁵² Tradução da autora.

manejos dos matos, foi possível conhecer um pouco mais de suas ecologias e apreender as motivações e valores para o trabalho na terra do litoral.

Alguns interlocutores percebem que aspectos físicos dos ecossistemas mudam, fala-se em mudanças climáticas. Assim, as estratégias e formas de lidar com a terra são frutos dos engajamentos perceptivos e criativos em um ambiente dinâmico, e por isso mesmo diversificam-se na busca de soluções que permitam a continuidade e transformação das práticas.

As habilidades (*skills*) desenvolvidas na prática da agricultura, da mesma forma, são situacionais e atrelam-se aos contextos sociais vividos pelas comunidades. Como ilustrado no capítulo anterior, o tempo e o ritmo de trabalho atual na terra é reorientado por necessidades e motivações como empregos e acesso à educação formal. As práticas de cultivos para o bem estar (alimento, saúde, proteção, manutenção da memória e ancestralidade) tendem a ser conduzidos em áreas mais próximas às casas e menores do que no passado, resultando em uma reordenação do espaço habitado.

4.3.1 As chácaras: práticas, trabalho e organização dos espaços

Em várias ocasiões fui conduzida pelos espaços das hortas, roças e criações, o que rendeu muitas conversas e aprendizados sobre as motivações e técnicas para o cultivo. Ao perguntar sobre a diferença entre roça e horta na Casca, D. Vinoca destacou: “a horta é bem menor”. Indicando ainda todo espaço atrás da casa onde são cultivados aipins, batatas-doce, abóboras, frutas, flores, temperos, ervas medicinais, hortaliças e criadas as galinhas, disse: “tudo isso pertence à *horta!*”. Sua filha também completou dizendo que ali estavam também o jardim e o pomar. Assim, esta *horta*⁵³ refere-se a um espaço doméstico, situado na extensão da casa, como valor estético e onde se planta de tudo um pouco durante o ano todo (figura 7). A *horta*, assim como as criações e outros afazeres domésticos, é conduzida principalmente pelas mulheres, com a participação das crianças e jovens, que permanecem com as mães e avós acompanhando as tarefas cotidianas.

Já as roças são áreas de cultivo maiores, espalhadas pelas chácaras onde, em geral, crescem uma ou mais variedades de plantas com diferentes ritmos de desenvolvimento e

⁵³ *Horta* em itálico refere-se ao espaço de cultivo situado nas imediações da casa. Ali podem estar plantadas árvores frutíferas, ervas medicinais, temperos, plantas ornamentais, cultivos típicos de roça, hortaliças, criados pequenos animais, entre outras. Na chácara de D. Vinoca e Flor existe um cercado dentro desta *horta* onde são plantadas principalmente alface, couve e mostardas. Esta é a horta (sem itálico).

épocas de colheita. Podem ser empreendidas por homens ou mulheres, dependendo da motivação pessoal, sempre associada ao conhecimento para tal prática. Nas roças plantam-se aipins, batatas-doce, milho, feijões, melões, melancias, abóboras entre outros, todos cultivos implementados na época da primavera ou verão. Dentre estes, os aipins, milho, batatas-doce e feijões são cultivos centrais na concepção de uma roça, pois são alimentos principais, tanto para o consumo das famílias como para a criação de animais.

A partir do processo já relatado, referente à reorientação das atividades desenvolvidas atualmente pelas pessoas, vislumbram-se as novas configurações produtivas para o autoconsumo, como no exemplo da *horta*, que passou a receber cultivos típicos das áreas de roça e concentrar a maior parte do alimento produzido na chácara (figura 7).

As chácaras de D. Vinoca e Flor são bem parecidas. A partir da proximidade das casas, como foi dito, estão as *hortas* e toda sua diversidade de cultivos. Ao redor deste espaço estão áreas de pasto e roças. Mais longe das casas, após o pasto, estão as áreas arrendadas para o cultivo do arroz (figura 7). Na chácara de Nilza e de sua família não é plantado arroz. A maior parte dos espaços onde antigamente eram plantados os *roções* está coberto por pastagens, que podem ser transformadas em roças. Próximo de sua casa está a sua horta e o chiqueiro das ovelhas (figura 9).

Na *horta* de Flor e D. Vinoca foram feitos canteiros *virados à pá* ao pé de árvores frutíferas já adultas ou sob mudas recém plantadas, cuidando-se para que não ficassem muito sombreados. Nestes canteiros foram inseridas plantas de roça como aipins, milho, batatas-doce e abóboras. Na *horta* das duas chácaras encontra-se outro pequeno cercado bem protegido onde está a horta propriamente dita, cultivada o ano todo. Ali são plantadas couves, mostarda, alface, temperos, ou até mesmo plantas da roça, como os feijões e aipins, como os cultivados por Nilza em sua horta. Nos demais espaços estão as plantas ornamentais, medicinais e frutíferas. A adubação dos cultivos é feita com esterco animal e/ou restos de capina de pasto.

Nas chácaras de D. Vinoca e Flor o espaço da *horta* está todo delimitado e subdividido com cercas, que além daquelas plantadas com taquaireiras e árvores, podem ser feitas de alambrado, taquara, ou *costaneiras*⁵⁴. As cercas de taquara são consideradas típicas das chácaras quilombolas.

Nas cercas as taquaras são dispostas verticalmente ou horizontalmente, rachadas ou não ao meio (figura 9). São pregadas em moirões formando pequenos cercados utilizados em

⁵⁴ Um tipo de madeira que é cortada e vendida em madeireiras

galinheiros, chiqueiros e espaços de cultivos. O preparo da cerca exige tempo e trabalho para o corte das taquaras e manutenção periódica. Em alguns casos, as cercas de taquaras são reforçadas com telas de plástico ou substituídas por cercas de madeira *costaneira* que, apesar de exigir investimentos para a compra, tem maior durabilidade. Estes tipos de cerca podem ser empreendidos por mulheres e jovens, ao contrário da cerca de alambrado, que é uma tarefa masculina. A taquara tem muito valor e é abundante justamente porque está plantada nas *cercas (recessas)*, sendo utilizada para muitos outros fins: espetos, tutores de mudas, varas de pesca, cabo de enxada, fogo, entre outros.

De qualquer maneira, cercar a *horta* e as roças é imprescindível para impedir que as criações de animais literalmente devorem tudo o que se deseja cultivar. Até mesmo as galinhas podem fazer um estrago considerável se chegarem às *hortas* e roças na época errada.

Nos últimos anos em que convivi com os moradores de Casca pude observar a dedicação ao cultivo de roças de milho e feijão. Perto da época do plantio o solo é preparado com a ajuda de um trator, que amontoa a terra em canteiros altos em relação ao nível do solo. Após, o solo é adubado com esterco ou adubo químico comprado e as sementes são plantadas manualmente. As roças podem ser feitas em diferentes espaços que já foram plantados antigamente, observando-se a facilidade de manejo, proteção das *cercas de mato*, taquara ou alambrado, proximidade da casa e a qualidade do solo, que é relativa à propensão ao alagamento e fertilidade. A “terra parada”, por não ser cultivada há algum tempo, tem um solo mais fértil.

Na última safra D. Vinoca plantou feijão preto e *mourinho*. No ano anterior, na mesma roça, havia plantado ainda outro tipo de feijão, o *sessenta dias*, e milho, que foi consumido pela família e utilizado para o trato das galinhas. Esta produção anual garante feijão por boa parte do ano à família de D. Vinoca, sendo também distribuído aos parentes e amigos. Outra roça que visitei foi plantada com milho pelo marido de Nilza, com o objetivo de produzir alimento para as criações.

Ao fim da colheita, os espaços de cultivos cercados são abertos permitindo-se que animais como porcos, galinhas, vacas e ovelhas se alimentem dos restos da colheita. Após este período o pasto rebrota e toma conta da terra (figura 9). Deste modo, estas áreas podem continuar a ser ocupadas pelas criações. Assim também acontece nas áreas tomadas pelas lavouras de arroz.

Terminada a colheita do arroz, a área arrendada volta a ser controlada pela família, já que durante o desenvolvimento da lavoura o cuidado com este espaço é feito basicamente pela observação. Assim, as criações são largadas para se alimentarem na *resteva*, o resto do arroz

colhido (figura 9). Nesta época, aves como o *carão* e as *marrecas-do-pé-vermelho* podem ser vistas chocando ovos na *resteva*. As *garças* igualmente marcam sua presença, assim como os *anus*, as *andorinhas* e os *caramujos*. Após algum tempo, o pasto volta a recolonizar a área.

A vegetação campestre é responsável por recobrir o solo manejado nas roças, hortas e lavouras. “O pasto é o dono da terra”, disse D. Vinoca, na época em que capinava o pasto que crescia nos canteiros de sua roça de feijão. Esta percepção dos ciclos ecológicos expressa uma forma particular de lidar com o pasto. Assim, se planta aquilo que se tem condições de cuidar e o cuidado envolve capinar o pasto manualmente ou com enxada, não sendo utilizados herbicidas. Certa vez, tive oportunidade de ajudar na capina. Todo cuidado é pouco para não atingir o pé dos aipins. Um serviço demorado para quem não tem prática, ainda mais quando a terra endurece pela falta da chuva.

O pasto, por sua vez, é dado às galinhas, cujo esterco fortalece a terra dos cultivos. Segundo Nilza, nesta lógica da produção “tudo é um circuito, um coisa puxa a outra”. As interlocutoras preferem não combater o inço e os animais que atacam as plantações com venenos mortíferos. A cooperação⁵⁵, e não a competição, tende a orientar as relações ecológicas nas chácaras.

No geral, tanto os bichos da criação como os bichos da *natureza* estão integrados nas lógicas de cultivo das roças e hortas. Estes últimos são atraídos pelas qualidades ambientais das chácaras que ofertam alimentos, nichos diversos entre outras possibilidades de convivência inter-específicas. Assim, se planta o milho já sabendo que este servirá também de alimento para as *caturritas* e *saracuras*, “é a cota delas”, como disse Nilza. Reforçando essa ideia, D. Vinoca percebe que o milho que ela planta também é de direito das caturritas: “Tem que repartir. Elas têm que comer, é a comida que elas mais gostam. Elas comem o milho verde, quando tem leite e tá mole” (D. Vinoca, 60 anos).

A partir desta experiência etnográfica é possível entender que as lidas na terra conduzidas no âmbito da chácara quilombola integram, sobretudo, processos educativos, ecológicos e cosmológicos. No contexto atual, a concentração dos cultivos para o autoconsumo nas proximidades das casas tem a vantagem de oferecer aos jovens mais oportunidades de interação com estes ambientes diversos, entre os períodos destinados às aulas, estudos e trabalho fora da comunidade. Os jovens - rapazes, moças e crianças - são

⁵⁵ Maturana e Dávila (2009) ao corroborar com a noção de autopoiesis enfatizam que a vida ocorre num fluir de relações dinâmicas e cooperativas entre os seres e não competitivas como as postuladas pela seleção natural. A noção de autopoiesis, como uma capacidade autogeradora dos seres em constante relação com o meio, estabelecendo assim processos mútuos de aprendizagem que fazem surgir mundos, corrobora com a ideia de que a vida coopera e não compete.

iniciados em atividades simples da vida rural, como soltar e recolher o rebanho das ovelhas, alimentar os animais e auxiliar nos afazeres da casa e das *hortas*. Esta convivência, aliada às brincadeiras no ambiente, gera descobertas e constitui pertencimentos. As crianças e jovens também conhecem os animais e plantas. Reconhecem *chás* e frutas silvestres existentes em suas chácaras. Acompanham o calendário anual de atividades da vida rural, brincam e exploram seus ambientes.

As sementes e ramas de variedades de aipins e batatas-doces são consideradas como legado dos ancestrais e são trocadas, plantadas e consumidas há gerações. Da mesma forma as lógicas de cultivo que integram espaços de roças, hortas e campos, desenhados pelas *cercas de mato* e taquara, expressam práticas locais ambientalmente contextualizadas que orientam e permitem incorporar inovações. Estas são selecionadas e testadas, como ocorrem com o uso do trator e plantio de sementes compradas. Nestes processos são gerados novos saberes que possibilitam a continuidade destas práticas e a manutenção de uma produção para o autoconsumo pouco dependente de insumos externos e maquinários.

Figura 9: Cultivos, criações e lavouras nas chácaras da Casca



Horta cercada com taquara, próxima à casa de Flor.



Horta de Flor com verduras, plantas da roça e árvores frutíferas. Canteiros virados à pá.



Horta de Nilza com verduras diversas. Cercada com taquara – julho de 2011



Horta de D. Vinoca com cercado da horta. Bergamoteira no primeiro plano e butiazeiro ao fundo (palmeira nativa) – abril de 2011



Cultivos de roça (aipim), próximos à casa de Flor, em canteiros altos e virados à pá. Ao fundo o butiazeiro – dezembro de 2011



Cultivos de roça (batata-doce), próximos à casa de Flor, plantados ao pé de frutíferas como araçá, butiá, goiabeira e limoeiros – dezembro de 2011



Após a colheita da roça de milho e feijão, o pasto é o “dono da terra”. Nas bordas, as cercas e revessas de mato e taquara – abril de 2011



Mesma área com roça de feijão preto e mourinho. Canteiros feitos com trator – dezembro de 2011



Chiqueiro das ovelhas feito de taquara. Chácara de Nilza – outubro de 2011



Jovem chamando sua égua em sua chácara - julho de 2011



Bovinos e *garça* se alimentando da *resteva* do arroz na chácara de D. Vinoca. Ao fundo, um silo/secador de arroz – abril de 2011.



Lavoura de arroz sistematizada recém plantada, na chácara de Flor. Cerca ou *reversa* de mato fazendo o limite da lavoura – dezembro de 2011



Arroz sistematizado recém brotado e ainda não aguado. Na Casca em dezembro de 2011.



Arroz adulto em ponto de colheita. Ao fundo as cercas e árvores das chácaras. Na Casca em março de 2012

Fonte: Elaborada com fotos da pesquisa

4.3.2 Os campings: práticas, trabalho e organização dos espaços

Na Lagoa, assim como na Casca, a produção do alimento é uma das prioridades. Os espaços de cultivo são reduzidos uma vez que se opta também por manter a mata do *camping* ou o *campo nativo* para criação de animais. Mesmo assim, em pequenos espaços a produção de alimentos pode ser farta e sempre requer dedicação, principalmente das mulheres (figura 10).

Como todos os interlocutores e interlocutoras moram nos *campings* ou próximos a eles, a mata circundante cumpre um papel fundamental de proteção das casas e cultivos contra os ventos. O *mato* faz a chamada *reversa*. O *mato* também contribui com o *cisco*, ou seja, as folhas secas e matéria orgânica acumulada, que é varrido do *camping* e transposto para as hortas por conferir uma ótima adubação. Este manejo é realizado no fim da primavera, época em que os preparativos dos *campings* para o verão coincidem com a época e plantio de variedades agrícolas muito apreciadas, como feijões, abóboras, aipins e batatas-doce, melancias, entre outros (figura 10). Ainda mistura-se na terra o esterco das criações curtido, o que fornece às hortas *força*, os nutrientes fundamentais para a qualidade do solo e alimento produzido.

Como na Casca, as atividades e espaços produtivos são integrados uns aos outros. Em todos os pátios das casas são plantadas e manejadas árvores frutíferas como as *amoreiras*, *bananeiras*, *laranjeiras*, *limoeiros*, *bergamoteiras*, *butiazeiros*, *camboins*, *figueiras* e muitas outras (figura 10). Elas fornecem frutos que são consumidos tanto pelas pessoas como pelas galinhas, que por vezes ficam soltas ciscando sua comida. Arvoretas, como os *mamoneiros*, são mantidas pela sombra que propiciam aos animais criados, garantindo seu bem estar. O componente arbóreo da vegetação das casas e *campings* é, assim, fonte de alimento, sombra, proteção do vento, fertilidade do solo, promovendo assim a qualidade de vida.

Um manejo da mata realizado por vários moradores da Lagoa é o transplante de árvores do *mato* para perto das casas e de áreas de *camping* e casa para dentro do *mato*. Estes transplantes são motivados pela conservação das plantas do *mato*, pela estética, pela proteção contra os ventos e sol intenso, pelo gosto e pela satisfação em cuidar das plantas, o que expressa um valor ancestral.

As árvores do *mato nativo* como a *coerana*, *cocão*, *canela*, *figueira-branca*, *camboim do mato*, *bugre*, *figueira* são apreciadas, pois não “bicham” (não são atacadas por doenças), desenvolvem raízes profundas e toleram vento. São colocadas em contraste com as variedades de árvores não *nativas*, como *eucaliptos*, *acácias* e *pinus*, que, apesar de crescerem mais e

rapidamente, têm raízes mais superficiais e são mais suscetíveis aos fortes ventos, o que as torna perigosas próximo às casas. As árvores do *mato nativo*, neste caso, são mais *fortes* assim como as pessoas devem ser para viver no litoral, pois quem “não tá acostumado com o tempo é que deve sentir” o frio e o vento. Assim me diziam durante o inverno por lá.

Os moradores da Lagoa diferenciam o *mato nativo* do *mato de taquara* e dos *matos de pinus* e de *eucalipto* ou *acácia*, percebidas como variedades introduzidas para “fazer dinheiro”, o que atualmente não é seu interesse. Em suas terras estabelecem uma relação afetiva e de cuidado com todos estes tipos de *matos*. Entretanto, algumas pessoas fazem ressalvas em relação ao *mato de pinus* que se espalha, podendo invadir os campos.

Percebendo que as pessoas tinham interesse nas árvores de *mato nativo* levei algumas mudas de *bacupari*, espécie que se tornou rara nesta região que leva o mesmo nome. Esta árvore é muito lembrada devido aos frutos saborosos que produz. Um dos filhos de Seu Chico lembrou que seu pai havia lhe apresentado um pé que já não existe mais. Ao levar estas mudas pretendi estabelecer uma relação de troca com as pessoas, sobretudo para que pudéssemos conversar sobre a importância destas plantas para eles. Percebi que as experiências de infância e juventude compartilhadas entre os familiares tinham muito valor, sendo constantemente lembrados.

As matas dos *campings* conectam-se aos *matos* e *campos* lindeiros formando um corredor ecológico que permite um fluxo de vida por estes lugares. Foi sempre muito agradável acordar com os passarinhos, escutar os insetos, observar alguns beija-flores, gambás, apreciar o colorido das flores e saborear umas frutas do mato como *pitangas*, *pêssegos* e o *espinheiro*⁵⁶. Todas estas experiências sem sair do *camping*, o que certamente seduz muitas pessoas que voltam para acampar ano após ano.

Na atividade dos *campings*, os homens⁵⁷ são responsáveis pelos consertos e construções da infra-estrutura. As mulheres, em geral, cuidam da limpeza, jardinagem, organização e preparo de alimentos que são vendidos. São poucas as pessoas, e menos ainda os jovens, que vivem na Lagoa durante o ano todo. Conheci apenas um deles, neto de Seu Chico, que auxiliava os pais no cuidado ao *camping* durante as férias da escola, se envolvia na pesca e no cuidado aos cavalos.

⁵⁶ O espinheiro é a mesma planta que em outros lugares do Brasil é conhecida por quixaba ou quixabeira. No Nordeste tem importância alimentar e cultural significativa. Na planície costeira do RS, ao que parece, seus frutos não são tão apreciados, mas é reconhecida sua comestibilidade e sobretudo a qualidade de sua madeira.

⁵⁷ A maioria deles desenvolve trabalhos autônomos na construção civil, principalmente fora da época de veraneio, quando não há fluxo considerável de visitantes na Lagoa. Na época da pesquisa nenhum dos interlocutores se empregava em lavouras de arroz.

A manutenção da mata do *camping* é criteriosamente feita podando-se galhos, cipós, espinhos e aroeiras que possam machucar ou atrapalhar os campistas. Este manejo é requerido no *mato mais novo*⁵⁸. A preocupação com a estética é reforçada e as árvores ganham tratamento especial, sendo cobertas com orquídeas e bromélias. Outras são pintadas com cal, o que denota cuidado. São feitos jardins e recolhido o *cisco* do *camping*. Cuida-se do *camping* pelo apreço à terra e pela vontade em agradar os campistas. O gosto pelos afazeres fora da casa, junto à mata e jardins, motiva a filha de Seu Chico: “Adoro plantar, tô fazendo o serviço dentro de casa, mas já tô pensando na rua. [...] Eu faço tudo pensando no verão pras pessoas vim, gostar e achar bonito”. Estas motivações fazem do *camping* um lugar agradável e bem cuidado, o que é fundamental para os negócios da família.

Figura 10: Cultivos, criações e ambientes na Lagoa do Bacupari.



Cultivo de batata-doce pronta para colher - em junho de 2011



Horta com mostardas e alface - em junho de 2011



Cenoura colhida em julho de 2011



Muda de árvore do *mato* protegida e adubada com esterco – no *camping* em julho de 2011

⁵⁸ Um *mato novo* ou *sujo* apresenta uma quantidade de cipós, espinhos, árvores e arvoretas finas que emaranham dificultando a passagem. O *mato velho* ou *limpo* é aquele que pode ser “atravessado a cavalo”, uma vez que em estágios avançados de sucessão vegetal o *mato sujo* dá lugar ao *mato velho* ou *limpo*, que apresenta árvores de maior porte.



Ovelhas pastando no *camping*
– outubro de 2011



Porco carneado no *camping* para
consumo familiar – julho de 2011



Gansos sinaleiro em sua piscina



Pé de *Camboim do mato* onde as crianças
costumam brincar

Fonte: Elaborada com fotos da pesquisa

4.3.3 As épocas e algumas estratégias de cultivo na Casca e Lagoa

A escolha do tempo do plantio das hortas e roças envolve uma série de fatores que vão desde as épocas de semeadura características de cada planta, a fase da lua, as condições climáticas e da área de plantio em cada ano até o tempo disponível para estas atividades.

As *hortas* podem ser mantidas plantadas e cuidadas durante todo o ano, uma vez que nestes espaços passaram a ser incluídas as plantas de roça. Os plantios obedecem à *época da planta*. Os meses de outono e inverno são favoráveis à semeadura e crescimento de hortaliças como alfaces, mostardas, couve, espinafre, cenouras, cebolinhas, salsa, demais temperos, entre outros. As sementes e mudas de hortaliças podem ser compradas, trocadas ou mantidas ano após ano. A semeadura pode ser feita em um canto da horta ou recipiente disponível, fazendo o chamado *semeeiro*. Após um tempo, as mudinhas são transplantadas para a horta

em canteiros *virados de pá*. Nesta época mais úmida também são plantadas ou transplantadas as árvores, de qualquer tipo, podendo inclusive ocupar espaços nos pátios, quintais e *hortas*, onde também serão plantados os cultivos típicos de roças. Configuram-se, assim, espaços produtivos heterogêneos.

Já durante a primavera e verão concentram-se os cultivos de roça, que constituem a base da alimentação. Estes cultivos podem ser plantados em separado ou consorciados. A nora de Seu Chico plantou no mesmo cercado aipim, feijão *mourinho* e melancia. Ela explica esta escolha pelo fato de que o feijão e a melancia são colhidos antes que o aipim (figura 11).

A *época da planta* pode variar conforme as intenções e condições disponíveis. Seu Chico relatou plantar o aipim na época de “São João”, em junho, pois assim já teria aipim para comer no fim do ano. Além disso, as condições climáticas são monitoradas para a escolha dos meses de plantio e a fase da lua define os dias. Todos os interlocutores e interlocutoras levam em consideração estes aspectos, sendo que cada um agirá conforme suas experiências anteriores. Deste modo, quem possui uma terra mais *alta* pode *plantar do cedo*, mesmo ao final do período de chuvas. Já que tem terra *baixa* terá que esperar o solo desencharcar e provavelmente terá que *plantar do tarde*. O *plantio do tarde* pode ser feito também por quem não teve tempo de plantar antes ou “perdeu a lua”. Esta lógica é relativa aos plantios de primavera e verão, uma vez que o fim do inverno e início da primavera coincide com o auge das chuvas e a região da planície costeira fica parcialmente inundada, quando surgem banhados sazonais em áreas almejadas para cultivo. Já durante os plantios de outono e inverno os solos estão mais secos. Além disso, mudanças climáticas, detectadas pelos *casqueiros* e moradores da Lagoa, são monitoradas ano a ano e levadas em consideração nas decisões para os plantios.

Assim, o terreno arenoso, plano e baixo com o lençol freático superficial, é facilmente alagável com a chuva, ao mesmo tempo em que drena rapidamente com a falta dela. É necessário, deste modo, que se combinem estratégias para drenar a água e para retê-la junto às plantas. Para solucionar os problemas de ressecamento e falta de nutrientes podem ser misturadas cinzas e esterco no solo, que além de garantir a fertilidade, retém umidade. Com este objetivo, mudas de árvores são plantadas em pneus, sendo também regadas por canos ou garrafas de plástico colocadas junto às raízes das árvores, o que evita a dispersão da água no solo arenoso, (figura 11).

Para evitar o encharcamento, os canteiros sempre são altos em relação ao nível do solo, e praticamente qualquer plantio é feito sobre montes de terra ou taipas, como no caso das *cercas de mato*. Plantar em recipientes ou canos de plástico também é uma estratégia

eficiente. Na Casca, entretanto, observou-se que o milho é plantado entre as taipas, cuja terra será deslocada para sufocar o *pasto* que cresce a sua volta e prejudica seu desenvolvimento. Desta forma, se aproveita todo o espaço de cultivo, tanto sobre como entre as taipas.

Por fim, a fase da lua é determinante, inclusive para os mais jovens. Os filhos de Seu Chico (31) e de Nilza (17) reconhecem que plantar de acordo com a lua é um conhecimento *dos antigos* que “funciona”. Estes saberes envolvem uma complexidade de situações em que não há regras únicas e sim experiências particulares e coletivas desenvolvidas junto a uma diversidade de plantas em determinado ambiente. O ditado que diz que “na lua minguante tudo que mingua pra cima, cresce pra baixo”, foi proferido em várias situações e orienta o plantio das raízes como batatas-doce e aipins na lua minguante. Outra combinação seguida por vários interlocutores é plantar na lua nova tudo “o que tem flor”, neste caso plantas com flores típicas e vistosas, como abóboras, melancias e melões. Já D. Vinoca escolheu especificamente o terceiro ou quarto dia da lua nova de novembro para plantar feijão.

Os tempos ou épocas das atividades agrícolas desenvolvidas podem ser consideradas cíclicas, uma vez que se repetem ano após ano. Entretanto, existem tantas combinações possíveis entre tipos de plantas, épocas e lugares de plantio, condições ecossistêmicas, disponibilidade das pessoas e das sementes, luas, eventos, entre outros, que marcá-los num calendário daria uma impressão parcial das formas como as pessoas experienciam e organizam os tempos de cultivo durante o ano. O calendário agrícola que é posto em prática leva em consideração uma multiplicidade de fatores. Como já dito, o tempo do plantio é conciliado com o tempo dedicado aos empregos e demais atividades. Neste sentido, observei uma disciplina das mulheres que trabalham durante o dia fora da Casca e aproveitam os longos dias de verão para cuidar dos plantios após a jornada diária de trabalho. Na Lagoa, as famílias se esforçam para produzir alimentos e dar conta dos preparativos nos *campings* para o verão. Nas duas situações é notável a dedicação ao trabalho na terra.

Na Casca, uma intensa movimentação das pessoas em preparar a terra e conseguir ramos⁵⁹ e sementes que não possuíam inaugurou a época dos cultivos na primavera. Neste período o monitoramento do tempo climático se intensifica, o que é percebido pelas conversas das pessoas durante as mudanças de estação. As trocas são tão frequentes antes do plantio quanto depois da colheita, quando os frutos são repartidos. Nilza conseguiu ramos de aipim com D. Vinoca, que trocou mudas de couve por pitas⁶⁰ com sua irmã Flor. Variedades agrícolas tradicionais de preferência, como o feijão *mourinho* e *sopinha*, milho *branco catete*,

⁵⁹ Chamam-se *rama* os troncos dos aipins ou *baraço*, os galhos e folhas, das batatas-doce.

⁶⁰ Pita é uma planta ornamental.

milho vermelho, aipins e batatas-doce (*branca e abóbora*) são variedades principais que não são compradas, e sim, historicamente mantidas, trocadas e selecionadas pelos quilombolas e demais agricultores da Lagoa.

As batatas-doce, *aipins* e *mandioca*⁶¹ são propagadas vegetativamente através do plantio de *ramas* adquiridas por trocas ou preservadas de um ano para o outro (figura 11). A sua manutenção pode ser feita estocando-se ramos de aipim ou mandioca arrancadas do solo em galpão, na roça ou em local protegido de muita chuva. As *ramas* de batatas-doce permanecem na terra em áreas da roça chamadas de *viveiros*, de onde serão transplantadas para os canteiros no tempo adequado ao plantio. Os feijões e milhos são propagados por sementes e serão colhidos antes do que as raízes, que levam em média seis meses para maturar.

Algumas plantas típicas de roça persistem nos ambientes de cultivo, mesmo que não sejam plantadas todos os anos. A sua presença requer apenas a manutenção de áreas sob pleno sol. Plantas como a *melancia de porco* e o *feijão-miúdo* se tornaram comuns e abundantes (figura 11). “Isso fica na roça”, “nasce à toa”, dizem as pessoas na Lagoa, Casca e Limoeiro. Curiosamente são plantas que se originaram na África e chegaram ao Brasil durante a diáspora africana na época da escravidão (PELWING; FRANK; BARROS, 2008).

A *melancia de porco* é dada aos animais ou eventualmente preparada na forma de um doce. O *feijão-miúdo* é plantado para a colheita de vagens, como observado na Lagoa. D. Vinoca relata que plantou e cozinhou muito *feijão-miúdo*, até um ponto que os filhos enjoaram de tanto comer. Estas plantas ainda têm importância alimentar, ao mesmo tempo em que hoje são feitos doces com outras frutas e cozinhados outros feijões. Contudo, as *melancias de porco* e *feijões-miúdos* são mantidos na roça, pois é reconhecida sua importância em fortificar e proteger a terra, bem como em alimentar os animais. Elas produzem muita massa vegetal e frutos saudáveis sob praticamente qualquer circunstância agrícola, o que ajuda a explicar sua importância alimentar por um longo período, como em épocas de escassez ou quebras de produção.

As roças e hortas são espaços ecologicamente diversos que promovem a interação humana e não humana, sendo a experimentação guiada pelas trocas e preferências alimentares que se inovam. A cada ano o processo do cultivo favorece novas experiências e gera conhecimento. As formas atuais de condução dos cultivos e criações são frutos de modos de vida que se constituem a partir das relações históricas entre pessoas e ambientes.

⁶¹ Para os *casqueiros* a *mandioca* é uma variedade que, devido à sua toxicidade, só pode ser consumida por animais em poucas quantidades.

Figura 11: Plantas e estratégias de cultivo



Ramas de aipim sendo preparadas para plantio – na chácara de D. Vinoca, em outubro de 2011



Melancia de porco - na chácara de D. Vinoca, em abril de 2011



Muda de árvore protegida com saco plástico – na chácara de Nilza na Casca.



Muda de *bacupari* com cano utilizado para sua rega - na Lagoa do Bacupari



Aipim plantado com *feijão-miúdo* – na Lagoa do Bacupari em outubro de 2011



Temperos plantados em recipientes plásticos para evitar encharcamento - na Lagoa do Bacupari em junho de 2011

Fonte: Elaborada com fotos da pesquisa

4.4 “A areia tá vindo” – estratégias para *atacar* a areia

Há muito tempo os habitantes de Casca e da Lagoa convivem com a movimentação das dunas, experienciando uma paisagem⁶² dinâmica, na qual mesmo a areia e o vento, velhos conhecidos, podem surpreender.

Num primeiro momento, parece existir um descompasso entre os ritmos humanos e do vento, uma vez que é difícil responder ao avanço das areias. O impiedoso vento *nordestão* é o agente mais responsabilizado e, aliado às intervenções no ambiente, causa preocupações. Em uma das margens da Lagoa da Tapera, antigamente vegetada, os *combres* cresceram em poucos anos, impacto reconhecidamente derivado das *puxadas d’água*. Já na Casca as areias avançam sobre campos e casas próximas à praia. As memórias se atualizam ao ritmo da chegada das areias, uma vez que em poucos anos são percebidas mudanças consideráveis, como expressa a fala de Seu Chico:

[...] Aquela areia da praia tá terminando a lagoa! Já terminou uma barbaridade de lagoa de lá pra cá. Lana, daquele lado lá, aquele canto lá, quando pescava, quando era mais novo, agora não, é o lugar que tinha aí 10 m de fundura, hoje tem 2m de fundura. A areia tomou conta. Ih, tomou conta. [...] Agora tem boiadeira (alga) que de primeiro não tinha, que era perau. Agora tu vê a areia branquinha assim no fundo. (Seu Chico, 68 anos)

Mesmo que não surjam soluções imediatas, as experiências no ambiente revelam caminhos. Como diz Seu Nino: “tem que observar pra saber o que fazer”! As sensibilidades perceptuais permitem a criação de estratégias essenciais para a contenção das areias. Na Lagoa, Seu Chico nos conta sobre seus experimentos, que nas suas palavras significam cuidado:

Alana: Como é aqui no Bacupari essa questão de ter vento e areia, não é qualquer planta que resiste?

Seu Chico: Não, mas é uma coisa que a gente cuida. Não vê na beira da lagoa onde eu plantei aqueles *pinus*? A coisa mais linda aqueles *pinus*.

Alana: Estão grandes não é?

Seu Chico: Tá, quero ver se planto mais um pouco desse lado. Plantei *acácia* também, pra matar as areias, não é? Aqueles *matos* ali, coisa mais

⁶² O conceito de paisagem adotado por Tim Ingold é fruto de engajamentos práticos e perceptivos no ambiente, distinguindo de uma paisagem entendida como “vista” ou cenário para as ações humanas (CARVALHO et al., 2009). O autor reconhece que os conceitos de ambiente e paisagem são próximos e que para muitas situações seriam tratados praticamente como sinônimos. Para distingui-los Ingold pensa ambiente como complementar ao organismo e paisagem como complementar ao corpo, enfatizando função no primeiro caso e forma no segundo (INGOLD, 2000).

linda aquilo ali, uma sombra boa, não é? Não é uma árvore de espinho é uma árvore lisa, não é?

O cuidado ao *camping* motivou Seu Chico a plantar as árvores que pudessem conter a areia mobilizada pelos efeitos das *puxadas*. As mudas de *pinus* foram transplantadas da entrada da Lagoa do Bacupari, onde nasceram espontaneamente. A escolha dos *pinus* foi feita pela facilidade do acesso às mudas e por suas qualidades consideradas positivas, como beleza, rápido crescimento, não ter espinhos e oferecer sombra. Como recurso abundante, as *acácias*, os *eucaliptos* e os *pinus*, introduzidos em imensos monocultivos comerciais, foram incluídos nas estratégias das populações locais para a contenção das areias carregadas pelos fortes ventos.

Um dia mostrou outras plantações para “atacar a areia”, que há algum tempo vinha aprimorando (figura 12). Novamente a escolha das plantas envolve uma série de qualidades desejadas. Estas promovem a harmonia das práticas em curso no ambiente e otimizam o resultado esperado, como expresso na fala de Seu Chico:

Tu sabe que tem uma planta que mata a areia rapidinho? É tipo um chá. Se arrumar *sálvia* e plantar onde tá subindo a areia, ela vai sobressaindo. Só o *pinus* não ia atacar a areia. A *sálvia* os bichos não comem, é chá pra tosse, pra tudo quanto é coisa, é cheirosa. Se fosse uma planta inútil a areia tinha matado, essa aprovou. Ela não deixou os *combres* passar pra cá. [...] Pode plantar de galho (Seu Chico, 68 anos).

Seu Chico previu e falou ao seu neto que quando os *pinus* estivessem crescidos, ele não estaria mais entre nós. Esta marca deixada no ambiente por Seu Chico já reverbera como fruto e legado do seu cuidado, contribuindo para a continuidade de um modo de vida.

Figura 12: Estratégias para “atacar a areia”



Fonte: Elaborada com fotos da pesquisa

Na Casca, a problemática do avanço das areias é estudada pela articulação entre experiências anteriores no ambiente e conhecimentos de jovens técnicos agrícolas da comunidade. Ao conversar com o filho de Nilza (17 anos), pude entender melhor de que forma esta situação era percebida como preocupante. Existem casos emblemáticos e complicados, como o de pessoas vivendo em casas com areia à altura da janela, até casos em que os pastos foram invadidos pela areia ou fragilizados pela pecuária confinada em espaços cercados, quando o pasto não consegue recobrir o solo arenoso. Dentre as ideias para contornar estes problemas, os jovens sugerem o rodízio do gado sobre o pasto e o plantio de forrageiras e espécies típicas da região manejadas há muito tempo, como os *maricás* cultivados nas *cerca de mato*. Um dos lugares visualizado para estes plantios é o entorno da lagoa da comunidade, que está sendo soterrada pelas areias.

Estas duas iniciativas em *atacar a areia*, como dizem, revelam a constituição de habilidades que respondem às variações no ambiente. Como visto, estes saberes e práticas contemplam muitas dimensões que não só a de caráter utilitário. As experiências ancestrais e a articulação entre saberes técnicos e locais são incorporadas nas experiências cotidianas para a contenção das areias, fomentando a criatividade e improvisação, processos estes que integram as dinâmicas ambientais que se busca apreender.

4.5 Pesca, “modo de sobrevivência”, nos dias de hoje

A pesca no oceano, freqüente no tempo do peixe salgado, hoje é realizada eventualmente pelos moradores da Lagoa. Na praia, que se chega pela estrada que liga a comunidade ao mar, vivem famílias de pescadores que vivem da pesca marinha. Os interlocutores e respectivas famílias pescam para o autoconsumo, principalmente nas águas doces, comercializando algum peixe excedente entre amigos e conhecidos⁶³. O peixe é alimento muito apreciado (figura 13). Dentre os mais consumidos estão os *peixes-rei*, *violas*, *traíras*, *jundiás* e *carás*.

⁶³ Foi relatado o estabelecimento de novos moradores que exercem a pesca profissional

Figura 13: Traíra pescada na Lagoa da Tapera



Fonte: foto da pesquisa

A pesca na Lagoa é praticada de forma artesanal principalmente pelos homens com a parceria de algumas mulheres. Geralmente é realizada à noite e nos juncais das lagoas, quando aparecem mais peixes. O *caíco* (pequeno barco) auxilia nas pescarias e protege os pescadores da água gelada.

A época de chuvas intensas no fim do inverno e início da primavera propicia um ambiente e clima favorável à procriação de muitos peixes. Toda a água corre para as lagoas e quando ela está cheia alimenta os banhados. Desta forma, os peixes também se movimentam e muitos deles se reproduzem nesta época, quando a quantidade de recursos, como alimento e água, são abundantes.

Os interlocutores conhecem a dinâmica de vida de várias espécies de peixes. Estes saberes são frutos das experiências compartilhadas entre pais e filhos no ambiente da Lagoa do Bacupari. Os filhos de Seu Chico e o Seu Nino revelaram conhecimentos sobre as épocas e características de reprodução, hábitos alimentares, tamanhos, técnicas de pesca específicas para cada peixe, fases da lua e locais importantes para a pesca.

Segundo interlocutores, a legislação da pesca que regulamenta a época do defeso, estipulada para garantir a procriação dos peixes e definir as técnicas de pesca liberadas, não corresponde às situações específicas detectadas na Lagoa. Alguns peixes procriam fora da época do defeso e a pesca de caniço, permitida por lei, ameaça o *cará*. Desta forma, a comunidade entende que são necessárias regulamentações específicas que levem em consideração os impactos sofridos e as características de cada espécie de peixe.

A pesca sempre é assunto na comunidade em qualquer época do ano, principalmente entre os homens. Conversar sobre a pesca é uma maneira de cuidar, monitorar as lagoas e detectar abusos. As percepções sobre os impactos sofridos pelos peixes e atividade da pesca revelam a constituição de novos saberes que articulam estratégias para a conservação dos

peixes. O filho de Seu Chico (31) deseja procriar os peixes da lagoa em um açude. Também comentou da necessidade da re-introdução dos jacarés pelo seu papel de predador no ecossistema. Seu Chico falava em fazer “viveiros de peixes”, cercado os ovos na correnteza. Outra medida sugerida por vários interlocutores é a moratória da pesca profissional ou predatória por cerca de quatro anos, bem como a interrupção das *puxadas d’água* e abertura da barragem. O quadro abaixo sintetiza algumas informações sobre os principais peixes referidos na pesquisa (quadro 1).

Quadro 1: Peixes da Lagoa e saberes associados

| Peixe | Época (aproximada) e características de reprodução | Saberes diversos percebidos como importantes | Impactos reconhecidos pela comunidade |
|-----------|---|--|---|
| Biru | Julho. Precisa da cheia da lagoa. Entra da lagoa para o banhado. Desova no raso e fica com o lombo pra fora da água. Os ovos precisam ficar presos na grama | Tem muito espinho. Bom de comer frito ou fazer conserva. Vem para a beirada comer alga e raiz de grama | <i>Puxadas d’água</i> |
| Cará | Outubro e Novembro. Fêmea e macho ficam em uma toca no fundo raso da lagoa | Existem três tipos: o Cará manteiga o Cará batom e o carazinho preto. Comem minhocas e raízes | Pesca predatória de caniço na época da reprodução e <i>puxadas d’água</i> |
| Jundiá | Agosto. Vem para o ambiente seco para desovar | Sobe a correnteza. Vive no fundo da lagoa | Sobrepesca e <i>puxadas d’água</i> |
| Peixe-rei | Março | Tem origem marinha, entra na lagoa pelo sangradouro subindo a correnteza | Fechamento do sangradouro e <i>puxadas d’água</i> |
| Traíra | Fim de setembro e outubro | Pesca quando ela está tomando sol na beira da lagoa. É carnívora e pode comer os próprios filhotes | Sobrepesca e <i>puxadas d’água</i> |
| Viola | Não informado | Existem ao menos duas. Uma de água doce e a outra marinha que entrava na lagoa pelo sangradouro subindo a correnteza. Aprecia-se o seu cozimento “no casco” ou frita. Vive no fundo da lagoa | Fechamento do sangradouro e <i>puxadas d’água</i> |

Fonte: Quadro elaborado com dados da pesquisa

4.6 Das criações de ovelhas ao artesanato em lã de ovelha crua

Nilza conta que antigamente muitos homens da Casca eram contratados para tosar lã das ovelhas nas fazendas. A lã tinha um valor de mercado rentável, o que não persiste hoje com a disseminação de fibras sintéticas. As criações de ovelha, por sua vez, ainda são muito

comuns na região, e a lã ganha um novo valor através do artesanato de grupos femininos, como o fundado pelas mulheres da Casca.

O artesanato em lã de ovelha crua envolve um habilidoso processo manual de trabalho intenso que combina delicadeza e firmeza. A produção dos cobertores, acolchoados, mantas, blusões, tapetes, toucas, palas e demais peças, envolve uma série de etapas que devem ser detalhadamente desenvolvidas. A lã utilizada pelas artesãs pode ser comprada de parentes na Casca ou obtida a partir da tosquia das ovelhas criadas por D. Vinoca. A tosquia das ovelhas é realizada geralmente no mês de outubro, na transição da primavera para o verão, quando as ovelhas já pariram os cordeiros e não sofrerão com frio. Os filhos de D. Vinoca se responsabilizam por esta atividade na chácara. A raça de ovelha mais comum na Casca é a *Taxele*, que é ideal para carne, mas pode ter a lã utilizada no artesanato, desde que ela seja classificada e limpa.

Já na compra ou tosquia as mulheres devem classificar a lã, a fim de obter material de boa qualidade para produção do fio. Segundo Nilza, a melhor lã está no lombo das ovelhas, sendo que a lã das pernas, barriga e cabeça são de qualidade inferior e deve ser descartada. Lã suja ou com espinhos também compromete a qualidade do artesanato.

Após, a lã deve ser toda lavada e seca. Esta é a etapa do artesanato que exige mais esforço, pois demora, e a lã molhada pesa muito. Terminada a lavagem, os fios são coloridos, se assim se desejar. As tonalidades originais da lã são muitas: vão desde o branco, branco amarelado, cinza, marrom e o negro. Para o tingimento escolhe-se preferencialmente a lã branca e podem ser usados corantes industrializados ou plantas tintureiras. Como diz D. Vinoca: “a lã é um coisa que tem que ter muita ciência para lidar”. O processo do tingimento exprime bem essa ideia.

A tinta é preparada numa vasilha grande antes da lã ser colocada. Com as tintas compradas o processo é mais fácil e rápido. Já as plantas tintureiras exigem mais *ciência*, ou seja, saberes mais aprimorados. A planta escolhida é fervida durante bastante tempo até liberar a cor na água. Deve ser escolhido um fixador, uma substância que, como o nome já diz, atua na fixação da tinta na lã. São vários os fixadores: pedra ume, sal ou cinza. O fixador e o material da vasilha interferem no resultado final da cor na lã. Assim, uma vasilha de alumínio, cobre ou ferro, confere diferentes tonalidades. As cores extraídas de cada planta variam conforme a concentração de matéria prima, as características químicas e até mesmo as estações do ano. O toque pessoal de cada artesã conduz ao resultado final, pois “a mão da pessoa manda muito”.

As múltiplas combinações derivadas do processo do tingimento e do artesanato como um todo, conferem a principal característica desta prática, a exclusividade criativa, como mostra a fala de D. Vinoca e Flor:

D. Vinoca: dizer que é assim: Ah, eu fiz tal cor e vou fazer de novo aquela mesma cor, não faz. É igual um trabalho (de artesanato) que fez, é difícil fazer dois trabalhos iguais, não é? A gente faz um, nunca sai igualzinho àquele.

Flor: Se tu tem um trabalho tu já tem que ver a quantidade de lã que tu quer com a aquela cor ali. Se faltar pra fazer não tem como (obter a mesma cor de novo).

As plantas relatadas como tintureiras e suas respectivas cores e saberes associados estão no quadro abaixo (quadro2):

Quadro 2: Plantas tintureiras e seus saberes associados

| Planta | Parte utilizada | Cores | Saberes associados |
|------------|-----------------|-----------------------------------|---|
| Bananeira | “Coração” | Cinza escuro | |
| Carqueja | Folhas e galhos | Tonalidades de verde | Cada estação do ano confere uma cor |
| Capororoca | Casca | Tonalidades de azul claro | Retira-se um pouco da casca cuidando para não prejudicar a planta |
| Cebola | Casca | Tonalidades de amarelo | |
| Colorau | Semente | Tonalidades de laranja e vermelho | É utilizado como tempero |

Fonte: Quadro elaborado com dados da pesquisa.

Tingida ou em cor original, a lã seca e limpa deve ser *aberta*. Cada chumaço de lã é trabalhado com as mãos, de forma a soltar a lã que ainda fica unida. Esta foi a parte do processo que mais ajudei a realizar, pois fazíamos na casa de D. Vinoca nos intervalos dos afazeres domésticos e assistindo televisão. O próximo passo é cardar a lã, o que é feito no espaço do *artesanato* ou *tecelagem*, onde se encontram as cardas manuais e a carda elétrica que agiliza o trabalho e poupa os braços, (figura 14). A lã cardada, com as fibras bem soltas e separadas, está pronta para ser fiada na roca. A lã vai sendo fiada ao ritmo dos pés e mãos que conduzem a roca (figura 15). Dependendo do objetivo, os fios podem ser mais grossos ou

finos. Formam-se novelos. Para cobertores, tapetes e xirgões⁶⁴, os fios tendem a ser mais grossos. Em peças mais delicadas, como as de vestuário, os fios são mais finos.

Os fios são transformados com a ajuda de teares e agulhas. Existem vários tipos e tamanhos de teares. Tem o tear primitivo, no qual são feitos acolchoados com lã não fiada, e sim, disposta entre linhas de algodão. Após, o acolchoado ganha revestimento em tecido costurado manualmente. Nos teares mais convencionais são tecidas muitas peças. Nos teares maiores, os últimos a serem adquiridos, são feitos os cobertores, palas e tapetes (figura 16). Junto com a lã podem ser tecidos outros fios e materiais, o que confere ainda mais diversidade ao artesanato.

Peças de vestuário como blusões, mantas, toucas, palas femininos e coletes são feitos em crochê e tricô, aprendidos no âmbito familiar, ou por técnicas aprendidas a partir dos cursos de artesanato, como o tear e o macramé (figura 17 e 18). Os teares, cardas e rocas foram adquiridos mediante projetos e retornos econômicos conferidos pela venda do artesanato. As parcerias e o reconhecimento de pessoas “de fora” auxiliam na continuidade do trabalho.

O artesanato estimula a criatividade e convívio entre as mulheres. Ele é produzido em casa ou na *tecelagem*, um ateliê anexo ao bar de Flor e por onde circulam muitas pessoas da comunidade e visitantes de fora. É, portanto, espaço de encontros, de trocas de ideias e de comercialização. Em virtude de outros trabalhos e atividades realizadas por elas nas chácaras e fora da comunidade, a dedicação ao artesanato não é exclusiva, ela compõe uma multiplicidade de formas de habitar um mundo.

Pela perspectiva de Ingold (2000), esta prática pode ser considerada fruto de um processo de engajamento ativo e sensorial das artesãs com a lã, em que habilidades em movimento ritimizado e repetido criam formas regulares. Neste sentido é tão cultural quanto biológico.⁶⁵ Entendendo o artesanato como processo, pode-se afirmar que os aprendizados vão além das técnicas promovidas no momento dos cursos. As experiências continuam a ser

⁶⁴ Xirgões são utilizados para proteger o lombo dos cavalos quando montados, sendo colocados sob o basto ou sela.

⁶⁵ Ingold (2000, p. 343) destaca que as convencionais alegações da diferença entre coisas artificiais e vivas fundamentam-se na idéia de que as coisas vivas têm seu design especificado por processos interiores, como a expressão genética de características, enquanto que as coisas artificiais (artefatos) existiriam representadas como objetos virtuais na mente humana e, portanto, teriam seu design especificado por processos exteriores. A partir destas premissas, todo o trabalho criativo para a atualização da forma é reduzido a uma questão de transcrição mecânica do que já foi feito pela seleção natural ou razão humana. Deste modo, esta perspectiva endossa dicotomias como corpo e mente, substância e forma, e logicamente localiza natureza e cultura em distintos domínios do ser humano. O que o autor afirma, é que o artesanato seria tão produto da carga genética como qualquer outra característica dos seres vivos.

vividas ao longo do tempo em que as mulheres se engajam na prática do artesanato, nas relações com as pessoas, nos momentos que falam sobre ele e nas idas às feiras. Neste sentido, aprendem por elas mesmas.

A divulgação e comercialização do artesanato são incertas, mas desejadas pelas mulheres, visto ser uma atividade que é prazerosa. Nilza comentou sobre a vontade de divulgação na internet, que considera um meio rápido e de grande acessibilidade. Sugeri um *blog* e passamos a trabalhar na ideia. Criamos um endereço⁶⁶ e nos encontramos algumas vezes para pensar o conteúdo. A proposta é divulgar o processo de fabrico, as peças e os contatos. O *blog* está em construção, já possui algumas fotos e informações, mas necessitará de mais alguns encontros para ser finalizado e concebido coletivamente.

Percebeu-se que as artesãs possuíam poucas fotos do seu trabalho, a maioria impressa, ainda que seu artesanato tenha sido muito fotografado e divulgado. Com a disposição e ajuda de uma fotógrafa, nos encontramos em uma tarde ensolarada para realizar algumas fotos, que ficaram ótimas. Algumas delas estão sendo incluídas no *blog*, constam neste trabalho e poderão ser levadas às feiras. A sua participação nestes mercados solidários, parece estar de acordo com a dedicação que elas projetam ao artesanato. Contudo, nos últimos tempos até estas participações estão mais escassas⁶⁷. Nilza visualiza que as dificuldades que o artesanato enfrenta em acessar oportunidades são compartilhadas pelo movimento quilombola como um todo.

No contexto local, a forma como o grupo de mulheres conduz sua prática, aliando com outras atividades importantes no seu cotidiano, pode estar sendo interpretada pelos agentes públicos como desinteresse à prática do artesanato em lã de ovelha crua. No cotidiano, entretanto, as mulheres continuam criando e tosquiando as ovelhas, abrindo a lã, tingindo e tecendo os fios, tricotando e tecendo, quando podem e querem.

⁶⁶ www.artesanatodacasca.blogspot.com.br

⁶⁷ Nas mobilizações para participação no pavilhão da agricultura familiar da EXPOINTER ficam evidentes as dificuldades encontradas. Dependendo do ano, um tipo de produto é priorizado. Os grupos acessam o espaço através dos sindicatos e nem sempre são disponibilizadas condições que garantam o não prejuízo financeiro dos grupos, que devem arcar com hospedagem e alimentação. Segundo relatos feitos em reuniões do Fórum das Comunidades Quilombolas do Litoral, os recursos destinados às comunidades remanescentes de quilombos a nível de estado, até então, são pouquíssimos.

Figura 14: Carda elétrica



Figura 15: Tecendo o fio na roca



Fonte: Fotos de Rumi Kubo

Figura 16: Tear



Figura 17: Novelos em lã com cores originais e manta em cor tingida

**Figura 18:
Peças e fios em
lã crua**



Fonte: Fotos de Rumi Kubo

Ao longo deste capítulo buscou-se descrever saberes e práticas da vida rural conduzidas pelas famílias extensas, apreendendo-as a partir dos processos ecológicos, educativos e cosmológicos que promovem sua existência. As cosmologias elaboradas pelas duas famílias extensas se aproximam ao mesmo tempo em que as habilidades desenvolvidas e as experiências compartilhadas em seus ambientes são contextuais, se multiplicam e singularizam. A ancestralidade comum em cada comunidade, o legado do testamento e a luta quilombola na Casca, o desenvolvimento da pesca na Lagoa e do artesanato pelo grupo de mulheres são experiências que revelam a multiplicação de mundos possíveis.

As crianças e jovens que crescem nestes ambientes têm oportunidades para aprender a valorizar e respeitar a família, o conhecimento *dos antigos* e os demais seres que estão a sua volta. A produção do conhecimento intergeracional se dá a partir destas experiências, em que são estimulados mais valores do que transmitidos conhecimentos e técnicas específicas.

Iluminando estas ideias, pode-se destacar a prática das *cercas de mato nativo e taquara*, cuja importância vai muito além de sua reconhecida funcionalidade no sistema produtivo. As *cercas*, além de essenciais à proteção dos cultivos e chácaras, imprimem características e valores peculiares às paisagens do litoral. Podem ser consideradas patrimônio cultural e ambiental, por todo valor familiar, estético, ecológico e ancestral que representam. São bastante comuns nas comunidades quilombolas de Casca e Limoeiro. Na Lagoa as cercas persistem na antiga chácara de Antônio Clari e Simiana.

A concepção sistêmica para o cultivo da terra e criações envolve lógicas próprias para as relações com o ambiente. Neste sentido, conhecimentos e práticas relativas às características dos ecossistemas, fases da lua, interações ecológicas entre plantas e bichos, movimentação das dunas, entre outros, promovem sistemas ecológicos produtivos interligados por fluxos, “circuitos”, em que nada se perde e sim se transforma. A ideia de que “nada vai fora” e tudo pode ser transformado, como o esterco em adubo, uma fruta em geléia, um galho em uma muda ou a lã da ovelha em um cobertor, é particular destas relações ecológicas, constituindo sensibilidades e habilidades aprimoradas na transformação das práticas e na criação de alternativas para o bem estar.

Estes estilos de agricultura e manejos da biodiversidade vêm garantindo alimentos saudáveis, fortalecendo a reciprocidade e os aprendizados intergeracionais nos ambientes. A impossibilidade de cultivar o próprio alimento, “mais natural”, foi destacada por várias pessoas, como um dos pontos negativos da vida nas cidades, onde tudo deve ser comprado e

os espaços são limitados.⁶⁸ A produção familiar do alimento para o autoconsumo é, inclusive, muito importante economicamente. O preço das verduras e frutas na região é alto, pois são revendidas por caminhões que vem de longe. Produzir os alimentos resulta em uma economia da renda que pode ser destinada aos bens de consumo duráveis, melhorias nas propriedades e investida nos estudos. A compra de alimentos é necessária, mas o cultivo da terra é desejado e motiva as pessoas.

Desta forma, a discussão referente à autonomia, possibilidades de escolhas e continuidade das práticas destes grupos minoritários é prioritária. Estas comunidades conhecem e manejam a biodiversidade há gerações, configurando territórios ambientalmente diversos que estabelecem um contraponto considerável à homogeneização ecológica e cultural resultante da monocultura de arroz em grandes propriedades. Desta forma, conservar a biodiversidade local implica em conservar processos que garantam a autonomia das populações para o seu manejo.

Nesta perspectiva, falar em conservação para Cunha (2009, p. 309) remete à “preservação da vitalidade da produção do conhecimento tradicional”, enquanto que para Empeaire (2001, p. 227) subentende o incentivo à “capacidade de adaptação a novos contextos”.

Os debates em torno da conservação da biodiversidade emergem em um contexto global de intensa especulação econômica que envolve acesso aos conhecimentos locais associados à biodiversidade. Contudo, devem ser relacionados às inúmeras situações em que populações locais, por todo o mundo, se vêem cada vez mais privadas de sua autonomia para o desenvolvimento de práticas essenciais à continuidade de seus modos de vida, como a pesca, caça, agricultura, pecuária, manejos de florestas, entre outros. Mesmo enfrentado dificuldades, é notável o empenho e dedicação dos grupos envolvidos neste estudo em recriar, inovar e continuar exercendo estas práticas.

⁶⁸ Em um estudo junto à comunidade São Miguel dos Pretos, Anjos (2003) destaca que na comunidade ter uma horta é um “sonho” das famílias, é aquilo que se busca. Neste sentido há uma contrastividade com a situação no meio urbano, onde o sonho é a casa própria. Na comunidade a casa só não basta e a horta adquire importância fundamental para a vida das pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta etnografia buscou compreender, a partir das percepções e experiências práticas dos interlocutores, como a constituição de historicidades locais e a produção do conhecimento intergeracional se articulam às dinâmicas ambientais. Ao adotarmos uma vertente conceitual que pensa o ambiente por uma perspectiva relacional, contemplando os organismos/pessoas e ambientes enquanto constituídos por suas mútuas interações, foi possível discutir de forma integrada as dimensões educativas, históricas, ecológicas e cosmológicas destas interações.

Desta maneira, pode-se analisar a constituição de historicidades ambientais desvelando concepções singulares do tempo que são geradas a partir das experiências individuais e coletivas conduzidas pelos interlocutores em seus ambientes. Cultivar uma roça, sair para pescar ou recolher o rebanho, fazer artesanato e estudar a movimentação das dunas são práticas de engajamento que expressam formas particulares de experienciar e viver o ambiente e o tempo, na Casca e na Lagoa do Bacupari.

A identificação e descrição dos tempos e eventos significativos na vida dos interlocutores revelaram a importância que as relações ecológicas entre pessoas e ambientes exercem na constituição das historicidades das duas famílias extensas. Os tempos e eventos apreendidos contemplam tanto percepções específicas de cada grupo como também percepções próximas e compartilhadas, o que enriqueceu a constituição de historicidades ambientais que são complementares.

A compreensão das historicidades ambientais locais é perpassada por questões étnico-raciais. Estes grupos, próximos e distintos, compartilham pertencimentos entre si, ao mesmo tempo em que se diferenciam em sua ancestralidade e relações ecológicas estabelecidas. Estas diferenças orientaram suas atividades ao longo dos tempos. Ao caracterizar os tempos e eventos marcantes na vida das pessoas oportunizou-se apreender como se expressa esta multiplicidade de formas de habitar um mundo.

Na Lagoa, já houve o tempo do peixe salgado, atualmente é tempo de recebimento de campistas no verão, o que ressignifica o cuidado ambiental pretendido pelos moradores e garante renda para a continuidade de suas vidas. Na Casca, houve o tempo do cultivo dos *roças*, se intensificou o trabalho nas lavouras e os estudos. O surgimento do grupo do artesanato em lã de ovelha crua, fortalecido na luta pelo reconhecimento de direitos territoriais aos remanescentes de quilombo, é uma das expressões deste processo de multiplicação, assim como o envolvimento dos jovens que cresceram neste ambiente e

projetam seus futuros. Nestes processos ocorreram transformações no tempo vivido e na própria produção de sua história.

A constituição das historicidades ambientais locais evidenciou conflitos entre diferentes formas de relação com a terra e com os recursos providos e potencializados no ambiente, conduzidos por grupos minoritários e por elites político-econômicas da região. Estas diferenças se traduzem em uma assimetria histórica das possibilidades de se fazer ouvir nos processos de concepção e implantação de modelos de desenvolvimento rural regional. As perspectivas e desejos minoritários sobre seus ambientes são desconsiderados, como fica explícito no caso das *puxadas d'água*, das *terras tapadas*, da destruição dos banhados e da indiscriminada pulverização dos agrotóxicos.

Como se percebe nas narrativas, frutos do trabalho da memória, os impactos ambientais ocorridos nas últimas décadas se expressaram principalmente através do projeto da rizicultura irrigada e mecanizada conduzida no latifúndio. As experiências cotidianas, compartilhadas no ambiente entre as gerações ao longo do tempo, produzem conhecimentos relevantes que permitem entender o ambiente de uma perspectiva sistêmica historicamente situada, que é capaz de detectar, compreender, detalhar e dimensionar a amplitude e efeitos dos impactos ambientais sobre a vida como um todo. As percepções expressam uma noção de impactos ambientais que vai muito além da degradação de “recursos naturais”, como usualmente é refletida a concepção destes impactos. Do ponto de vista das comunidades os abusos contra seus ambientes causam sentimentos de perda, tristeza e indignação por prejudicarem seus modos de vida e a saúde dos ambientes e de seus diversos habitantes.

A incapacidade dos órgãos públicos em reconhecer a legitimidade de modos de vida locais, propor ações inclusivas e punir crimes ambientais acaba por compactuar com a reprodução das relações de poder e dos conflitos entre elites e comunidades locais, desvalorizando práticas que promovem uma multiplicidade ecológica nos ambientes comunitários. As desvantagens históricas não impedem, contudo, que estes grupos recriem suas possibilidades de vida perante modelos abrangentes de desenvolvimento, como os preconizados pelo agronegócio da cebola, do arroz e pela especulação imobiliária na Lagoa.

Constituir as dinâmicas ambientais, a partir das historicidades locais, frutos da memória coletiva e dos processos de aprendizado intergeracional, em cada uma das famílias extensas, revela uma multiplicidade de formas de habitar um mundo, favorecendo uma análise integradora das relações entre pessoas e seus ambientes.

O entendimento dos processos de produção de conhecimentos intergeracionais foi favorecido pelo convívio junto a pessoas de diferentes gerações em cada família extensa.

Analisar os processos de produção do conhecimento a partir do engajamento prático e perceptivo compartilhado entre jovens e velhos num ambiente, ao longo do tempo, oportunizou vislumbrar a dinamicidade destes processos. O engajamento pressupõe um constante conhecer em que são desenvolvidas habilidades (*skills*) que buscam atender demandas relativas aos novos contextos ecológicos e prioridades, como no caso do avanço das areias, da agricultura para o autoconsumo e do manejo das pastagens para as criações de animais. Assim, os interlocutores articulam diferentes conhecimentos, como os técnicos e locais, que se transformam a partir de sua experimentação prática nos ambientes. Este contínuo engajamento e experimentação, apesar das adversidades enfrentadas, conserva a autonomia sobre o saber-fazer, que busca garantir a alimentação, ambientes saudáveis, as trocas e união das famílias através das gerações.

Desta forma, a abordagem da “educação da atenção” permite compreender as dinâmicas ambientais locais em suas dimensões educativas, ecológicas, criativas e históricas. Além disso, articular a esta análise a dimensão cosmológica da vida destas comunidades se revelou essencial para compreender suas percepções sobre os ambientes e promover o reconhecimento da legitimidade de seus modos de vida.

Nas comunidades de Casca e Lagoa do Bacupari a família, o trabalho e a *natureza* são percebidos a partir de um valor moral e uma ética, que são constituídos e fortalecidos nas interações com seus ambientes. Estes valores se expressam, por exemplo, no reconhecimento da legitimidade dos habitantes da *natureza* com os quais interagem, passam a conhecer e conviver. São as *caturritas* que comem o milho, os *ratões-do-banhado* que ficaram sem seu lugar, as ovelhas, as plantas da roça, o *mato*, os peixes que não sobem mais a lagoa, os *combres*, o *nordestão*, as *andorinhas* e *joão-de-barro* com seus segredos, a “tormenta que Deus mandou”. Esta convivência e interação entre pessoas e ambientes, como evidenciado, não é passiva e nem prioritariamente utilitária.

As relações ecológicas e cosmológicas, frutos de um modo de vida amparado na ancestralidade, no valor da *natureza*, da família e do trabalho, próprias de cada comunidade, se aproximam ao mesmo tempo em que as habilidades desenvolvidas e as experiências compartilhadas em seus ambientes são contextuais, se multiplicam e singularizam. Todas estas experiências ocorrem em contextos locais e são protagonizadas por pessoas que pertencem a uma família e uma comunidade legatária de uma ancestralidade que é constituída e constitui as relações ecológicas nos ambientes. As mudanças são vividas e conduzidas a partir das experiências prévias, dos caminhos trilhados pelos ancestrais, o que nos permite apreender seus modos de vida enquanto dinâmicos, potencialmente autônomos e articuladores

de uma singularidade que promove uma existência contra-hegemônica. Estas experiências minoritárias e suas trilhas orientam as gerações futuras para a continuidade dos modos de vida.

A noção de dinâmicas ambientais contemplou historicidades geradas a partir de experiências singulares do tempo e ambiente vividos, revelando uma multiplicidade de formas de habitar um mundo, de pertencer, orientadas e transformadas a partir de cosmologias e ecologias próprias.

A convivência junto ao cotidiano das famílias extensas foi possibilitada pela opção por um trabalho etnográfico, em que se privilegiou o deslocamento do olhar a fim de apreender visões alternativas sobre ecologia. Neste sentido, permitir-se experimentar outros ritmos temporais e valorizar as expectativas alheias e o inesperado foram fundamentais para o bom andamento da pesquisa, promovendo, inclusive, experiências transformadoras e enriquecedoras ao próprio processo etnográfico.

Foi necessário lidar com uma intensidade de deslocamentos e “afetos”, na medida em que convivia junto a duas famílias extensas, integrantes de comunidades distintas e que vivenciam situações diversas e próximas no que tange às dinâmicas ambientais e as noções de pertencimento. Ao explorar conexões e diferenças entre ambos os contextos etnográficos, este estudo colaborou para ampliar o entendimento sobre os modos de vida de comunidades locais desta região do litoral gaúcho.

Por fim, entende-se que abordagens acadêmicas interdisciplinares, como a Etnoecologia, que se faz nas interfaces entre ciências humanas, naturais e o campo dos conhecimentos tradicionais, favorecem o diálogo de saberes. Neste sentido, integrar experiências etnográficas à Etnoecologia conduz a uma abordagem etnoecológica que opera pela ecologia de saberes, possibilitando o fortalecimento e legitimação de formas alternativas de conhecer e transformar os ambientes.

REFERÊNCIAS

- ADOMILLI, G. K. Interações e representações em relação à apropriação social dos recursos naturais: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 5, 2003, Florianópolis. **Comunicação impressa**. Florianópolis: UFSC, 2003.
- ALMEIDA, A. W. B. de A. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M.; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato: expressões e categoria**. Vol. II: estratégias de reprodução social. São Paulo: Edusp; Brasília: NEAD, 2009. p. 39-66.
- ANJOS, J. C. G. dos. Raça e pobreza Rural no Brasil Meridional: a comunidade de São Miguel dos Pretos - um estudo de caso. **Teoria e Pesquisa**, v. 42-43, p. 199-220, 2003.
- ANJOS, J. C. G. dos. Os cientistas sociais e a questão racial. **Revista Humanas**, Porto Alegre, v. 26-27, n. 1/2, p. 89-98, 2004-2005.
- ANJOS, J. C. G. dos. A categoria raça nas Ciências Sociais e nas políticas públicas no Brasil. In: SANTOS, J. A. dos; CAMISOLÃO, R. C. de; LOPES, V. N. **Tramando falas e olhares, compartilhando saberes: contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- ANJOS, J. C. G. dos; ALMEIDA, L. S. Modernidade e anti-modernidade na memória coletiva construída nos territórios negros: São Miguel dos Pretos na Restinga Seca – RS. **Revista Humanas**, Porto Alegre, v. 25, n. 1/2, p. 33-66, 2002-2003.
- ANJOS, J. C. G. dos; SILVA, S. B. da. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BALA, A.; JOSEPH, G. Indigenous knowledge and western science: the possibility of dialogue. **Race & Class**, [S.l.], v. 49, n. 1, p. 39-61, 2007.
- BALÉE, W. Diversidade amazônica e escala humana do tempo. In: SIMPÓSIO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DA REGIÃO SUL, 1., 2003, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: SBEE/UFSC, 2003. p. 14-28.
- BALÉE, W.; ERICKSON, C. Time, complexity, and historical ecology. In: BALÉE, W.; ERICKSON, C. (Ed). **Time and complexity in Historical Ecology: studies in the neotropical lowlands**. New York: Columbia University Press, 2006. p. 1–20.
- BARBAULT, R. A conservação e a gestão da biodiversidade: um desafio para a Ecologia. In: GARAY, I.; BECKER, B. K. (Org.). **Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 381 - 399.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFFENART, J. **Teorias da etnicidade** (seguido de “Grupos étnicos e suas fronteiras” de Fredrik Barth). 2 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. 187 – 250.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARVALHO, I. C. M.; GRÜN, M.; AVANZI, M. R. Paisagens da compreensão: contribuições da hermenêutica e da fenomenologia para uma epistemologia da educação ambiental. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 99-115, 2009.

CASAGRANDE, A. et al., Grupo Viveiros Comunitários – Viveiro Bruno Irgang, Laboratório Vivo. **Rev. Bras. De Agroecologia**, [S.l.], v. 4, n.2, p. 3736-3739, 2009.

CASAGRANDE, A. **Plantas medicinais e ritualísticas utilizadas pela comunidade do Morro da Cruz, Porto Alegre – RS**. 2009. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de Botânica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CASTRO, E. G. de. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção da categoria jovem rural. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

COELHO DE SOUZA, G.; KUBO, R. R.; MIGUEL, L. de A. (Org.). **O extrativismo da samambaia-preta no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

COELHO DE SOUZA, G.; BASSI, J. B.; KUBO, R. R. Etnoecologia: dimensões teórica e aplicada. In: COELHO DE SOUZA, G. (Org.). **Transformações no espaço rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 25-47.

COTANDA, C. F. et al. Processos de pesquisa nas ciências sociais: uma introdução. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B (Org.). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008. p. 63-84.

COTRIM, D. S. et al. Adequação das portarias de pesca através de metodologias participativas na bacia hidrográfica do rio Tramandaí. **Rev. Bras. Agroecologia**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 777-780, 2007.

CUNHA, M. C. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: _____. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009. p. 311-373.

DESCOLA, P. Ecologia e Cosmologia. In: DIEGUES, A.C. **Etnoconservação: novos rumos para a Conservação da Natureza**. 2. ed. São. Paulo: Hucitec, 2000. p. 149-163.

ECKERT, C. O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Org.). **71 Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. Vol. I: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 71-92.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008. p. 9-24.

EMPERAIRE, L. Elementos de discussão sobre a conservação da agrobiodiversidade: o exemplo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) na Amazônia brasileira. In: CAPOBIANCO, J. P. **Biodiversidade da Amazônia brasileira, avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios**. São Paulo: ISA/Estação Liberdade, 2001, p. 225-234.

ESCOBAR, A.; PARDO, M. Movimentos sociais e biodiversidade no pacífico colombiano. In: SANTOS, B. S. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 341-366.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. Tradução Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, São Paulo, ano 14, n. 13, p. 155-161, 2005.

GARAY, I. Construir as dimensões humanas da biodiversidade: um enfoque transdisciplinar para a conservação da floresta atlântica. In: GARAY, I.; BECKER, B. K. (Org.). **Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 413-445.

GODOI, E. P. de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GOLDMAN, M. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, ano 14, n. 13, p. 149-153, 2005.

GOLDMAN, M. Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia. **Ponto Urbe** (Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP), São Paulo, v. 3, p. 1-11, 2008.

HISSA, C.E.V. Saberes ambientais: a prevalência da abertura. In: HISSA, C.E.V. (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 47-64.

HENKIN, H.; GRUNDLING, R. D. O arroz brasileiro no contexto do Mercosul. In: HENKIN, H. (Org.). **A economia do arroz: competitividade e estratégias de desenvolvimento da cadeia produtiva do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 61-70.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa de Biomas e de Vegetação**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

INGOLD, T. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.

INGOLD, T. A evolução da sociedade. In: FABIAN, A. C. (Org.). **Evolução: sociedade, ciência e universo**. Bauru: Edusc, 2003.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

KERN, A. Paleopaisagens e povoamento pré-histórico do Rio Grande do Sul. In: KERN, A. et al. (Ed.). **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p. 13-61.

LEVÉQUE, C. **Ecologia do ecossistema à biosfera**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

LARRÈRE, R. Do princípio de naturalidade à co-gestão da diversidade biológica. In: GARAY, I.; BECKER, B. K. (Org.). **Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006. p. 401-412.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: 34 Literatura, 1994.

LEITE, I. B. **O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LINS DE BARROS, M. M. Memória e família. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p 29-42, 1989.

MACHADO, C. F. **De partes e potências, a pessoa na Casca: uma etnografia dos encontros, das relações e dos 'afetos' no Quilombo da Casca, Mostardas/RS**. 2009. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MAESTRI, M. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2010.

MATURANA, H. Transdisciplinaridade e cognição. In: NICOLESCU, B. (Org.). **Educação e transdisciplinaridade**. Brasília: Unesco, 2000. p. 83-114.

MATURANA, H.; DÁVILA, X. Y. **Habitar humano em seis ensaios de biologia cultural**. São Paulo: Palas Athena, 2009.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. 2. ed. São Paulo: Palas Athenas, 2001.

MERCADO. **Lavoura Arrozeira**, Porto Alegre, v.58, n. 455, p. 5-7, dez. 2010. Disponível em: <http://www.irga.rs.gov.br/uploads/revista/edicoes/1293121959RLA_455site.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2012.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Projeto de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite**. Brasília, DF: Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA – CEMA/DIPRO, 2008.

MOURA, G. G. M. **Águas da Coréia: Pescadores, espaço e tempo na construção de um território de pesca na Lagoa dos Patos (RS) numa perspectiva etnooceanográfica**. 2009.

Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

O'DWYER, E. C. Territórios negros na Amazônia: práticas culturais, espaço memorial e representações cosmológicas. In: WOORTMANN, E. F. (Org.) **Significados da terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2004. p. 181-207

OVERBECK, G. E. et al. Brazil's neglected biome: the south brazilian campos. **Perspectives in Plant Ecology, Evolution and Systematics**, [S.l.], v.9, p.101-116, 2007.

OVERING, J. O mito como história: um problema de tempo, realidade e outras questões. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 107-140, 1995.

PALMEIRA, M. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, M. (Org.). **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP, 2002. p. 171-177.

PASQUOTTO, V. F. **Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

PEIRANO, M. Prefácio (Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica). In: _____. (Org.) **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p 7-14

PELWING, A. B.; FRANK, L. B.; BARROS, I. I. B. Sementes crioulas: o estado da arte no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 391-420, 2008.

PIEVE, S. M. N.; KUBO, R. R.; COELHO DE SOUZA, G. **Pescadores artesanais da Lagoa Mirim**: etnoecologia e resiliência. Brasília: MDA, 2009.

PIRES, F. O que as crianças podem fazer pela Antropologia? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 137-157, jul./dez. 2010.

POSEY, D. A. Introdução (Etnobiologia: teoria e prática). In: RIBEIRO, B. (Org.). **SUMA Etnológica Brasileira**. Vol. I: Etnobiologia. Petrópolis: FINEP/Vozes, 1987. p.15-25.

POSEY, D. A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados. In: RIBEIRO, B. (Org.). **SUMA Etnológica Brasileira**. Vol. I: Etnobiologia. Petrópolis: FINEP/Vozes, 1987. p. 173-185.

POSEY, D. A. Interpretando e utilizando a "realidade" dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - USP, 2001. p. 279-294.

RIBEIRO, P. A. M.; PESTANA, M. O.; PENHA, M. A. P.; CALIPPO, F. R. Levantamentos arqueológicos na porção central da planície costeira do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista de Arqueologia**, [S.l.], n. 17, p. 85-99, 2004.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008, p. 9 a 24. Série Graduação.

RODRIGUES, W. F. et al. Agrobiodiversidade. In: SCHÄFER, A.; LANZER, A.; PEREIRA, R. (Org.) **Atlas Socioambiental dos municípios de Mostardas, Tavares, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar**. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

ROSSATO, M.; PINHEIRO JÚNIOR, C. Uso das águas superficiais. In: SCHÄFER, A.; LANZER, A.; PEREIRA, R. (Org.) **Atlas Socioambiental dos municípios de Mostardas, Tavares, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar**. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

ROSSATO, M.; PINHEIRO JUNIOR, C.; MARQUES, C. B. Caracterização socioeconômica. In: SCHÄFER, A.; LANZER, A.; PEREIRA, R. (Org.) **Atlas Socioambiental dos municípios de Mostardas, Tavares, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar**. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

RUBERT, R. A.; SILVA, P. S. O acampesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009. Vol. I, p. 251-274.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (SEMA). Divisão de Recursos Hídricos. **Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí**, 2010. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=57&cod_conteudo=5866>. Acesso em: 11 jan. 2012.

SILVA, A. C. C. da. **Agenciamentos coletivos, territórios existenciais e capturas: uma etnografia de movimentos negros em Ilhéus**. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, P. S. da. Rio Grande profundo: o estado d arte da questão quilombola. In: **Identidade** São Leopoldo, RS, v. 16, n. 2, p.116-145, jul-dez 2011.

SILVEIRA, D. S. da. **Ontologias na Amazônia: tradução de saberes no campo da biodiversidade**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SILVEIRA, T. C. L. et al. *Schoenoplectus californicus* – Junco. In: CORADIN, L.; SIMINSKI, A.; REIS, A. (Org.). **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro – Região Sul**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. p. 282-290.

SOUSA SANTOS, B. et al. Introdução (Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo). In: SOUSA SANTOS, B. (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21–121.

SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, B.; MENEZES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. M. O pensamento ecológico de Tim Ingold. **Zero Hora**, Porto Alegre, 08 out. 2011. Caderno Cultura.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002a.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, abr. 2002b.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.l.], n. 21, p. 42-61, out. 2003.

WHITEHEAD, N. L. Ecological history and historical ecology: diachronic modeling versus historical explanation. In: BALÉE, W. (Ed.). **Advances in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 1998. p. 30-40.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UNB, 1997.

WOORTMANN, K. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, Brasília: UNB/Tempo Brasileiro, n. 87, 1990. p. 11-73.